

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC

Maria Francisca Morais de Lima

**O humor como estratégia de compreensão e produção de
charges: um estudo inferencial das charges de Myrria**

DOUTORADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

**SÃO PAULO
2015**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC

Maria Francisca Morais de Lima

O humor como estratégia de compreensão e produção de charges: um estudo inferencial das charges de Myrria

DOUTORADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Tese apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência para obtenção do título de doutor em Língua portuguesa sob a orientação da prof. Dra. Ana Rosa Ferreira Dias.

**SÃO PAULO
2015**

Banca Examinadora

.....

.....

.....

.....

.....

AGRADECIMENTOS

A finalização de um trajeto, principalmente o acadêmico, é algo extremamente prazeroso, uma vez que, ao longo do caminho, inúmeros percalços, dúvidas e incertezas fazem parte do processo de criação do pesquisador. A finalização de um trabalho com a dimensão científica de uma tese requer inúmeros autores, para tanto, faz-se necessário agradecer àqueles que fizeram parte dessa jornada.

Em primeiro lugar, gostaria de dedicar esse trabalho a Deus, em cujas mãos entrego todos os dias a minha vida, pelo discernimento, inspiração e capacidade de criação;

Aos meus pais (in memoriam) Francisca Moraes de Lima e Osvaldo Lira de Lima pela criação e imposição de preceitos éticos e morais que norteiam minha vida;

Aos meus filhos Alexsandro e Alessandro e ao meu companheiro, amigo e parceiro de vida Eugênio Valente Coutinho pela paciência e apoio;

À minha orientadora, prof. Dra. Ana Rosa Ferreira Dias que honra a docência com sua competência, humildade, inteligência a quem agradeço por permitir que eu bebesse desta fonte inesgotável de conhecimento;

Aos professores do programa de pós-graduação em Língua portuguesa da PUC pelo conhecimento, pelo acolhimento e pela responsabilidade ética.

“Produzir e redimensionar conhecimento é algo assustador e indescritível, pois quando se pensa que já se viu tudo, algo novo aparece para nos desafiar”.

(Maria Francisca M. de Lima)

O Humor como estratégia de Compreensão e Produção de Charges: um estudo Inferencial das Charges de Myrria

RESUMO

A compreensão de textos opinativos como a charge exige do leitor o desenvolvimento de habilidades contextuais capaz de gerar sentido. Para tanto, esta tese discute a importância do processo inferencial como estratégia de compreensão do humor na charge política, tomando como base de análise os princípios de textualidade de Beaugrande e Dressler (1981) e o quadro de categorização inferencial elaborado por Marcuschi (2012). O problema da pesquisa consistiu em analisar os processos inferenciais e sua importância para a análise crítica de textos de humor. Para tanto, elencaram-se os seguintes objetivos: analisar os procedimentos inferenciais que contribuem para a compreensão do humor presente na charge; realizar um trajeto teórico, não só a respeito dos primeiros estudos sobre o riso, como também a respeito da percepção de humor e sua utilização como aporte de crítica social; identificar como o processo inferencial pode contribuir para a percepção da crítica política constituída no gênero charge. O estudo do processo inferencial para a compreensão de charges se justifica, uma vez que o leitor, ao ler um texto chárstico, utiliza a inferência para preencher as lacunas de sentido deixadas, às vezes de propósito, pelo autor no texto. Tais lacunas são evidenciadas pela incongruência intencionalmente atribuída pelo chargista. Esta tese está dividida em quatro capítulos: nos três primeiros, apresentou-se um aporte teórico que balizou a análise do *Corpus* da pesquisa constituído por charges publicadas no caderno de opinião do jornal *Acrítica* no período de fevereiro a novembro de 2013. Como instrumento de análise, escolheram-se dez (10) charges de Myrria, organizadas em cinco grupos, considerando a similaridade dos assuntos apresentados. No campo metodológico, optou-se como método de investigação a fenomenologia, cujos pressupostos permitem realizar uma compreensão a partir das visões de homem e de mundo e a análise de conteúdo. Como padrão de compreensão das charges apresentadas, foram utilizadas as habilidades de localizar e inferir informações explícitas e implícitas no texto e o estabelecimento de relação entre os recursos expressivos e efeitos de sentido, possibilitando assim ao leitor, não só sair da estrutura superficial do texto, como também ser capaz de perceber as relações construídas no interdiscurso e no intertexto dos textos chársticos.

Palavras-chave: Processo inferencial, gênero charge, compreensão, geração de sentido, princípios de textualidade.

The Humor as a strategy of understanding and producing cartoons: An inferential study of Myrria's cartoons

ABSTRACT

The Understanding of texts that represent someone's opinions, as cartoons, requires the reader to develop contextual skills capable of generate meaning. So, this thesis discusses the importance of inferential process as a strategy of understanding the humor in political cartoon, taking as a basis the principles of textuality of Beaugrande and Dressler (1981) and inferential categorization framework prepared by Marcuschi (2012). The research's problem was to analyze inferential processes and their importance for critical analysis of texts of humor. To this end, the following objectives are -: analyze inferential procedures that contribute to the understanding of the humor in the cartoon; perform a theoretical path, not only about the first studies on laughter, but also about the perception of humor and its use as a social criticism; identify how the inferential process may contribute to the perception of constituted political criticism in cartoon gender . The study of inferential process for understanding cartoons is justified, since the reader, while reading a cartoon uses the inference to fill the gaps left towards sometimes on purpose by the author in the text. Such gaps are evidenced by the incongruity intentionally assigned by cartoonist. This thesis is divided into four chapters: the first three, presented a theoretical framework that buoyed the analysis of the research corpus consists of cartoons published on *Acrítica* newspaper opinion notebook from February to November 2013. As an analytical tool, picked up ten (10) cartoons of Myrria organized into five groups, considering the similarity of the issues presented. In the methodological field, it was chosen a phenomenological research method, whose premises will enable an understanding from the man of visions and world and content analysis. As standard understanding of the presented charges were used skills to locate and to infer implicit and explicit information in text and establishing the relationship between the significant resources and order effects, thus enabling the player, not only out of the surface of the text frame, but also be able to understand the relationships built in interdiscourse and intertext of cartoon texts.

Keywords: inferential process, cartoon gender, understanding, generation of meaning, textuality principles.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	15
O RISO	15
1 O mistério do riso na Antiguidade	15
1.1 O riso – dito espirituoso	22
1.2 O riso na Idade Média	24
1.3 O Riso no Renascimento.....	31
1.3.1 O mundo rabelaisiano e suas ambiguidades	32
1.4 O riso na Modernidade	33
1.4.1 A comicidade na percepção de Bergson	38
1.4.2 Freud e as raízes psicológicas do riso	41
1.4.2.1 Os propósitos dos chistes.....	43
1.5 As teorias da incongruência e sua importância para os textos chárgicos	44
CAPÍTULO II	48
A INFERÊNCIA E CONSTRUÇÃO DE SENTIDO	48
2 A leitura e a produção de sentidos	49
2.1 Condições de produção e interdiscurso.....	52
2.2 O Processo inferencial	53
2.2.1 A percepção conceitual de inferências.....	55
2.2.2 As inferências e sua classificação	59
2.2.3 O contexto e sua relação inferencial.....	64
2.3 O Processo inferencial: linguagem verbal e icônica	67
CAPÍTULO III	69
GÊNEROS TEXTUAIS	69
3 Tipo textual – gênero textual e domínio discursivo	71
3.1 Tipo textual.....	71
3.2 Gêneros textuais	72
3.3 Domínio Discursivo	74
3.3.1 O Discurso Direto e Indireto: formas explícitas marcadas e não marcadas	75

3. 4 O Gênero Charge	76
3.4.1 Princípios de Textualidade.....	84
3.4.3 Caracterizando o Gênero Charge	91
3.5 A intertextualidade e a polifonia nos textos chárgicos	95
3.5.1 Dialogismo, carnavalização e polifonia	95
3.5.2 As inter-relações intertextuais e polifônicas.....	97
3.5.3 A enunciação nas charges políticas	100
3.6 A Construção do discurso nas charges políticas	101
CAPÍTULO IV.....	108
CORPUS DA PESQUISA	108
4 Apresentação do corpus da pesquisa.....	108
4.1 Definindo o método.....	109
4.2 Análise do corpus	113
4.3 Fechando a análise	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS.....	147

Lista de Figuras

Figura 1 - Censura X liberdade de expressão.....	21
Figura 2 - Manifestações carnavalescas – Inversão de papéis sociais.....	25
Figura 3 - Carnavalização e liminaridade: o bufão como ente - liminal.....	28
Figura 4 - Festas carnavalescas na Idade Média.....	30
Figura 5 - A caricatura e seus efeitos.....	36
Figura 6 - Eleições 2010.....	37
Figura 7- Programa mais médico.....	44
Figura 8 - O papel da imprensa.....	45
Figura 9 - O chiste na modernidade	46
Figura 10 - Os vários sentidos	56
Figura 11 - Manifestação pró- impeachment do então Presidente Fernando Collor – na década de 90	66
Figura 12 - Manifestação contra o atual governo e em prol da saída da atual presidente do Brasil Dilma Rousseff.....	66
Figura 13 - “ P de pizza ?”	75
Figura 14 - Oportunidade: será?.....	80
Figura 15 - Vagas reservadas aos cadeirantes.....	81
Figura 16 - E o ratos fazem festa	83
Figura 17 - Pleonasma X geração de sentidos	86
Figura 18 - Banalização da corrupção.....	89
Figura 19 - Intertexto.....	89
Figura 20 - Luz em 2015.....	90
Figura 21 - “ Nem o caipira acredita”	91
Figura 22 - Brasil e os 50 tons de cinza	93
Figura 23 - Du que ou Duque?	94
Figura 24 - Ética “Titica”	100
Figura 25 - “E tá rolando a festa”.....	101
Figura 26 - Sátira ao líder do Estado Islâmico	103
Figura 27 - L’amour.....	103
Figura 28 - La vie.....	104

Figura 29 - Proteção divina.....	104
Figura 30 - O deserto de cada dia	106

INTRODUÇÃO

Esta tese apresenta a importância do processo inferencial como estratégia de compreensão do humor na charge. Para tanto, um dos objetivos da pesquisa é a compreensão de que o ato de inferir é um dos pressupostos básicos para a geração de sentido em textos verbais e não verbais, uma vez que não se pode pensar em compreensão textual sem que o leitor se aproprie de conhecimentos prévios ou recorra a informações anteriores para possíveis ressignificações da informação, principalmente, quando se trata de textos de humor.

Nesse sentido, faz-se mister apresentar historicamente o riso para a compreensão do humor enquanto traço comum ao ser humano. Considerando que o gênero chágico mostra, por meio da linguagem verbal e não verbal, uma crítica a temáticas atuais e pontuais a respeito da política brasileira. Para tanto, esta pesquisa aborda o processo inferencial e os princípios de textualidade, entre os quais a situacionalidade, a informatividade, a intencionalidade e a intertextualidade como indispensáveis para a geração de sentidos diversos à informação.

O estudo do processo inferencial para a compreensão de charges se justifica, uma vez que o leitor, ao ler um texto chágico, utiliza a inferência para preencher as lacunas de sentido, deixadas às vezes de propósito pelo autor no texto. Tais lacunas são evidenciadas pela incongruência intencionalmente atribuída pelo chagista.

A compreensão de um texto opinativo como a charge requer do leitor o desenvolvimento de habilidades contextuais capazes de gerar sentido. Tal questionamento suscitou o interesse em estudar o gênero charge a partir da premissa de que a compreensão do que está nas entrelinhas, no sentido das palavras e nas sequências narrativas desse gênero textual, só será possível se o leitor inferir todos os recursos disponibilizados pelos blocos semânticos armazenados na memória episódica.

O problema da pesquisa consiste em analisar os processos inferenciais e sua importância para a análise crítica de textos de humor. Para tanto, elencaram-se as seguintes questões norteadoras da pesquisa:

- Quais os procedimentos inferenciais que contribuem para a compreensão do humor presente na charge?
- Como o processo inferencial pode contribuir para a percepção da crítica política constituída no gênero charge?
- De que forma o chargista utiliza o recurso do humor como um aporte de crítica social?

A charge como gênero textual opinativo apresenta temas frequentes nos debates populares e se vale do humor construído, tanto pela linguagem verbal, quanto pela linguagem icônica, não só para reproduzir estruturas sociais, como também para alterá-las. Com esse processo de interação, constituído por uma forma de ação no mundo, espera-se que o leitor não fique apenas na estrutura superficial do texto, sendo, pois, capaz de perceber as relações construídas no interdiscurso e no intertexto dos textos chárgicos.

Para ratificar a importância do processo inferencial para a compreensão de textos chárgicos, buscou-se neste estudo fazer uma abordagem teórica, não só do riso e do risível, desde a antiguidade até os tempos atuais; como também das inferências, dos princípios de textualidade e dos gêneros textuais, especificamente o gênero charge.

Esta tese foi dividida em quatro capítulos: o primeiro estabelece uma linha temporal do riso enquanto traço distintivo do ser humano, apresentando como ele era concebido na Antiguidade, na idade Média, no Renascimento e na Modernidade. Entender como os estudiosos apresentam o riso é muito relevante, pois, além de diferenciar o homem dos animais, o riso foi durante muito tempo aquilo que distinguia o homem de Deus. Ao longo desse percurso histórico, foi possível observar que a percepção do riso e do risível vai se modificando, uma vez que sua relação com o homem vai tomando contornos diferentes ao longo das épocas.

O segundo capítulo evidencia o processo inferencial e a construção de sentido, uma vez que o estabelecimento do sentido de um texto depende em grande parte do conhecimento de mundo de seus usuários. Ao longo da construção desse capítulo, foi possível perceber que todo texto produzido, ao ser lido, suscita no leitor um processo de associações mentais fundamentais para a geração de sentidos. Entender, pois, os conceitos, as características e os blocos semânticos utilizados pelo receptor, na ampliação ou na restrição de sentidos, são fundamentais para a compreensão de textos chárpicos.

O terceiro capítulo apresenta os gêneros textuais, especificamente o gênero charge cujo aporte teórico é pautado no conceito de tipo e gênero textual e nos elementos caracterizadores que os diferenciam. Nesse capítulo, são apresentadas ainda considerações a respeito do domínio discursivo, haja vista que não só o estudo a respeito de tipos e gêneros textuais como também o domínio discursivo são importantes para se compreender as relações intertextuais convergentes ou divergentes da charge com os demais textos jornalísticos.

O quarto capítulo diz respeito ao *Corpus* da pesquisa que é constituído por charges publicadas no caderno de opinião do jornal *Acrítica*, no período de fevereiro a novembro de 2013. Criado pelo jornalista Umberto Calderaro Filho, em 09 de maio de 1946, o jornal *Acrítica* se consolidou, ao longo dos anos, pela postura e posicionamento crítico de seu criador que, em suas colunas diárias, tecia acirrados comentários a respeito da política e dos rumos do país, principalmente, na época da ditadura militar. Com 69 anos de existência, é hoje o jornal de maior circulação no Estado do Amazonas.

Das charges diárias publicadas, foram definidas como instrumento de análise dez (10) charges, organizadas em cinco grupos, considerando a similaridade dos assuntos apresentados: o primeiro apresenta charges a respeito das manifestações populares ocorridas em 2013; o segundo retrata a corrupção, tema recorrente na política brasileira; o terceiro mostra charges sobre a impunidade; o quarto alude ao sistema político e o quinto grupo diz respeito à divisão do poder político no Brasil.

As charges que servirão de base de análise são do chargista Carlos Augusto da Silva Myrria cujos textos apresentam um humor inteligente, com uma linguagem não verbal bem peculiar a sua formação que é a de Design Gráfico.

Como o conhecimento científico, de acordo com Pereira (1999), é comumente referido como aquele que é produzido a partir de métodos apoiados em pressupostos ontológicos, epistemológicos e, especialmente, nas ciências sociais, nos de natureza ética e antropológica, o desejo de respostas, advindo de inquietações científicas, acaba por impulsionar o pesquisador a antever um caminho a ser trilhado.

A partir dessa premissa, optou-se, como método da pesquisa, a fenomenologia cujos pressupostos permitem realizar uma compreensão a partir das visões de homem e de mundo, ou seja, “o método fenomenológico não se limita a uma descrição passiva, é simultaneamente fenômeno de interpretação” (MARTINS e THEÓPHILO, 2009: 47).

Ao falar a respeito da fenomenologia, Esposito (1993: 40) afirma que o homem é considerado como “atribuidor de significados [e] histórico, capaz de pensar e com o outro, através do trabalho, construir história”. Levando em consideração a abrangência do método, utilizaram-se como parâmetro de análise duas características fenomenológicas: a primeira que é pautada na investigação de fenômenos particulares e a segunda na interpretação do sentido, a partir da intuição e da intencionalidade. Além dos parâmetros citados, optou-se ainda pela análise de conteúdo, tendo como aporte teórico o quadro de categorização inferencial elaborado por Marcuschi (2012).

Corroborando com Esposito, Laporte e Volpe (2009) frisam que a utilização desse método permite, ao pesquisador, abrir-se a regiões veladas, buscando assim uma análise compreensiva e não explicativa dos fenômenos, o que possibilita a interpretação a partir de investigações particulares, ou seja, das charges produzidas, para se analisar o pressuposto dito pelo chargista e o sentido gerado pelo leitor.

Nesse sentido, o método escolhido atende às expectativas das análises a serem feitas, uma vez que o discurso inserido nas charges leva em consideração

as situações de produção, pautadas no contexto sócio-histórico-ideológico, acabando por fixar no discurso, uma aproximação do sentido da experiência do outro, que pode ser compreendido como aquilo que direciona um rumo ou ainda um fundo silencioso que abre a possibilidade de novas interpretações (CRITELLI, 1996).

Nesse contexto, para analisar os textos chárgicos, faz-se necessário considerá-los como a composição de um grande 'teorema' preenchido por outros de ordem imagética que serão construídos e atualizados pela memória discursiva do leitor. Vale ressaltar que essa memória discursiva é responsável, não só pelo desenvolvimento das habilidades de localizar e inferir informações explícitas e implícitas no texto, como também pelo estabelecimento de relação entre os recursos expressivos e os efeitos de sentido.

Portanto, discutir o gênero charge e suas peculiares argumentativas pressupõe, de acordo com Ramos (2007: 33), perceber que "o texto está atrelado à situação de uso", uma vez que "o leitor/ouvinte faz uma analogia entre o que observa no texto com o que percebe no mundo real que lhe serve de parâmetro".

CAPÍTULO I

O RISO

As charges apresentam uma carga de humor que permite, ao leitor, uma leitura crítica de assuntos voltados principalmente para as questões políticas. O sentido ou o desfecho imprevisível do texto chágico ou de qualquer piada está intimamente relacionado ao que foi configurado por Attardo (1994) e Raskin (1985) como teoria da incongruência. Partindo desse pressuposto, esse capítulo evidencia a história do riso a partir do olhar acurado de autores que têm o humor como objeto de estudo e sua contribuição para a construção de sentidos.

No trajeto histórico a ser construído, o riso é evidenciado pelos autores como um traço distintivo do ser humano, uma vez que, através de textos com uma carga significativa de humor, é possível suscitar interpretações de natureza linguística, sociológica, psicológica ou antropológica. Por isso, o riso sempre constituiu uma incógnita na história do pensamento ocidental, mais especificamente aquilo que faz o homem rir, logo, não se pode pensar na percepção conceitual do riso, sem considerar como é apresentado nos diferentes momentos históricos.

1 O mistério do riso na Antiguidade

Ao apresentar sua percepção em relação ao riso, Minois apoia-se na citação de Reinach (1996): tendo rido Deus, nasceram os sete deuses que governam o mundo. Quando ele gargalhou, fez-se a luz, ele gargalhou pela segunda vez: tudo era água. Na terceira gargalhada, apareceu Hermes; na quarta, a geração; na quinta, o destino; na sexta, o tempo. “Depois, pouco antes do sétimo riso, Deus inspira profundamente, mas ele ri tanto que chora e de suas lágrimas nasce a alma” (MINOIS, 2003: 1) Logo, entender a origem do riso é muito relevante, pois, além de diferenciar o homem dos animais, o riso foi durante muito tempo aquilo que distinguia o homem de Deus.

Outra referência feita por Minois, a respeito da história do riso, é a do autor anônimo do papiro alquímico que data do século III, o papiro de Leyde que enuncia: o universo nasceu de uma enorme gargalhada, pois Deus, o Único, qualquer que seja o seu nome, é acometido – não se sabe por que – de uma crise de riso louco, como se, de repente, ele tivesse consciência do absurdo de sua existência. Portanto, desvendar os mistérios do riso é ainda hoje um desafio, já que é uma faculdade intrínseca à condição humana, marcada, de um lado, pela superioridade em relação aos animais e, de outro, pela inferioridade em relação a Deus.

Na literatura grega, o filósofo Próclus, no séc. V a.C., fala de um poeta órfico que atribuía o nascimento dos deuses ao riso da divindade soberana e o nascimento dos homens a suas lágrimas. Nesse sentido, o riso seria a marca da vida divina. Para Reinach (1996:147), “diferentemente do pobre riso dos homens, testemunha de uma vitalidade precária e inferior, o riso dos deuses parece não terminar nunca”, uma vez que por ser divino, o próprio riso é inquietante.

Segundo Minois (2003), os gregos apresentavam uma concepção dúbia do riso, já que festa e riso apresentam-se inseparáveis. Segundo o autor, enquanto, em algumas festas, é possível perceber uma reatualização dos mitos, por meio do riso festivo que se configura como a manifestação do contato com o divino a fim de pedir proteção aos deuses. Em outras, as danças são comumente acompanhadas de gritos e deboches. Tal dubialidade se justifica, uma vez que, para o autor, o riso é um sopro grande demais para o espírito, podendo, pois, conduzir à loucura.

Nesse sentido, o riso festivo, comum em alguns rituais sagrados, entendido como um ato insano, acaba sendo um viés importante para aquilo que se configurou como recriação do mundo ordenado, ou seja, a reintegração do homem ao mundo do sagrado, tornando-se, pois, o avesso do cotidiano, a ruptura com as atividades sociais, o esquecimento do profano cujos rituais acabavam por manter um contato com o mundo dos deuses e dos demônios, os quais eram considerados pelos povos da Antiguidade como os responsáveis pelo controle da vida humana.

De acordo com Minois (2003: 32), “o riso festivo é, ao mesmo tempo, a irrupção do caos e sua autodestruição”. A partir dessa assertiva é possível perceber que a sátira, ou seja, a crítica às questões morais, sociais e políticas, acaba sendo

a mola propulsora do riso, uma vez que a comédia serviu e serve de válvula de escape para a sociedade.

A sátira e a comédia, enquanto condutas de substituição, têm importante papel apaziguador, já que, por meio do riso, descarregam o excesso de energia hostil, ou seja, por meio do festivo e do teatral, tenta-se dissolver o sentimento de revolta. O autor (2003: 35) enfatiza que “o riso coletivo, de alguma forma, prepara o abandono da violência, ele a desarma”. Tal assertiva vai ao encontro da interpretação naturalista de Konrad Lorenz (1903 – 1989) de que o riso, como uma ritualização do instinto de agressão que existe em cada um de nós, permite controlar e reorientar as tendências naturais para a brutalidade, a fim de tornar possível a vida social.

A respeito desse período, Minois (2003: 31) expressa:

O parêntese festivo do riso desenfreado serve, pois, à recriação do mundo ordenado e ao reforço periódico da regra. Ela é também uma reintegração do homem ao mundo do sagrado, um retorno físico ao numinoso cuja plenitude se confunde com a do estado primordial. É o avesso do cotidiano, a ruptura com as atividades sociais, o esquecimento do profano, um contato com o mundo dos deuses e dos demônios que controlam a vida. É assim, um retorno às origens que permite reproduzir os atos fundadores, para regenerar o mundo e os homens, para interromper o declínio.

Na Antiguidade, destacam-se Sócrates, Platão, Aristóteles, Cícero e Quintiliano cujos textos já indicam que o campo de investigação do riso combinava diferentes abordagens: ética, poética, retórica.

Nesse sentido, Sócrates apresenta a natureza insidiosa do riso e do risível (ALBERTI, 1999). Para ele, o ser risível é, pois, vítima de uma ilusão, uma vez que não consegue conhecer a si mesmo. Segundo Sócrates, o riso mistura dor e prazer; para tanto, ao se referir às pessoas que são objetos do riso, ressalta uma condição: a de que sejam fracos, pois os poderosos, os fortes não são risíveis, mas temidos. A respeito de Sócrates, Minois (2003: 65) assevera: “a grande lição do riso socrático é que nós acreditamos saber das coisas quando não sabemos nada”.

Platão, a quem é delegada as primeiras especulações a respeito do riso, associa- o a algo negativo. Para ele, o riso seria um prazer falaz, próprio da multidão medíocre de homens despojados de razão. Em seus escritos, faz uma reflexão ética e moral sobre o tema. Para Platão, há duas formas de prazer: os verdadeiros, pautado no belo e os falsos, ações que misturam prazer e dor que seriam responsáveis pelo surgimento de sentimentos como a inveja e a malícia.

O riso, pois, surgiria a partir da mistura do prazer (o riso em si) com uma das dores da alma, a inveja (manifestada na pessoa que é risível)¹. Para o filósofo, o riso e o risível seriam prazeres falsos, experimentados pela multidão medíocre de homens privados de razão. Platão afirma que o riso faz as pessoas perderem a lucidez e o controle de si mesmas.

Segundo Aristóteles, teórico do riso, o homem é o único ser que ri, ou seja, a capacidade de rir é uma das características fundamentais que diferenciam o homem dos demais animais. Em seus escritos, Aristóteles faz uma abordagem do cômico, a partir de três ângulos: o poético, o físico e o retórico.

Na abordagem poética, a definição do cômico surge em oposição ao trágico. A comédia, por sua vez, é construída a partir de algo verossímil e tem duas diferenças em relação à tragédia, já que não pune os homens maus em seu desfecho e representa os chamados “homens baixos” (os não nobres). Portanto, fica claro que o cômico, “é um defeito moral ou físico (a deformidade) que, sendo inofensivo e insignificante, opõe-se ao pathos e à violência trágica e, por isso mesmo, não causa terror nem piedade”².

A abordagem física do cômico, segundo Aristóteles, está atrelada a uma tradição médico-filosófica de que o homem é o único animal que ri e ri por um motivo físico, ou seja, por meio do calor gerado na região do diafragma. Corroborando com a abordagem aristotélica, Alberti (2002) enfatiza que, no organismo, o riso passa por uma espécie de circuito que penetra nos seres pelos

¹ A mistura de “prazer” e “dor” nas paixões da alma é retratada no livro IV de *A república* de Platão.

² Op.cit., 2002: 49.

sentidos, vai até o cérebro e atinge o coração e o diafragma, cujos efeitos colaterais são: tremores, rosto rubro e respiração ofegante.

A abordagem retórica do riso, por sua vez, apresenta as várias possibilidades de sua utilização principalmente na oratória, já que pode ser usada para desviar a atenção da plateia de algo que foi dito. Outra característica do riso, evidenciada pelo filósofo em termos persuasivos, é o jogo de palavras que pode gerar a ambiguidade, mostrando assim ao ouvinte algo inesperado.

Apesar de concordar com a premissa aristotélica de que o riso é exclusivo do homem, Propp (1970) anuncia que outros animais podem se tornar risíveis, uma vez que se pode ver nas ações desses animais alguns arremedos e semelhanças com o homem. Como exemplo de animal que pode se tornar risível, o macaco cujos trejeitos pode se assemelhar a algumas características humanas.

Para exemplificar o conceito de riso e do ridículo, Aristóteles utiliza a metáfora da máscara que, embora apresente uma imagem feia e distorcida da realidade, desperta o riso sem causar dor. Na concepção aristotélica, diferente da percepção de Platão, o riso é visto de forma mais amena, ou seja, vislumbrado a partir de uma percepção eufemista. Em suma, se para Platão, o riso é o exagero da alma; para Aristóteles, o riso representa um estímulo à boa vontade do ouvinte, ou seja, dependendo do interesse do orador pode ser um argumento desde que não seja utilizado como chocarrice.

Ao analisar a vivacidade e a surpresa que as metáforas podem encerrar, segundo Attardo (1994), Aristóteles começou a desenvolver a teoria da incongruência cujas características serão apresentadas em um capítulo posterior, ao perceber que, nos trocadilhos utilizados pelo orador, apesar do inesperado e do inadequado, o ouvinte conseguia perceber a verdade, ou seja, se a palavra é usada com um segundo sentido ou metaforicamente e o ouvinte extrai os fatos, o orador atinge seu objetivo. Vale ressaltar que Aristóteles foi o primeiro a perceber que os trocadilhos jogavam com a leitura do sentido literal das metáforas.

Segundo Alberti (2002), os primeiros estudos sistemáticos do riso e do risível foram atribuídos a Cícero (106 – 43 a.C) e a Quintiliano (35 – 100 d.C) cujos pressupostos teóricos serão apresentados posteriormente. Para Cícero, havia

duas modalidades de riso: o verbal e o referencial, ou seja, o que decorre das palavras e o que decorre das coisas e/ ou ações. A partir dessas modalidades, Cícero estabeleceu a distinção entre o humor verbal e o referencial (ATTARDO, 1994).

Como instrumentos de manifestação do humor verbal, Cícero apresentou a alegoria que consiste na representação de pensamentos e ideias, ou seja, qualidades sob forma figurada. Vale ressaltar que a metáfora, antífrase ou ironia e a antítese também são formas de manifestações de humor, uma vez que as palavras com duplo sentido geram o humor verbal, em suma, uma palavra ou uma simples alteração de palavras pode suscitar o risível.

Nesse sentido, no risível das coisas e/ou ações evidenciadas pelo humor referencial, as anedotas e as caricaturas são instrumentos desta manifestação. Vale salientar que, entre tantos gêneros textuais, a charge, os cartuns e as tirinhas associam em sua produção o riso verbal e o referencial, trazendo, pois, um efeito comunicativo extremamente profícuo.

Cícero reiterou a posição de Aristóteles que apresentou o riso como uma torpeza moral ou advinda de uma deformidade física. Para Cícero, o ouvinte que ri dessa expectativa traída, ri de seu próprio engano, o que acontece também no risível das coisas: nos disfarces e troca de papéis, expedientes comuns às comédias.

Sobre as diferenças entre o humor verbal e referencial, segundo Cícero: se de um lado, o efeito humorístico resiste à paráfrase ou à tradução, sua efetivação dependerá do conteúdo semântico, mas se, por outro lado, tal efeito não subsiste após a tradução, sua efetivação dependerá da forma do texto. O primeiro diz respeito ao humor das ações; o segundo ao humor das palavras.

Nas charges apresentadas, ao longo da revisão de literatura, optou-se por nominá-las a fim de atender aos objetivos propostos nos capítulos. A charge a seguir do chargista Mariano, publicada em 29 de janeiro de 2010, apresenta as características do humor verbal (das ações) e o referencial (das palavras).

Figura 1 - Censura X liberdade de expressão



Fonte: Disponível em: < www.ocarambola.blogspot.com>. Acesso em maio de 2015.

Na charge apresentada, a linguagem não verbal e o efeito gerado pelas caricaturas exemplificam o humor das ações. O enunciado: “Chávez tira seis canais de televisão do ar” possibilita, ao leitor, estabelecer relações de sentido por meio do jogo de palavras. É visível, na charge, a associação do vocábulo Chaves, ao ex-presidente da Venezuela que ficou conhecido como um ditador e um cerceador da liberdade de expressão principalmente nos meios de comunicação.

A linguagem icônica retratada mostra, ao mesmo tempo, o medo e o cômico, uma vez que a expressão “bem que podia ter um chaves desse por aqui” apresenta o inusitado, o não previsível, pois as personagens defendem a extinção de alguns programas que são impostos à sociedade, em decorrência da liberdade de expressão dos meios de comunicação no Brasil.

Em seus estudos, Minois lembra uma reflexão de Cícero a respeito do riso. Para Cícero, o domínio do ridículo é sempre alguma feiura moral, alguma deformidade física e o meio mais poderoso, se não o único, de provocar o riso é ressaltar uma dessas feiuras, de um modo que não seja feio. Nesse sentido, Minois (2003: 106), retomando a fala de Cícero, exprime que para o filósofo “há mil maneiras de fazer rir, por palavras e por ideias”.

O trajeto histórico do riso, na Antiguidade, a partir da percepção dos filósofos gregos mostrou que o riso, vindo dos deuses, apareceu como meio de controlar os instintos animais (agressividade, medo) e como uma reação instintiva de proteção diante da tomada de consciência de nossa condição mortal, da perspectiva vertiginosa do nada.

1.1 O riso – dito espirituoso

A teoria de Quintiliano sobre o riso e o risível é a continuidade da teoria de Cícero. Segundo Alberti (2002), apesar das semelhanças, seu pensamento esclarece algumas das teorias que servem de base ao pensamento antigo sobre o riso que o associa a situações não planejadas. Para Attardo (1994), ao falar da sedução provocada no ouvinte toda vez que um orador deixa escapar um dito espirituoso, “não planejado”, Quintiliano (1996), não só destaca os objetos do riso, como também as formas de o suscitar.

Tomando como base a fala de Cícero: o riso é provocado pelo que fazemos (ações) e pelo que dizemos (palavras), seu objeto pode ser encontrado em três lugares: em nós, nos outros e nos elementos neutros, ou seja, a divisão entre as coisas e palavras constitui um instrumento retórico que tem por função revelar o risível que pode ocorrer em situações simuladas ou “fingidas” pelos seres. Independentemente disso, para Cícero, o riso é um meio, uma arma, um instrumento que pode não só convencer, atacar, defender, como também ensinar.

Nesse sentido, Attardo (1994) enfatiza a modernidade linguística do Quintiliano, quando o aproxima de Raskin que propõe três oposições semânticas básicas: o real/irreal, normal/anormal e o possível e impossível. Segundo o autor, existe uma semelhança entre os dois, uma vez que Quintiliano trabalhou a oposição certo/errado e ou verdadeiro/falso como forma de criar o humor a partir da frustração do ouvinte, do inusitado, ou seja, o que hoje configura-se como entropia.

O ensino do risível na arte retórica, tema do III capítulo do livro VI da única obra do autor, trata da peroração – última parte do discurso cujo foco é a apresentação do balanço de intervenção. É nessa parte que, para Alberti (2002), Quintiliano aborda as paixões – ferramenta de persuasão para tentar “comover o ouvinte”, por meio da sedução de sentimentos. Diante do exposto, percebe-se que a questão do riso está, portanto, inserida nas discussões sobre as paixões, sendo o risível um dos últimos recursos para convencer e seduzir o ouvinte.

Ao longo do discurso, Quintiliano (1996) explica como é difícil tratar dessa questão, dada a própria indefinição do objeto do riso, haja vista que, segundo Alberti (2002), ao falar sobre o dito espirituoso, Quintiliano enfatiza que, na maior parte do tempo, tal dito pressupõe alguma coisa de falso, uma vez que o julgamos de maneira variada, nem sempre pelo princípio moral, mas por uma espécie de propensão do espírito, daí a dificuldade de se explicar sua origem.

Embora haja essa dificuldade, assim como em Cícero, Quintiliano apresenta algumas premissas, entre elas estão: o riso não é apenas provocado por uma ação ou uma palavra, mas também pelo toque físico; risos não só do que é dito ou feito de modo picante e espirituoso, mas também por estupidez, por cólera e por medo. Nesse sentido, Cícero afirma que o riso tem sua origem em alguma deformidade e alguma torpeza (definição presente na poética de Aristóteles) e, segundo Alberti (2002), quando essa deformidade é evidenciada nos outros é uma brincadeira de bom tom, quando o dito recai sobre aquele que fala, é estupidez.

A partir de então, Quintiliano faz uma divisão primária entre as coisas e as palavras, uma vez que começa a tratar não do riso em sua essência, mas do que faz rir (*ridiculum*), tais distinções apresentam três pontos: o riso se extrai ou de outrem, ou de nós, ou de elementos neutros.

Quando o riso é extraído de outrem, a reação é sempre de repreender, ou de refutar, ou de humilhar, ou de replicar ou de iludir. Quando advém de nós mesmos, reagimos de modo diferente, uma vez que falamos rindo, dizendo palavras, muitas vezes absurdas.

A justificativa para essa diferença de postura para o que faz rir: as palavras na boca de outros são asneiras; em nossa boca, escapam por imprudência. É o

que Quintiliano defende como ingenuidade fingida que é responsável por gerar o riso localizado “em nós”, ou seja, nas “pessoas prudentes” que deixam escapar o dito espirituoso deliberadamente, por meio de discursos carregados de ironia.

E, o riso advindo de elementos neutros é aquele que foge ao previsível, ou seja, quebra com a expectativa, com o esperado, ao tomar as palavras em uma acepção deturpada, por meio da utilização de trocadilhos ou expressões ambíguas.

Embora as teorias de Quintiliano e Cícero apresentem diferenças bastante claras, uma vez que em Cícero não se encontra a divisão dos lugares do risível, nem na ênfase sobre o fingimento e a simulação como fatores de especificidades do risível, a teoria de Quintiliano não pode ser compreendida fora do contexto do ensinamento retórico nem dissociada da teoria de Cícero.

Tais pressupostos tornam o texto de Quintiliano mais próximo da formulação de Aristóteles, uma vez que, de acordo com Alberti (2002: 67), “as coisas risíveis são necessariamente agradáveis, homens, discursos, atos”.

1.2 O riso na Idade Média

Assim como na Antiguidade, o riso na época medieval simulava um retorno ao caos original, em que a desordem se mostrava fundamental para a recriação ordenada do mundo e para o reforço da regra. Nesse contexto, o riso continuava conservador e tinha por alvo a moralidade e a política.

A partir da Idade Média, outro cenário nos é apresentado: a sociedade se depara com um riso que se opõe às normas sérias e ao sagrado, ligado à cultura cômica e a festas populares. Segundo Minois (2003: 112), “o riso está ligado à imperfeição, à corrupção, ao fato de que criaturas sejam decaídas”, ou seja, o riso medieval é comparado a algo parodístico, já que a percepção de riso estava associada à visão teológica que se apoiava no silogismo: nos textos bíblicos não havia registro que Cristo, Deus feito homem, sorria e como o homem deve ser a imagem e semelhança de Deus, logo não é próprio do homem sorrir.

Nessa época, o riso passou a ser sinônimo de leviandade e orgulho “pois o Senhor condena aqueles que riem agora, e é claro que a alma fiel nunca deve rir”³. Nesse sentido, o homem medieval imita deformando, como exemplo: a festa dos Loucos, o Carnaval, os bobos da corte que serviam aos grupos como brincadeiras, zombarias; tais jogos reforçavam os valores e hierarquias, invertendo-as ritualmente, uma vez que o profano acabava sendo uma marca do riso medieval.

Nas festas populares, comuns à época, o riso escarnecia não só as convenções, mas também os próprios burladores que se renovavam e renasciam. O riso opunha-se, pois, ao oficial, ao tom sério, ao religioso. Tal oposição era comum, não só nas manifestações carnavalescas, nos cultos cômicos, nos bufões, nos tolos, como também nos anões que apresentavam diferença notável em relação às formas de culto e cerimônias oficiais.

Figura 2 - Manifestações carnavalescas – Inversão de papéis sociais



Fonte: Disponível em: <<http://www.itribuna.com.br/blogs/>>. Publicado em 27/04/2014.

No pensamento medieval, segundo Alberti (1999: 68), “o riso não somente distinguia o homem dos animais, mas também de Deus”. Nessa linha de raciocínio, segundo a autora, o homem possuiria a faculdade de RISIBILITAS (lat. “disposição para rir”) que, ao mesmo tempo, marcava sua superioridade diante dos animais e a sua inferioridade, sua fraqueza humana, perante Deus.

Como o riso opunha-se ao oficial, ao tom sério, ao religioso, as manifestações, as festas carnavalescas e os cultos cômicos, ofereciam uma visão

³ Regras monásticas de Bento de Aniana – *Concordia regularum*, XX.

distinta de mundo, já que a festa oficial tendia a consagrar a estabilidade e a imutabilidade das regras sociais.

Para Balandier (1982), as festas populares, de alguma forma, marcavam uma interrupção provisória de todo o sistema oficial, com suas interdições e barreiras hierárquicas. Nos períodos festivos, o homem desvinculava-se das atividades cotidianas e habituais para penetrar no domínio da liberdade utópica onde tudo era permitido: uso de grosserias e palavras injuriosas, tais blasfêmias apresentavam-se como grosserias ambivalentes já que, ao mesmo tempo em que degradavam, regeneravam e renovavam.

Na Idade Média, a predominância eram as festas carnavalescas, nelas o povo representava sua própria vida, parodiando-a; com uma vida melhor, livre, transfigurada. O riso, nessa ocasião, tem um valor subversivo tolerado pelas autoridades, uma vez que, as condições sociais oficiais eram zombadas, reviradas e os ritos mais sagrados eram parodiados.

Nessas manifestações, segundo Minois (2003: 159), “destrói-se, reduz-se, inverte-se, zomba-se de tudo que faz medo”. Em suma, o riso profanador e libertador do povo medieval passa a ser uma visão de mundo, uma vez que o riso carnavalesco é, ao mesmo tempo paródia construída pela máscara, pelo disfarce e pela inversão. Nesse período, surge, com a fábula e a farsa, uma nova visão cômica do mundo que requer um novo linguajar: as grosserias e a inversão.

Diferentemente da percepção atual, as fábulas configuravam-se como pequenos contos em versos altamente obscenos e grosseiros, ao contrário do que se possa imaginar, não se destinavam ao populacho; eram lidas em cortes e praças, tendo por público alvo a aristocracia, os nobres e os burgueses. A farsa, por sua vez, configurou-se como um gênero teatral apresentado ao ar livre, geralmente ligado ao Carnaval e diferente da fábula atraía um público mais popular e urbano.

Tanto as fábulas quanto à farsa objetivavam fazer rir. A primeira apresentava, com frequência, a mulher como personagem principal que aparecia como um ser fascinante e de sexualidade exacerbada, encontrando, no pároco local, o amante perfeito. A segunda apresentava sempre personagens

estereotipados, sendo que a mulher, o marido e o pároco formam o trio central, em torno do qual se encontravam trapaceiros e ingênuos.

Para Balandier (1982), a farsa explora assuntos ligados à vida privada, à violação de tabus, sem apresentar juízo de valor. Nesse contexto, a mulher infiel, o marido ingênuo e o padre são personagens muito utilizados, pois se encontravam imersos em uma importante realidade social: o alto índice de mortalidade feminina e os frequentes segundos casamentos de homens mais velhos com moças mais jovens.

Minois (2003: 204) alude que “o riso da farsa é individualista, portanto, compete a cada um arrancar, pela astúcia, uma fatia de felicidade sem, contudo, colocar o mundo sob questionamento”. A felicidade evidenciada pelo autor configura-se como uma visão excepcional, de uma infração particular, de uma libertação provisória, de uma desforra causal à regra geral.

Esse riso de zombaria, típico do riso carnavalesco é, segundo Balandier (1982), capaz de liberar necessidades recalcadas, servindo de válvula de escape coletiva, ou seja, “o riso carnavalesco é antes um fator de coesão social que de revolta” (MINOIS, 2003: 168). Nesse período, era comum, nos cortejos, as figuras amedrontadoras, exóticas que ameaçam atacar os espectadores, provocando medo e, ao mesmo tempo, o riso acaba sendo, pois, uma forma de afastar o próprio medo.

Na Idade Média, o riso do carnaval é também o riso da loucura, pois segundo Minois (2003: 167):

as figuras do bobo e dos bufões enaltecem uma verdadeira reviravolta de valores, trazendo à tona o sagrado e o profano, inspirando a repulsa e a piedade, nele – no riso – toleram-se todas as liberdades, o que permite que o mesmo seja alvo do escárnio desenfreado e constante.

Ao comentar esse período, Bakhtin (2008) enfatiza que, na Idade Média, o riso acaba sendo a expressão cômica de uma alternativa improvável, louca, burlesca que só confirma a importância da ordem e dos valores. Além do

Carnaval, outras manifestações festivas de contestação social e de subversão hierárquica aparecem nesse período, entre elas destacam-se: a festa dos Bobos e a do Asno no início do século XIII.

A festa dos Bobos surge nos meios eclesiásticos e para eles. Nessa festa, era permitido aos jovens que habitavam as catedrais brincadeiras cujo foco era, por meio de paródias, imitar os ofícios, numa espécie de auto derrisão clerical. Tal brincadeira se prestava ao riso e mostrava que uma cultura podia, perigosamente, zombar de suas práticas religiosas, imaginando um mundo completamente diferente, em que os bobos tornam-se reis.

Figura 3 - Carnavalização e liminaridade: o bufão como ente - liminal



Fonte: PADILHA, Pricila Genara. Revista Gambiarra. Disponível em: <http://www.uff.br/gambiarra/artigos/0002_2009/teatro/Genara/>. Acesso em 15/06/2014.

As imagens apresentadas exemplificam a festa do Asno cujo objetivo era evocar a fuga de Maria levando o menino Jesus para o Egito. O centro da festa não é nem Maria, nem Jesus, mas o asno e seu “hinham”. Para tanto, o animal é vestido com uma rica capa e faz sua entrada, entoado pelos cânticos.

Ao fim da cerimônia, o padre, à guisa de bênção, zurrava três vezes e os fiéis, por sua vez, respondem zurrando outras três. Assim como na dos Bobos, a festa do Asno só legitima a ordem das coisas. Percebe-se, pois que “essa festa se destaca sobretudo pelo divertimento inocente, popular, do asno pelo desejo de fazer justiça ao mais modesto, ao mais fraco” (HEERS.op.cit.: 141).

Para Balandier (1982), outro pilar da cultura cômica popular é a literatura paródica. De cunho recreativo, criada nos momentos de lazer que proporcionavam, às festas, uma atmosfera de liberdade e licença. Não tinha por objetivo a derrisão e destruição de estatutos sociais. Para os parodistas, o mundo é cômico: o riso é tão universal quanto à seriedade; é uma verdade que se conta a respeito das coisas, é um aspecto festivo do mundo em todos os seus níveis.

Nesse sentido, o riso na Idade Média não é uma sensação individual e subjetiva, é uma sensação social e universal, haja vista que o homem experimenta a continuidade da vida na praça pública, misturando-se a uma multidão de todas as idades e condições, sente-se membro de um povo em estado latente de crescimento e renovação.

Bakhtin (2008) enfatiza que a verdade do riso, na época medieval, desagradava o poder, uma vez que se fazia acompanhar de injúrias e blasfêmias, tendo o bufão por seu porta-voz. Tal verdade foi construída essencialmente a partir dos mais distintos modos de grosserias, de travestismos paródicos dos cultos oficiais, de coroações e destronamentos de bufões, consagrados como rei pelo povo e depois devolvidos ao ridículo, ou seja, o cômico, conhecido como realismo grotesco, foi pautado no princípio do rebaixamento do sublime, do poder e do sagrado.

Percebe-se, pois, que o cômico medieval foi ambivalente, já que ao rebaixar e injuriar deu início à renovação, a um novo nascimento, a ser vislumbrado no renascimento.

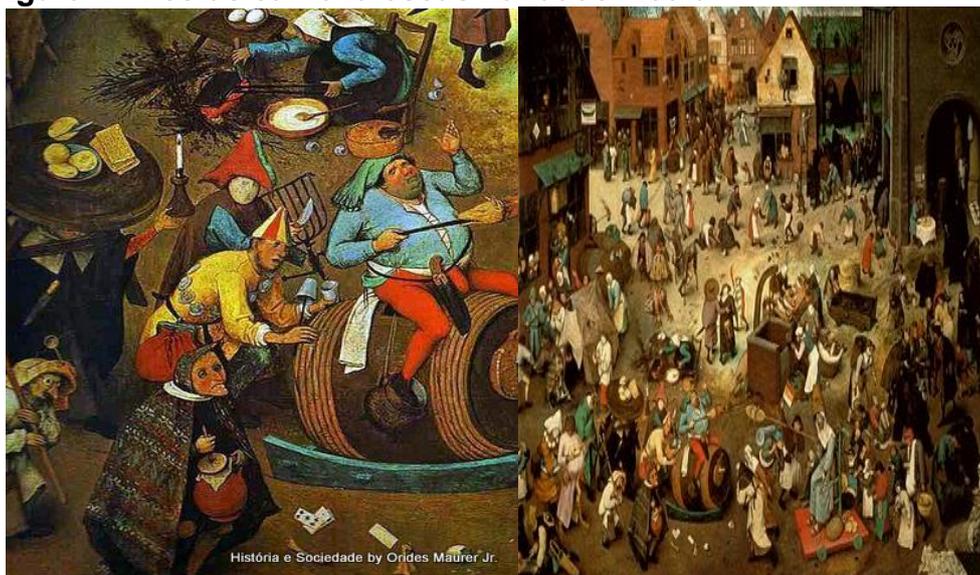
O riso, nessa ocasião, tinha um valor subversivo tolerado pelas autoridades. Nas festas, as condições sociais oficiais são zombadas e reviradas, os ritos mais sagrados são parodiados. Segundo Balandier (1982: 54), a época carnavalesca é:

aquela em que uma sociedade inteira se mostra, se libera pela limitação e pelo divertimento, se abre aos ataques e às críticas por meio de transposições toleráveis, e se entrega parodicamente ao movimento a fim de com ele alimentar sua ordem. Tudo se diz no disfarce, tudo se valida pela união estreita do sagrado e do bufão. A inversão é o processo que permite virar o tempo no avesso, metamorfosear a escassez em abundância, o acabamento em consumo, romper as censuras e as

conveniências, em proveito da festa, dá lugar às contestações, dissolvendo-as na irrisão e na diversão coletiva.

As imagens abaixo ratificam a citação de Balandier a respeito das festas carnavalescas na Idade Média.

Figura 4 - Festas carnavalescas na Idade Média



Fonte: Disponível em: <www.idademediaimagenscotidiano.com.br>. Acesso em março 2015.

O riso, na Idade Média, enraizou-se num contexto cultural do qual foi, ao mesmo tempo, um componente e um elemento revelador. Em relação a isso, Minois (2003: 194) complementa “o riso, o humor, cômico medieval, embora fenômenos universais, elaboram-se com base em um quadro de acontecimentos, em um conjunto de crenças e de convicções ditadas por coordenadas espaço temporais específicas”.

Por fim, o homem medieval ri um duplo riso contraditório: “seu riso de festa, coletivo, manifesta a confiança que ele confere a seu contexto cultural, parodiando-o; o riso individual, pessoal, manifesta o prazer que ele pode ter ao enfrentar, em particular, o que respeita em grupo” (MINOIS, 2003: 240).

1.3 O Riso no Renascimento

O Renascimento foi um período marcado por mudanças sociais que influenciaram a percepção do riso na cultura ocidental no século XV. O riso, naquele período, foi considerado como o riso de medo, pois quando o mundo se torna absurdo e ameaçador, o que fazer senão rir? Rir de tudo e de todos, de Deus e do Diabo, da loucura e da morte.

Para Minois (2003: 272), “a renascença foi a rejeição da cultura oficial da Idade Média pelo riso popular, por uma carnavalização direta da consciência, da concepção do mundo e da literatura”. Esse riso agora agressivo e violento tornou-se comum nas festas.

A sociedade, por sua vez, ficou exposta às piadas da multidão. O Carnaval, com toda sua licenciosidade, foi a expressão mais apropriada de um mundo às avessas, já que fantasiados, notáveis da cidade, declamavam versos satíricos contra autoridades civis e eclesiásticas, alvos certos, representavam abades, príncipes, bispos, todos com títulos cômicos, tal qual príncipe dos tolos, mãe louca.

A premissa maior desse período era que a ordem existia para ser perturbada; a hierarquia para ser invertida; o sagrado para ser profanado e, para tanto, cada sociedade geraria seus próprios meios e gêneros de subversão. A loucura ganhava destaque e o louco acabava sendo o bode expiatório perfeito, o burro de carga, alvo de sarcasmos e apelidos de quem era permitido rir dos males, das angústias. A loucura foi, pois, a marca da miséria humana que foi rechaçada pelo riso.

Para justificar essa nova forma de pensar, Minois (2003) enfatiza que, no fim da Idade Média, tudo se tornou mais amargo e o riso cada vez mais agressivo, a zombaria mais maldosa e a ironia mais cruel decorrentes dos grandes medos, entre eles o da volta do diabo.

A Renascença foi o período que marcou o advento do humor, o riso explode em mil pedaços e seu tom burlesco, inquietante, humorístico faz ecoar uma grande sinfonia de gargalhadas insuportáveis aos ouvidos de reformadores religiosos.

Nesse novo cenário, outro gênero cômico surge: a caricatura, criada por meio da observação das particularidades individuais onde se acentuam este ou aquele traço característico com finalidade cômica.

1.3.1 O mundo rabelaisiano e suas ambiguidades

A renascença repousa, entre outras, sobre contradição flagrante entre o humanismo sorridente e o fanatismo religioso tal contradição sinaliza a incongruência do riso rabelaisiano. Segundo Minois (2003: 274), “é com Rabelais que começa de fato o riso moderno que não é mais cômico”, ou seja, “tudo tem duplo sentido, dois níveis, em Rabelais; tudo pode ser lido pelo direito e pelo avesso”.

As figuras emblemáticas do riso e das lágrimas, apresentadas por Rabelais, mostram as ambiguidades diante do drama da vida e da morte. Ao falar do riso em Rabelais, Minois (2003: 277) afirma que esse riso “é mais impertinente que aquele das farsas medievais, [...] é mais vivamente sentido porque, atrás de sua erudição arcaica, é muito moderno, uma vez que é um pouco o riso do tempo, que deixa atrás de si o mundo medieval”.

Essa dimensão temporal do riso cômico de Rabelais também lhe conferiu um aspecto grotesco, com perspectivas inquietantes, uma vez que o médico Rabelais deu ao riso um uso terapêutico capaz de curar a doença da alma. Suas inquietações residiram nos seguintes questionamentos: se o riso cura, cura de quê?

De acordo com Minois (2003: 313), “a gargalhada ensurdecadora da Renascença termina com Shakespeare, que nos deu a imagem mais completa da variedade e ambiguidade do riso”. Segundo o autor, a vida é fundamentalmente uma tragédia, não uma comédia e o “verdadeiro” riso é aquele que vem pontuar esse tecido trágico. O riso deve, pois, ser uma reflexão sobre a tragédia; uma forma de interpretá-la e de identificar seu sentido ou a falta dele.

Nessa perspectiva, o riso, enquanto terapia, é sempre ambivalente. Rabelais expressa que a diferença entre ri e chorar é menor do que pensamos, uma vez que “choramos e rimos da mesma coisa”, ou seja, o ser humano nessa ambivalência pode ser comparado a um louco (MINOIS, 2003: 282). Assim, para Foucault⁴, o que há no riso do louco é que ele ri antes do riso da morte; e o insensato, pressagiando o macabro, desarmou-o.

O riso, enquanto percepção humana, foi estudado na renascença a partir de diferentes aspectos, uma vez que seu valor terapêutico serviu de base de estudos em outros tratados. Segundo Minois (2003: 293), Joubert (1579) contrapondo-se à teoria diabólica do riso, afirma: rir é o mais maravilhoso dos dons de Deus; é um privilégio concedido “ apenas ao homem, entre todos os animais, por ser o mais admirável”, o que lhe permite ter uma vida social e psicológica equilibrada.

1.4 O riso na Modernidade

Segundo Bakhtin (2008), o riso do século XVII, diferente do Renascimento, não pode ser encarado como uma forma universal de concepção do mundo; devendo, pois, referir-se apenas a certos aspectos da vida social, uma vez que o essencial e importante não pode ser cômico. Logo, não se deve exprimir na linguagem do riso a verdade primordial sobre o mundo.

Na Renascença, todos podem rir, com acentos diferentes, porque o riso é próprio do homem e essência da vida. Na época clássica, muitos não riem mais, uma vez que os responsáveis, as autoridades defendem a ordem, a grandeza, a imobilidade das instituições, valores e crenças de um mundo, enfim, civilizado. Essa atitude exige seriedade e difere da percepção do riso que é o movimento, o desequilíbrio, o caos. O riso é, portanto, relegado à oposição.

Na literatura, o riso sempre desempenhou uma função secundária, prova disso é que se o século XVI marcou o apogeu da história do riso, os séculos

⁴ FOUCAULT, M. *Histoire de la folie à l'âge classique*. Paris. 1972, p.26.

seguintes marcaram sua degradação. No século XVII, houve a estabilização do regime da monarquia absoluta que encontrou sua expressão ideológica na filosofia racionalista de Descartes e na estética classicista.

Nessa nova cultura oficial predomina a estabilidade das tendências, seu caráter sério e unilateral, daí a ambivalência do grotesco torna-se inadmissível, razão pela qual vê sua natureza ser alterada e mortificada. Os ritos e espetáculos carnavalescos passam por um processo de arrefecimento, a festa torna-se particular, doméstica.

Segundo Lipovetsky (2005), o riso deixa de ser uma manifestação aviltante que despreza a vaidade e o orgulho dos espíritos pequenos, deixa de lado a visão global da existência para ser um procedimento intelectual da crítica, ou seja, um instrumento destruidor a serviço da razão. Para o autor, o desenvolvimento da consciência reflexiva faz com que o riso perca, cada vez mais, sua dimensão corporal, adquirindo, por sua vez, uma função instrumental – crítica religiosa, política e social, cuja ironia substitui a história engraçada, imaginada para enganar, a piada, o gracejo, a mentira, o embuste, ou seja, a blague, o humor e as grosserias.

Para justificar essa nova realidade, Bakhtin (2008) enfatiza que o riso participa de todos os combates travados no século XVII, haja vista que exprime contestações, desordens, exige liberações, ameaça com bufonarias e caricaturas, assimilando-se ao caos. Para ele, isso foi um reflexo do processo de decomposição do riso ocorrido nessa época.

Para Lipovetsky (2005), o homem do século XVIII compreende que deve controlar o riso, logo esse ato, antes natural, não previsível, torna-se consciente, com finalidades precisas, uma vez que a ironia e o humor acabam por refinar o riso e suas manifestações coletivas passam a ser mais disciplinadas.

O domínio do riso retrai-se, cada vez mais, perde seu universalismo. De um lado, emparelha-se com o típico, com o generalizado, com o mediano, com o banal; de outro, defronta-se com a invectiva pessoal, ou seja, é dirigido a uma pessoa específica. A individualidade histórica universal cessa de ser alvo do riso.

Progressivamente, o universalismo cômico do tipo carnavalesco torna-se incompreensível (BAKHTIN, 2008).

Com o refinamento do riso, a ironia se desenvolve, sendo entendida como a atitude daquele que compreende o mundo, ou julga compreendê-lo e como o indivíduo tornou-se “sensato” e “seguro de si”, permite-se zombar. Para Minois (2003: 366), esse refinamento oportuniza “a substituição do blague, que pressupõe a observação ou o relato que diverte; pela ironia e a brincadeira grosseira, pelo humor”

O riso do século XVIII demarca, pois, a ascensão social, uma vez que o homem dotado de humor é livre, porque o riso agora é uma atitude voluntária e consciente, mas ainda uma arma, visto que pode ridicularizar e, na sociedade aristocrática, o ridículo mata, ou então, como diria Voltaire (1993), a zombaria é um substituto da violência física.

O século XIX, por sua vez, assiste ao avanço da vida política rumo à democracia a partir de então o jogo político refina e aperfeiçoa suas técnicas. Saber rir passa a ser sinônimo de nobreza, requinte, boas maneiras, sendo a zombaria velada muito utilizada nos debates revolucionários.

O homem moderno utiliza “o riso de maneira consciente, com uma finalidade precisa que é, frequentemente, agressiva e destruidora” (MINOIS, 2003: 366). Nessa perspectiva, o ato de rir seria uma força, uma virtude, transformando-se, pois, em uma atividade social. O cenário, apresentado na Modernidade, possibilitou o fortalecimento da caricatura que foi um importante meio de debate.

Figura 5 - A caricatura e seus efeitos



Fonte: Wikipédia, a enciclopédia livre. A história do humor gráfico.

A primeira caricatura tem como fonte inspiradora a teoria da evolução de Charles Darwin (1871) e a segunda apresenta a caricatura de Daumier e foi inspirada na Conferência de Londres de 1830, na qual foram redefinidas as fronteiras da Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos.

Diante do exposto, percebe-se que a caricatura tem sido, através da história, voz contundente e impiedosa que, mesmo sob as condições severas da censura, usando a linguagem metafórica, subversiva e velada da ironia, da sátira, do sarcasmo e do trocadilho, denuncia e reivindica os sofrimentos dos oprimidos.

Ao falar sobre caricatura, Fonseca (1999: 13) a apresenta como “uma arma aguçada que o povo aplaude ao ver, ridicularizadas nela, a força, o despotismo, o autoritarismo, a intolerância, a injustiça”.

Segundo Minois (2003), é na sátira política que o riso vai se deleitar. O início da democracia, as discussões parlamentares e a liberdade de imprensa criam as condições ideais para que a ironia venha a ser convidada a participar.

Balandier (1982) aponta que o riso pode contribuir para a tolerância dos abusos, uma vez que, ao trazer leveza aos fatos, reduz as tensões. Portanto, o século XX provou ser possível ao homem rir de tudo - das guerras mundiais, genocídios, crises econômicas, fome, desemprego e ameaças atômicas.

O humor, que se instala nesse século, segundo Lipovetsky (2005), esvazia o negativo; já que não mais critica ou escarnece a sociedade, nem repousa num fundo de amargura ou tristeza, uma vez que não tem por ambição ser profundo e, para Bergson (2003), não há mais espaço para um riso carregado de excessos e exuberâncias.

Nas democracias ocidentais modernas, quando se pensa em política, o riso zombeteiro, irônico e sarcástico é utilizado largamente, tal derrisão pode servir não só para criticar o poder vigente, como também para banalizar as práticas denunciadas.

De acordo com Lipovetsky (2005), o chargista, ao produzir o humor a respeito da política atual, retoma o bobo da corte não nos mesmos moldes da monarquia, já que na sociedade humorística a vez é do espetáculo e o político, protagonista de muitos cenários, deve desempenhar uma comédia. Nesse sentido, as charges e cartuns utilizam a caricatura para a geração de sentidos, a partir da memória episódica e do processo de associação. A charge, a seguir, publicada no período eleitoral das eleições de 2010, utiliza como único recurso a caricatura e o efeito gerado no eleitor é imediato.

Figura 6 - Eleições 2010



Fonte: Disponível em: <www.charges.com>. Acesso em julho de 2015.

Ao produzir uma charge, o chargista o faz com a intenção de gerar efeitos diversos no leitor, é por isso que esse gênero é sempre muito atual. Embora a questão temporal seja um elemento norteador para compreensão e geração de

sentidos, há charges que parecem ser atemporais, uma vez que podem ser analisadas em contextos e situações completamente adversas.

Ao analisar essa charge à época de sua publicação, o país vivia um momento de crescimento econômico e fortalecimento de programas voltados para a inclusão social, logo, a presidente Dilma, à época candidata, ao ser retratada pelo chargista como uma trabalhadora da Petrobrás (orgulho do país – sinônimo de uma estatal de sucesso), com as mãos sujas de óleo, representa o partido dos trabalhadores – responsável pelo equilíbrio econômico e social. Hoje, essa mesma figura é sinônimo de vergonha, corrupção e as mãos sujas representam a lama que estamos vivenciando.

Para Minois (2003: 423), “um homem de humor é capaz de representar com facilidade um personagem fraco e ridículo na vida real”. Nesse sentido, percebe-se que o riso voluntário, desolado e calculado, substitui, cada vez mais, o riso espontâneo e livre, mas o verdadeiro riso refugia-se no interior de cada um que, ao se deparar com um texto carregado de linguagem não-verbal, torna-se um fenômeno de consciência que só alguns privilegiados possuem e que hoje é denominado como “humor”. Para o autor, riso e democracia são indissociáveis.

O riso é, pois, um forte elemento de poder que pode ser usado para enaltecer ou desmoralizar. Nesse contexto é perceptível que o lugar do riso na vida e na sociedade, ao longo da história, mudou, assim como seu discurso.

1.4.1 A comicidade na percepção de Bergson

O riso, ao longo da história, foi sendo descrito de diversas formas, Bergson (2002:10), em seus escritos, defende que “a insensibilidade acompanha de ordinário o riso e, dessa forma, o riso não tem inimigo maior que a emoção”. Segundo o autor, o riso pode castigar e, ao mesmo tempo, corrigir certos “defeitos” de comportamento, uma vez que as pessoas só riem do defeito de outros se não sentirem algum tipo de emoção, seja compaixão, empatia ou mesmo ódio.

Ao ressaltar que a insensibilidade está relacionada ao riso, Bergson⁵ enfatiza ainda que “não há cômico fora do que é propriamente humano” e, se alguns filósofos já haviam apontado que “o homem é um animal que ri”, acrescenta ainda: “o homem é um animal que faz rir”⁶, logo a comicidade só ocorre no homem e só parte do homem.

O autor enfatiza que o cômico se manifesta nas formas, nos gestos e nos movimentos, nas situações e no caráter. Para ele, “uma situação é sempre cômica quando pertence, ao mesmo tempo, a duas séries de acontecimentos completamente independentes que pode ser interpretada, por sua vez, em dois sentidos bem diferentes” (BERGSON, 2002, p. 45).

O autor (2002) explica que mesmo quando rimos de uma paisagem, de um animal ou até de um objeto como um chapéu, fazemos isso porque flagramos inconscientemente, nessas coisas, algo de humano, seja devido à semelhança com o homem, à marca que o homem lhe imprime ou ao uso que o homem lhe dá. Segundo o autor, é necessário que o riso floresça no campo da insensibilidade, ou da inteligência pura, uma vez que a comicidade só poderá produzir comoção se cair sobre uma superfície d’alma serena e tranquila.

Outro ponto evidenciado nos estudos de Bergson (2003) diz respeito à proposição de que o riso é uma reação inconsciente que objetiva preservar o tecido social, reintegrando os comportamentos desviantes. Para ele, o riso é um gesto social que visa agregar um comportamento inadequado, comprometendo assim a coesão do grupo.

Nesse sentido, o riso é, pois, uma espécie de gesto social que inspira e que reprime as excentricidades, ou seja, “nosso riso é sempre o riso de um grupo” (p. 5). Seria assim empregado instintiva e coletivamente pelas pessoas que riem como uma suave “reprimenda” aos desvios de comportamento daquele que parece estar alienando a si mesmo do convívio social pleno.

⁵ ibidem.

⁶ Idem.

Segundo Bergson (2002: 100), “a comicidade exprime acima de tudo certa inadaptação particular da pessoa à sociedade”. Isso comprova, segundo os pressupostos teóricos do autor, que por mais consciente que uma personagem cômica possa ser, daquilo que diz ou faz, será cômica se houver um aspecto de sua personalidade que ela ignora, um lado por onde se furta a si mesma: só por este lado nos fará rir.

A teoria bergsoniana do riso baseia-se então no funcionamento do efeito cômico (princípio da mecanização da vida), ou seja, rimos quando notamos “certa rigidez mecânica quando seria de se esperar a maleabilidade atenta e a flexibilidade vívida de uma pessoa” (p. 8). Portanto, o riso é desencadeado, na prática, por atos singulares de comportamento que são sintomáticos dessa alienação e que representam a falta de esforço ou disposição do indivíduo para estar completamente atento aos desenvolvimentos a sua volta.

Tal princípio fundamental – a mecanização da vida – está intimamente relacionado aos atos cotidianos e sua comicidade inerente às atividades puramente físicas, como um tropeção ou uma trombada, até os intrincados jogos de palavras, sutis ironias e sarcasmos. Em suma, segundo Bergson (2001), rimos todas às vezes que nossa atenção é desviada para o físico de uma pessoa, quando o que estava em questão era o moral.

O mesmo princípio pode dar origem também à comicidade produzida especificamente pela linguagem, ou seja, quando se obtém um efeito cômico a partir de uma expressão no sentido próprio, quando ela é empregada no sentido figurado, ou ainda quando nossa atenção se concentra na materialidade de uma metáfora.

Nesse contexto, é possível compreender a propriedade curativa do riso, uma vez que “o riso é uma reação inconsciente por meio do qual os desvios sociais são sancionados, mantendo assim a hegemonia social” (Cf. MINOIS, 2003: 521).

1.4.2 Freud e as raízes psicológicas do riso

Ao estudar as raízes psicológicas do riso, Freud (1941) observa que as piadas têm um elemento tendencioso, ou seja, constata-se nelas uma tendência obscena ou agressiva, que tenta atingir o pudor, as crenças, a ideologia, tendência que é gerada pela repressão a que está sujeito o homem, enquanto ser social. Esta repressão será desinibida pelo riso.

Segundo sua teoria, o inconsciente se expressa por meio de quatro fenômenos: os sonhos, os sintomas e perturbações ou disfunções psiconeuróticas, os atos falhos e os ditos espirituosos. Nessa pesquisa, o fenômeno a ser evidenciado são os ditos espirituosos.

Para autor, o cômico tem, com o riso, a particularidade de ser gerado pelo inconsciente. O que ocorre, então é que, diante do desconhecido, o indivíduo armazena uma quantidade extra de energia, que deve ser liberada, como reação. Se o fato ao qual a pessoa deve reagir é breve, a liberação da energia ocorre como uma explosão súbita e, no caso da reação humorística — após uma piada curta — traduz-se em riso.

Ainda em relação ao cômico, Freud (1941) aponta as condições favoráveis e desfavoráveis para a sua construção. Como condições favoráveis estão: a euforia advinda da psique e a expectativa gerada a respeito do ato cômico e, como desfavoráveis, o não automatismo – ou seja – atenção em demasia para que o cômico aconteça e a exposição exagerada da ira e da compaixão, ou seja, o humor é considerado como um prazer pouco intenso, não explode jamais em gargalhadas, mas é altamente enobrecedor e liberador. O essencial não é a piada, mas a intenção que o humor transmite.

Percebe-se, pois, que o riso, na visão de Freud, surge a partir de algo não sério, uma vez que o prazer decorre da possibilidade de pensar, sem as obrigações da educação intelectual, no momento em que a razão e o julgamento crítico declaram a ausência de sentido de nossos jogos de infância. Isso é evidenciado

por meio dos jogos de palavras que nos causam prazer porque nos dispensam do esforço necessário à utilização séria da palavra.

O jogo de palavras, segundo o autor, suscita a ligação entre duas séries de ideias separadas, cuja apreensão usual exigiria muito mais esforço. O prazer que resulta de tal “curto-circuito” é tanto maior quanto mais as duas séries de ideias forem estranhas e afastadas entre si, o que faz com que a economia do curso do pensamento também seja maior. “A técnica do duplo sentido (ou jogo de palavras) criada pelo sentido real e sentido metafórico de uma palavra é uma fonte fecunda da técnica da mente” (FREUD, 1941: 37).

Uma vez que o riso, desde a antiguidade, pertence ao domínio dos humanos, Freud (1941) busca no psíquico a origem do processo de construção do risível. Sua preocupação não se restringe em analisar os efeitos do riso no ouvinte ou espectador da cena e sim no produtor do texto cômico, sua lógica e as razões de suas elaborações.

Ao fixar sua análise na lógica e nas razões de elaboração do texto cômico, Freud (1941) apresenta o trocadilho como outra técnica de elaboração do humor, estabelecendo assim a diferença entre o jogo de palavras e o trocadilho. Para o autor, enquanto o jogo de palavras reúne dois sentidos em uma palavra idêntica, ao trocadilho é suficiente que as duas palavras sugiram uma à outra por uma semelhança qualquer: semelhança geral em sua estrutura, assonância ou aliteração.

Ao analisar o mesmo material verbal, o autor utiliza a categoria da condensação que ele convencionou chamar de princípio da economia, ou seja, desdobramento em outras técnicas de produção de chistes como o trocadilho cujo deslocamento “não depende das palavras, mas do processo mental” (FREUD, 1941: 49). Tal deslocamento se dá pelo raciocínio falho – pelo absurdo – pelo automatismo psíquico – pela unificação – pelo oposto – pela alusão e a analogia.

Todas essas técnicas utilizadas pelo autor consistem na manipulação do material verbal, a fim de gerar novas relações de sentido, a partir de uma intenção cômica preliminar configurada como o humor que cria laço social e apresenta também um aspecto transgressivo e questionador do sentido estabelecido.

Para tanto, o humor como efeito de algo dito, segundo Freud (1941), surge no exato momento em que se está diante de questões limite e repentinamente ocorre um corte, uma criação simbólica súbita, ligada à irrupção de um sentido novo.

1.4.2.1 Os propósitos dos chistes

Segundo Ramos (2007), Freud comparava a gênese do riso à forma do sonho, ou seja, uma manifestação inconsciente de prazer e alívio. Sua base de estudo foi pautada nos chistes que circulavam nos meios sociais e no seu processo de construção que foi dividido em três grandes grupos: a condensação, o múltiplo uso do mesmo material e o duplo sentido.

O primeiro grupo é a condensação que pressupõe uma análise a partir da palavra composta e com modificação, ou seja, é o resumo das ideias que têm pontos em comum e uma analogia entre si. O segundo grupo diz respeito ao múltiplo uso do mesmo material que se dá por meio do deslocamento que pressupõe uma análise do todo e suas partes, em ordem diferente, com leve modificação; o terceiro grupo é formado pelo duplo sentido que pressupõe uma análise a partir de vocábulos nominais, dos significados metafóricos e literais, do jogo de palavras (duplo sentido) e do duplo sentido com uma alusão.

Ao falar dos propósitos dos chistes, Freud (1941) classifica-os como inocentes e tendenciosos. Os chistes inocentes têm um efeito moderado e raramente gera uma explosão de riso, dado seu conteúdo intelectual. Segundo Freud (1987: 50), esse tipo de chiste pressupõe “um fim em si mesmo, não servindo a um objeto particular” e seu “efeito cômico” é encontrado nas próprias técnicas de construção do chiste. Já os chistes tendenciosos, classificados também como chistes hostis cujo foco é sempre externo, dispõem de outras fontes de prazer que se dão por meio da agressividade, da sátira ou da defesa.

Para o autor, os chistes tendenciosos, como não têm um objetivo em si mesmo, precisam de três interlocutores para se realizar: o primeiro é o que profere;

o segundo é aquele que se torna o objeto de agressão hostil ou sexual e o terceiro é aquele em que se cumpre a intenção criadora do prazer do chiste.

Nos chistes ocorrem, pois, um processo de restabelecimento de velhas liberdades e de liberação de carga de instrução intelectual, ou seja, para rir de um chiste, o fruidor precisa escapar das inibições impostas pela sociedade, enquanto aproveita o prazer gerado pelo jogo de palavras.

1.5 As teorias da incongruência e sua importância para os textos chágricos

Pensar em incongruência pressupõe pensar em ruptura do determinismo, do previsível. Nesse contexto, o humor acaba sendo visto como o resultado de uma experiência cognitiva, em que, na expectativa de um determinado evento, o leitor defronta-se com uma ideia (ou fato) incongruente em relação à expectativa mantida. A charge a seguir é um exemplo disso.



Fonte: publicado no caderno de opinião do jornal A crítica em agosto de 2013.

Ao satirizar o programa mais médico, o chargista utiliza a incongruência como suporte para a geração de sentido, oportunizado pela quebra do previsível, evidenciado pela linguagem verbal (*nosso país preza pela liberdade e igualdade*) e pela linguagem não verbal (*médicos cubanos acorrentados*). Essa quebra do

previsível se dá pelo processo de bissociação, uma vez que, ao comparar a linguagem verbal à linguagem não verbal, têm-se dois *frames*: o primeiro, a liberdade e igualdade de direitos, ou seja, a possibilidade de trabalho e salário digno, e o segundo as correntes que representam o julgo do governo cubano que levará uma parte significativa dos salários desses médicos.

A noção de incongruência, de acordo com Attardo (1994), pode ser entendida a partir da teoria da bissociação (exemplificada na charge analisada) e da teoria da mudança de isotopia. A bissociação apresenta como ideia geral que um mesmo texto de humor pode associar dois *frames* (significados) incompatíveis. Segundo o autor, essa teoria se caracteriza por um modelo mais cognitivo que linguístico. A teoria da mudança de isotopia, por sua vez, pressupõe, segundo Fiorin (1989: 81), “a recorrência do mesmo traço semântico ao longo de um texto”, o que possibilita sua unidade.

Para Reis e Lopes (2000), a individualização das isotopias resulta da ação cooperativa do leitor por meio de sucessivas marcas discursivas, já que é o leitor que reconstrói vetores semânticos nucleares que sustentam e delimitam uma descodificação coerente do texto. No processo de isotopia, por meio de inferências, o leitor reconstrói os vetores semânticos nucleares responsáveis por garantir a continuidade do discurso, decorrente de um saber coletivo ou não a respeito de determinado tema.

Figura 8 - O papel da imprensa



Fonte: publicado, no caderno de entretenimento do Jornal *Acrítica*, em 2014.

A caricatura do ex-presidente Lula tropeçando na própria língua, o tamanho exagerado da língua e a cor vermelha são responsáveis pela isotopia do texto, uma vez que o leitor, ao relacionar a linguagem verbal a não verbal, acaba por reconstruir alguns vetores semânticos.

Figura 9 - O chiste na modernidade



Fonte: publicado no caderno de entretenimento do *jornal Acrítica* em 2013.

A linguagem apresentada no texto gera a incongruência, uma vez que se tem campos semânticos diferentes: o primeiro associado à profissão – advogado é aquele que defende, cumpre as leis e os princípios éticos da profissão; o segundo associado à conduta profissional.

A teoria da incongruência é extremamente importante para se entender uma piada ou qualquer texto de humor, ou seja, para se compreender textos humorísticos, eles devem ser compatíveis no todo ou em parte, com dois *scripts* (descrição de sequência ou rotina de ações de uma situação estereotipada dos participantes da interação) diferentes.

Raskin (1985) salienta que a mudança de *script* é feita por meio de um gatilho, presente em dado trecho-chave (punch line), o que gera uma ambiguidade ou contradição. A charge analisada apresenta como *script* 1: dois advogados, representantes da lei, logo politicamente corretos e como *script* dois, o advogado como um vampiro que suga não vidas, mas o bolso de seus clientes.

Para se compreender textos risíveis, faz-se necessário que o leitor utilize aquilo que Raskin (1985) nominou como conhecimento prévio ou enciclopédico,

classificados assim em seis conhecimentos: a linguagem, a estratégia narrativa, situação, oposição de scripts, mecanismo lógico e o alvo.

Segundo o autor, a linguagem envolve a parte verbal da piada e todos os níveis de informações linguísticas. A Estratégia narrativa pressupõe uma organização narrativa, quer seja um diálogo – por meio de perguntas e respostas – ou uma exposição feita pelo narrador. Embora concorde com Raskin e Attardo que diz que todo texto risível é sempre um texto narrativo, Muniz (2004: 98) afirma que a piada é predominantemente narrativa, mas não exclui, em momento nenhum, a presença de outras sequências linguísticas.

O terceiro conhecimento, a situação envolve o assunto e os personagens. Já a oposição de scripts, apresenta as dicotomias real/não real; normal/anormal; possível /impossível. O Mecanismo lógico apresenta a forma como os scripts são trabalhados e o último conhecimento prévio necessário – o alvo envolve os conhecimentos a respeito dos alvos da piada que pode ser um grupo ou uma pessoa. Nesse contexto, o estereótipo é um recurso usado com frequência.

A partir da teoria do humor verbal, modelo desenvolvido por Raskin e Attardo, Ramos (2007) destaca o conhecimento prévio e o enciclopédico como elementos necessários para a análise de textos de humor, principalmente o gênero charge que será apresentado e discutido no capítulo III.

CAPÍTULO II

A INFERÊNCIA E CONSTRUÇÃO DE SENTIDO

O estabelecimento do sentido de um texto depende em grande parte do conhecimento de mundo de seus usuários que é visto como uma espécie de dicionário enciclopédico e da cultura arquivado na memória. Daí inúmeros estudiosos da área da leitura reconhecerem que a habilidade de produzir inferências está intimamente relacionada à compreensão textual, seja ela verbal ou não verbal. Tal assertiva ratifica que o processo inferencial realizado durante a leitura pode não só preencher as lacunas de informação, como também gerar relações de sentido.

Nesse sentido, o processo de compreensão textual se caracteriza pela utilização do conhecimento prévio, uma vez que, segundo Kleiman (2013: 15), “o leitor utiliza na leitura o que ele já sabe, ou seja, o conhecimento adquirido ao longo da vida”. Ainda, segundo a autora, a capacidade de compreensão do indivíduo está relacionada ao objetivo que ele impõe à leitura. Para Coscarelli (2003: 24), “os objetivos do leitor também auxiliam na aplicação dos conhecimentos esquemáticos”.

Ao se deparar com um texto, o leitor automaticamente faz uso do conhecimento prévio, armazenado na memória que, segundo Kato (1996), pode ser dividida em três tipos: a semântica e episódica, a memória de médio termo ou operacional e a memória de curto termo ou temporária.

A semântica episódica, ou seja, a memória de longo termo ou permanente é aquela que compreende o espaço de armazenagem e organização de todo o conhecimento de mundo. Na memória de médio termo ou operacional, ocorre a recodificação dos elementos da memória temporária por meio de seu conteúdo proposicional a uma informação prévia do indivíduo. E a memória de curto termo ou temporária que tem uma capacidade de armazenagem limitada.

Percebe-se, pois, que o resgate da memória é fundamental para a construção de sentidos, uma vez que o conhecimento de mundo se estabelece não isoladamente, mas a partir de blocos chamados de conceitos e modelos cognitivos globais. Para tanto, este capítulo tem por objetivo apresentar a percepção dos autores a respeito da inferência e sua importância na produção de sentido.

2 A leitura e a produção de sentidos

Quando se pensa em leitura, faz-se uma associação com a produção de sentidos constituídos a partir da interação recíproca entre autor e leitor, os quais se expressam diferentemente. Logo, pode-se dizer que o texto é construído a cada leitura, ou seja, não traz em si um sentido preestabelecido pelo seu autor, mas uma sinalização para os sentidos possíveis.

Segundo Koch e Travaglia (2011: 12), o texto pode ser entendido “como uma unidade linguística concreta que é tomada pelos usuários da língua em uma situação de interação comunicativa específica”. Nesse sentido, o texto chárigo pressupõe uma unidade de sentido.

Na produção de sentidos, o leitor desempenha um papel ativo e a inferência, enquanto processo cognitivo, é relevante para esse tipo de atividade, uma vez que possibilita a construção de novos conhecimentos a partir de dados previamente existentes na memória do interlocutor, os quais são ativados e relacionados às informações veiculadas pelo texto, o que favorece não só a mudança como a transformação do leitor e, conseqüentemente, do texto.

Percebe-se, pois, que a confrontação de diferentes horizontes de significados possibilita a inserção do indivíduo no mundo cujas significações dependem das questões inferenciais desenvolvidas no ato da leitura. Assim, ao se deparar com um texto, seja ele verbal ou não verbal, o indivíduo o reconstitui, transformando-o em algo novo e diferenciado, ou seja, no processo de interlocução, indivíduo e texto transformam-se mutuamente, uma vez que o fenômeno da compreensão cria e recria realidades.

Embora o leitor tenha liberdade para construir sentidos, é limitado pelos significados trazidos pelo texto e suas condições de uso, já que o texto é gerado a partir dos significados atribuídos pelo autor (enunciador) cujos sentidos se dão por meio das sequências inferenciais que são recontextualizadas pelo leitor que busca, por meio de inferências, atribuir-lhe significados.

Nesse sentido, “o texto passa a ser considerado o próprio lugar da interação e os interlocutores, como sujeitos ativos que dialogicamente nele se constroem e são construídos” (KOCH, 2011: 17) e a compreensão da informação, por sua vez, nada mais é que a identificação e apreensão do significado a partir das incertezas do leitor.

Kleiman (2013) corrobora dizendo que a compreensão ou interpretação textual é um processo subjetivo, pois, ao se deparar com o texto, o leitor faz uso de sua visão de mundo, gerando assim sentidos diversos a um único texto.

A compreensão é, pois, um processo de negociação de sentidos sustentada pelo tripé: leitor, situação pragmática e o texto cuja coerência textual é marcada pela interpretação do interlocutor. Para Olson (1994), o processo de compreensão ou interpretação implica reconhecer a intenção do autor. Para tanto, a inferência é um fenômeno inegavelmente presente e necessário no universo comunicacional, uma vez que acontece tanto na linguagem verbal quanto na não verbal, embora a maioria dos estudos associem linguagem verbal e inferências, poucos associam linguagem icônica e inferências.

Ao buscar se inserir no mundo, o indivíduo o faz a partir da confrontação de diferentes horizontes de significado, ou seja, sente-se inserido à medida que desvela e vivencia significados atribuídos ao mundo por ele mesmo e pelos outros. Vale ressaltar que as significações, advindas do que se elabora do mundo, dependem das posições que nele assumem, ou seja, o estar-no-mundo já se revela como uma possibilidade de atribuição de significados.

Embora o texto carregue um sentido pretendido pelo autor, ele é polissêmico e, como tal, oferece possibilidades de ser reconstruído a partir do universo de sentidos do receptor, que lhe atribui coerência através de uma negociação de

significados. Esse processo, por sua vez, amplia as chances de compreender e ser compreendido na e pela interação.

Na leitura, entendida como um encontro à distância entre leitor e autor, ambos se constituem e são constituídos através desse encontro e confronto de significados gerados a partir do processo de interação, ou seja, na interação que mantém com o autor, via texto, o leitor, ao compreendê-lo, vai modificando, ajustando e ampliando as suas concepções, gerando assim sentidos diversos.

Com isso, o mundo transforma-se aos olhos do sujeito quando este é transformado e sua posição frente à realidade se modifica, esta já não é mais vista como antes, pois a nova perspectiva assumida pelo sujeito ampliou sua compreensão da realidade.

Para Koch (2011), na interlocução, indivíduo e texto transformam-se mutuamente. Esse fenômeno da compreensão cria e recria realidades até então inexistentes: um novo livro, um mundo novo, um novo sujeito. O leitor tem liberdade para construir sentidos, mas ele também é limitado pelos significados trazidos pelo texto e pelas suas condições de uso.

Considerando ainda que o texto é gerado a partir dos significados atribuídos pelo autor, quando em interação com seu mundo de significação, e é recontextualizado pelo leitor, que busca atribuir-lhe significado a partir da relação que mantém com o seu próprio mundo e com o autor, o qual delimita (sem oprimir) as possibilidades de construção de novos significados, as palavras não apenas significam, mas fazem coisas.

Ao falar sobre produção textual, Marcuschi (2008: 77) a caracteriza como “um jogo coletivo e não é uma atividade unilateral”, uma vez que produzir texto pressupõe oferecer espaços sociocognitivos mediante processos de enunciação seletivos e enquadres (*frames*) que geram inferências (novos espaços mentais) mediante integração de conhecimentos (*blending*).

Nesse contexto, a produção e a compreensão textuais envolvem a construção de domínios cognitivos hierarquicamente organizados e interligados. Daí ser necessário diferenciar *frames* de *scripts*.

Os *frames* são modelos cognitivos que contêm o conhecimento de senso comum sobre um determinado conceito, ou seja, estabelecem uma percepção geral, mas não estabelecem qualquer ordem ou sequência (KOCH & TRAVAGLIA, 2013). Os *scripts*, por sua vez, são planos utilizados com frequência para especificar os papéis dos participantes e suas ações, apresentando uma rotina preestabelecida.

2.1 Condições de produção e interdiscurso

As condições de produção de acordo com Orlandi (2012) são essenciais para a compreensão de qualquer texto, principalmente os textos de humor. Segundo a autora, essas condições compreendem os sujeitos e a situação cuja compreensão se dá por meio da memória.

Quando se fala em condições de produção, considera-se seu sentido estrito e amplo. Segundo Orlandi (2012: 30), em “sentido estrito, têm-se as circunstâncias da enunciação que pressupõe o contexto imediato e em sentido amplo, o contexto sócio- histórico ideológico”, os quais podem ser evidenciados, a partir das seguintes condições de produção: alunos e professores universitários (sujeitos), eleições para Reitor (situação).



“Vote sem medo”



“Vote com coragem”

Fonte: Orlandi (2012)

Ao visualizar as faixas, o sentido gerado pelo leitor é despertado pela memória, as cores geram sentidos diversos: a primeira faixa foi confeccionada em um tecido preto com dizeres em branco. Do ponto de vista da cromatografia política, representa segundo Orlandi (2012: 29), “a cor do fascismo, dos conservadores, da “direita” em sua expressão política”. O enunciado: “sem medo”, pressupõe perigo, ameaça.

A segunda faixa, embora tenha a mesma carga semântica, o enunciado escrito em vermelho sobre o fundo branco produz outros efeitos de sentido, uma vez que o vermelho está historicamente ligado a posições revolucionárias, transformadoras e as palavras “com coragem” fazem apelo à vida, à disposição de luta em busca de um ideal.

O processo inferencial suscitado pelo exemplo está pautado na memória, advinda do conhecimento prévio, que relacionada ao discurso, é tratada como interdiscurso, pois alude a uma situação atual relativa a situações anteriores. Nesse sentido, o já-dito que está, de acordo com a autora, na base do dizível, sustentando cada palavra e o interdiscurso, despertado pela memória, disponibiliza dizeres (sentidos) que afetam a compreensão do sujeito em uma situação discursiva dada.

Independentemente do gênero textual, há uma relação entre o já-dito que é o interdiscurso; e o que se está dizendo que é o intradiscurso. Diante do exposto, as condições de produção pressupõem uma relação discursiva cujas imagens constituem as diferentes posições, ou seja, o efeito da linguagem verbal (efeito gráfico) e da icônica acabam por suscitar um jogo imaginário de sentidos.

2.2 O Processo inferencial

De acordo com Eco (2004), é possível inferir dos textos coisas que eles não dizem explicitamente, uma vez que a habilidade de produzir inferências está relacionada à compreensão da leitura, ou seja, o processo inferencial integra diversos tipos de informação linguística.

Nesse sentido, Brown e Yule (1983) mostram que o processo de interpretação textual se realiza, a partir de três constitutivos: o primeiro pressupõe computar a função comunicativa; o segundo consiste em usar o conhecimento sociocultural geral e o terceiro em determinar as inferências a serem feitas, já que todo texto produzido, ao ser lido, gera no leitor um processo de associações mentais cujo foco é atender os objetivos a serem alcançados na leitura.

Em relação a isso, Coscarelli (2003) cita que os objetivos do leitor também ajudam na aplicação de esquemas mentais, responsáveis pela compreensão e geração de sentido no texto.

Quando se fala em compreensão textual, não se pode desconsiderar a importância da noção de inferência na geração de sentido do texto, apesar da sua importância, não há um consenso homogêneo em relação ao seu conceito. Chartier (1999), ao parafrasear Heráclito, explica que ninguém se banha duas vezes no mesmo rio porque as águas mudam, logo cada vez que se lê um livro, seu sentido muda, pois a conotação das palavras é outra.

Ao suscitar a contribuição das inferências na construção de sentido, Koch (2014: 142) se apropria da fala de van der Velde⁷, enfatizando que “o homem não organiza o mundo dos textos verbais sem inferenciamento”, pois, para que haja elaborações interpretativas, faz-se necessário não só a identificação, o reconhecimento, como também a construção da organização textual.

Na segunda das três fases de processamento de informação textual que descreve, Beaugrande (1997) apresenta a inferência como mecanismo de promoção da continuidade textual que para ele pode ser classificada em três fases: primeira fase, conhecida “Spreading activation”, é o momento em que o material verbalizado no texto estimula a seleção das informações tidas como relevantes para o modelo mental já instituído – nominado pelo autor como “pattern – matching”. A segunda fase, conhecida como “inferencing”, possibilita a interação entre a informação verbalizada e o conhecimento pré-adquirido pelo leitor. E a terceira

⁷ Teórico que mais tem se dedicado ao estudo das inferências, autor da obra: *The role of inference in text organization*.

fase, conhecida como “updating”, é responsável pela consolidação ou não o modelo mental instituído.

2.2.1 A percepção conceitual de inferências

Embora não haja um único conceito inferencial, em regra geral, o termo inferência está associado às operações cognitivas, que vão desde a identificação do referente de elementos anafóricos até a construção de esquemas ou modelos mentais dos textos. Corroborando com essa assertiva, Koch (2014) assegura que uma das grandes dificuldades nesse processo de conceituação é tomar como sinônimos, em alguns momentos, os vocábulos inferência e compreensão. Segundo a autora, a compreensão envolve um sistema complexo e a inferência é uma parte semântica desse sistema, logo esses vocábulos não podem ser apresentados como sinônimos.

Nesse contexto, Rickheit & Strohner (1985) definem inferência como a geração de um sentido novo, a partir de uma informação dada em certo contexto conforme esquema abaixo:



Ao analisar o esquema apresentado, Koch (2014: 143) assevera que “a inferência seria a representação psicológica da informação A e B e o resultado (noção de contexto) e seu efeito sobre o inferenciamento”. Essa definição pressupõe uma interação entre texto (inferências lógicas) e contexto (inferências psicológicas).

As inferências lógicas, comuns em qualquer contexto e as psicológicas, presentes no contexto, configuram-se como um conjunto de traços consistentes de diversos níveis que incluem unidades conceituais, proposicionais, modelos mentais e um nível superestrutural.

Segundo Beaugrande e Dressler (1981), inferir é uma operação que supre conceitos e relações cuja função é preencher lacunas e descontinuidades no

mundo textual, ou seja, é uma busca no sentido de resolver a continuidade dos sentidos dos textos verbais e não verbais.

Percebe-se, a partir da assertiva dos autores, que as inferências emergem como mecanismos essenciais no processo de suplementação de estados de coisas e como atos de raciocínios indispensáveis para a qualidade do rumo interpretativo no momento da recepção textual.

Considerando ainda as inferências como a busca constante de sentido, Brown e Yule (1983) as conceituam como o processo pelo qual o leitor caminha no sentido de apreender a partir do significado literal do texto, o que o autor pretende transmitir. Nesse contexto, as inferências acabam sendo associações feitas pelo leitor/ouvinte a fim de tentar interpretar a intencionalidade do autor.

Para Charolles (1989), os processos de interpretação e reinterpretação gerados a partir de inferências são comandados pelos princípios de coerência que levam aquele que interpreta a fazer relações que nem sempre estão no texto. Nesse sentido, Koch e Travaglia (2013) afirmam que o processo inferencial está associado ao conhecimento de mundo do leitor que, ao ler um texto, estabelece relações não explícitas entre dois elementos desse texto. O cartum, a seguir, mostra como o processo ocorre.

Figura 10 - Os vários sentidos



Fonte: *Jornal Amazonas em tempo*. Caderno entretenimento, publicado em 2011.

O Cartum apresentado mostra que o sentido agregado a um vocábulo está intimamente relacionado com o contexto, a situacionalidade e a informatividade características típicas do processo inferencial.

É possível perceber que as inferências se configuram como informações cognitivamente geradas com base em informações explícitas, linguísticas ou não linguísticas. Para isso, de acordo com Coscarelli (2003), os leitores têm de fazer inferências, uma vez que ativam e usam informações implícitas, ou seja, o conhecimento prévio faz com que o leitor compreenda o que lhe é apresentado pela linguagem seja verbal seja não verbal.

Esse processo de compreensão, de acordo com Dell'Isola (1988:46), ocorre uma vez que inferência é “um processo cognitivo que gera uma informação semântica nova, a partir de uma informação semântica anterior em um determinado contexto”. Percebe-se que o dito e o já-dito é, na realidade, a relação entre discurso e interdiscurso.

A respeito das inferências, Marcuschi (1989) mostra que elas se configuram como processos cognitivos que implicam a construção de uma representação semântica baseada na informação textual e no contexto.

Embora não haja uma definição única para o processo inferencial, duas características básicas são evidenciadas nas várias definições apresentadas que são: o acréscimo de informação ao texto e a conexão de partes do texto com o objetivo de preencher lacunas de sentido. Tais características reforçam a percepção de que as inferências resultam dos processos que os leitores realizam na compreensão de textos verbais e não verbais.

Percebe-se, pois, que a inferência é uma habilidade essencial para a geração de sentido, uma vez que na situação de interlocutor real (oral) ou virtual (leitura), o indivíduo, a fim de responder aos objetivos do contexto comunicativo, pode mobilizar recursos a partir de julgamentos, raciocínios e interpretações de informações.

A partir dos conceitos apresentados, é possível compreender que o processo inferencial é, na realidade, resultado das proposições apresentadas no texto e as construídas pelo leitor a partir do conhecimento prévio.

Marcuschi (2012) enfatiza que hoje é possível distribuir os modelos teóricos que tratam da compreensão em dois tipos, a partir dos seguintes pressupostos: compreender é decodificar; compreender é inferir.

No primeiro pressuposto: compreender é decodificar, temos, de um lado, a compreensão sendo vista como mero processo de decodificação, baseada na noção de língua como código e, de outro lado, aquela baseada na noção de língua como atividade, tomando a compreensão como inferência, ou seja, um processo de construção de base sociointerativa.

A respeito do segundo pressuposto: compreender é inferir Marcuschi (2012: 238) enfatiza que a compreensão será sempre atingida mediante “processos em que atuam planos de atividades desenvolvidos em vários níveis e em especial com a participação decisiva do leitor ou ouvinte numa ação colaborativa” que possibilita, não só a comunicação intersubjetiva, como também o partilhamento de conhecimentos como dados. O autor reforça essa assertiva quando afirma acreditar que “a capacidade inferencial é mais ou menos natural e intuitiva” (p. 238).

Nesse contexto, percebe-se que “o sentido não está nem no texto, nem no leitor, nem no autor e sim numa complexa relação interativa entre os três resultantes de um processo de negociação” (MARCUSCHI, 2012: 248). Vale ressaltar que esse processo de interação possibilita que as inferências, na compreensão de textos, funcionem como provedoras do contexto integrador para informações e do estabelecimento de continuidade do próprio texto, dando-lhe coerência, ou seja, funcionam, pois como hipóteses coesivas para o leitor processar o texto seja ele verbal ou não verbal.

Seguindo essa mesma linha de pensamento, Koch (2014: 143) mostra que “as inferências podem ser vistas como processos cognitivos através dos quais o ouvinte ou leitor constrói novas representações semânticas”.

2.2.2 As inferências e sua classificação

São várias as classificações ou tipos de inferência, logo não se pretende apresentar uma classificação única que contemple todos os tipos inferenciais e sim elencar alguns tipos ou categorias essenciais para a leitura e compreensão de textos verbais ou não verbais.

Ao apresentar as duas principais classificações a respeito da inferência, vale salientar que a distinção entre elas não está no tipo de informação inferida, mas no que motiva a inferência.

A respeito da inferência, Dell'Isola (1988) mostra que elas podem ser de realizadas a partir das relações lógicas; das relações informativas e das relações de avaliação. As inferências de relações lógicas pressupõem elos em uma cadeia causal, ou seja, são aquelas responsáveis em responder a questões como por quê? Tal cadeia pode se dar a partir da motivação; da capacidade contextual; de causas psicológicas e físicas.

As inferências de relações informativas são responsáveis por determinar pessoas, coisas, lugares, tempo e o contexto geral de um determinado fato. Tais relações, respondem a questões: quem, o quê, quando, onde?

Já as inferências de relações de avaliação, por sua vez, estão relacionadas a juízos de valores, pautados nas crenças, valores e conhecimento de mundo do indivíduo.

Ao falar sobre as inferências de relações de avaliação, conhecidas também como elaborativas, Coscarelli (2003) indica que, embora esse tipo de inferência se desenvolva na leitura de um texto, ela não desempenha nenhum papel no estabelecimento da coerência local do texto, uma vez que apenas gera expectativas do que vai acontecer no texto, ou seja, a inferência elaborativa não é necessária à compreensão, mas pode facilitar o processamento das partes posteriores do texto, uma vez que ativa no leitor informações que podem ser úteis à compreensão textual.

De acordo Van Dijk (2010), as inferências de relações de avaliação ou inferências elaborativas ocorrem quando o leitor usa seu conhecimento sobre o tópico em discussão, para preencher detalhes adicionais não mencionados no texto, ou para estabelecer conexões entre o que está sendo lido e itens relacionados ao seu conhecimento da língua ou do mundo.

Ao estudar o processo inferencial, Marcuschi (2012) classifica-o em inferências de base textual; contextual e sem base textual. As inferências de base textual estão classificadas como lógicas (dedutivas, indutivas e condicionais), sintáticas e semânticas (as associativas, generalizadoras, correferenciais). As inferências de base contextual são classificadas em pragmáticas (intencionais, conversacionais, avaliativas), práticas (experenciais) e cognitivas (esquemáticas, analógicas e composicionais). Já as inferências sem base textual estão pautadas em falseamentos e extrapolações infundadas.

Quadro 1- Classificação inferencial a partir dos pressupostos de Marcuschi

INFERÊNCIAS		
DE BASE TEXTUAL	DE BASE CONTEXTUAL	SEM BASE TEXTUAL E CONTEXTUAL
1 LÓGICAS – que compreendem as: <ul style="list-style-type: none"> ➤ DEDUTIVAS ➤ INDEDUTIVAS ➤ ABDUTIVAS ➤ CONDICIONAIS. 	1 PRAGMÁTICAS – que compreendem as: <ul style="list-style-type: none"> ➤ INTENCIONAIS ➤ CONVERSACIONAIS ➤ AVALIATIVAS ➤ EXPERENCIAIS 	1 FALSEADORAS
2 SINTÁTICAS	2 COGNITIVAS – que compreendem as: <ul style="list-style-type: none"> ➤ ESQUEMÁTICAS ➤ ANALÓGICAS ➤ COMPOSICIONAIS 	2 EXTRAPOLADORAS
3 SEMÂNTICAS – que compreendem as: <ul style="list-style-type: none"> ➤ ASSOCIATIVAS 		

➤ GENERALIZADORAS		
➤ CORREFERENCIAIS		

Fonte: Marcuschi (2012: 254)

A partir do quadro apresentado pelo autor, é possível perceber o processo inferencial como fruto de operações cotextual (intrínsecas ao texto), contextual (extrínsecas ao texto) e cognitiva, uma vez que, muito do que entendemos ou pensamos está intimamente relacionado ao processo de leitura e é obtido por uma atividade sobre o texto que não nos chega de forma direta e objetiva.

O autor afirma ainda que os processos inferenciais estão relacionados às atividades de referenciação e ocorrem quando há alguma lacuna a ser preenchida, levando em consideração os seguintes casos: elipses – sequências anafóricas – dêixis – hponímia e hiperonímia - relações sinonímicas e antonímicas - nominalizações rotuladoras – associações – analogias – metaforizações – cadeias causais e conectivas.

Quadro 2 - Quadro de operações inferenciais

TIPOS DE OPERAÇÃO INFERENCIAL	NATUREZA DA INFERÊNCIA	CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO
1 DEDUÇÃO	Lógica	Reunião de duas ou mais informações textuais que funcionam como premissas para chegar a outra informação lógica. Operação pouco comum na narrativa
2 INDUÇÃO	Lógica	Tomada de várias informações textuais para chegar a uma conclusão com valor de probabilidade de acordo com o grau de verdade das premissas.
3 PARTICULARIZAÇÃO	Lexical – Semântica – Pragmática	Tomada de um elemento geral de base lexical ou fundado em experiências e conhecimentos pessoais individualizando ou contextualizando num conteúdo

		particular com um lexema específico.
4 GENERALIZAÇÃO	Lexical – Pragmática	Saída de uma informação específica, por exemplo, um lexema para chegar à afirmação de outra mais geral.
5 SINTETIZAÇÃO	Lexical – Semântica – Pragmática	Condensação de várias informações tomando por base saliências lexicais sem que ocorra uma eliminação de elementos essenciais.
6 PARAFRASEAMENTO	Lexical – Semântica	Alteração lexical para dizer a mesma informação sem alteração fundamental de conteúdo proposicional.
7 ASSOCIAÇÃO	Lexical – Semântica – Pragmática	Afirmação de uma informação obtida através de saliências lexicais ou cognitivas por associação de ideias.
8 AVALIAÇÃO ILOCUTÓRIA	Lexical – Semântica – Pragmática	Atividade de explicitação de atos ilocutórios com expressões performativas que os representam. Funciona como montagem de um quadro para explicitação de intenções e avaliações mais globais.
9 RECONSTRUÇÃO	Cognitiva – Pragmática – Experiencial	Reordenação ou reformulação textuais com quadros total ou parcialmente novos. Diverge do acréscimo na medida que insere algo novo situado no velho. No caso das narrativas, opera como uma estratégia de mudar o discurso direto em indireto e vice-versa.
10 ELIMINAÇÃO	Cognitiva – Experiencial – lexical	Exclusão pura e simples de informações ou dados relevantes e indispensáveis, impedindo até mesmo a compreensão dos dados que permanecem.

11 ACRÉSCIMO	Pragmática – Experiencial	Introdução de elementos que não estão implícitos nem são de base textual, sendo que muitas vezes podem levar até a contradições e falseamentos.
12 FALSEAMENTO	Cognitivo – Experiencial	Atividade de introduzir um elemento e afirmar uma proposição falsa que não condiz com as informações textuais ou não pode ser dali inferida.

Fonte: Marcuschi (2012: 255)

As inferências relacionadas ao fator cognitivo (p. 65) são também conhecidas como: a) inferência lógica – baseada em regras formais, configurando-se como proposições verdadeiras extremamente importantes para a interpretação do texto; b) inferência elaborativa, apresentada anteriormente, é responsável por estabelecer a ligação entre os conhecimentos prévios e a proposição fornecida pelo texto, utiliza como recursos de resgate do conhecimento prévio a paráfrase ou analogia. c) e a inferência avaliativa que está centrada no contexto do texto, uma vez que a partir da compreensão textual é possível o desenvolvimento de um comentário pautado em juízo de valor.

Vale ressaltar que nesse tipo de inferência é possível perceber a capacidade de abstração do leitor, o que possibilita compreender novas formas de interpretação e a capacidade de generalizar e estabelecer relações.

Nas relações inferenciais, é importante destacar ainda que as interpretações textuais podem ser advindas de respostas textualmente explícitas, das textualmente implícitas e das implícitas no *script*.

As textualmente explícitas são respostas advindas de inferências óbvias presentes no texto, facilitadas pela estrutura textual. As textualmente implícitas estão pautadas nos esquemas mentais elaboradas pelo leitor e pelas pistas do texto. E as implícitas no *script* ocorrem quando o leitor precisa usar seu próprio *script* que se dá a partir de eventos, fatos guardados na memória e do conhecimento prévio a fim de chegar a uma resposta. No gênero charge, é comum o leitor usar as implícitas no *script* a fim de compreendê-las.

Nesse contexto, segundo Koch (2014), as inferências, tanto no nível da coerência local como global, devem tomar por base informações disponíveis – sejam velhas ou novas, decorrentes do contexto cultural que é configurado como a base do entendimento.

2.2.3 O contexto e sua relação inferencial

Ao se utilizar a inferência como suporte para a interpretação textual, não se pode deixar de elencar o contexto como um elemento importante na construção de sentidos. Apesar da importância inferencial, sua utilização não é consensual entre os estudiosos da área, uma vez que não há uma distinção entre a informação explícita no texto e a informação proveniente do contexto. Schnotz, Rickheit e Strohner (1985) classificam o contexto em cinco tipos: o cultural; o situacional; o instrumental; o verbal e o pessoal.

O contexto cultural é formado por convenções culturais e de comunicação, que influenciam o conhecimento dentro dos limites das unidades representacionais particulares e das inferências extraídas, com o auxílio dessas unidades e de acordo com essas convenções. Já o contexto situacional, de acordo Schnotz, Rickheit e Strohner (1985), é a circunstância de ação, pela qual as intenções e perspectivas do leitor ou ouvinte são afetadas e que contribui para o processamento do texto.

O contexto instrumental diz respeito às modalidades (oral ou escrita) pelas quais o texto pode ser recebido por um indivíduo. Leitura e audição são as duas possibilidades de se tomar contato com um texto. São processos diferentes e, por isso, apresentam efeitos distintos no processamento da linguagem. Esse tipo de contexto demanda o uso de estratégias de processamento diferentes, de acordo com o modo como o texto é recebido, pois, no caso do texto oral, por exemplo, ao contrário do que ocorre na leitura, o ouvinte não pode controlar a sequência temporal do texto, não fica visual e motoramente inativo durante o processamento, não tem sua atenção inteiramente focalizada no texto.

Em suma, o sentido geral do texto fica armazenado em forma de esquemas que vão sendo enriquecidos e/ou adaptados, dependendo do conhecimento prévio do leitor/ouvinte.

Segundo Koch (2011), o ato de ler e ouvir são operacionalizados com estratégias de processamento diferentes: o ouvinte não pode controlar a sequência temporal do texto, não fica visual e motoramente inativo durante o processamento, não tem sua atenção inteiramente focalizada no texto.

O contexto pessoal, de acordo com Schnotz, Rickheit e Strohner (1985), inclui o conhecimento, as atitudes e os fatores emocionais do receptor. Os ouvintes e os leitores captam o significado de um texto, analisando palavras, sentenças e parágrafos, confrontando-os ao seu conhecimento pessoal. Isso inclui o conhecimento de mundo, de regras linguísticas e de convenções em geral.

Esse conhecimento, segundo os autores, é condicionado por vários elementos: sexo, idade, educação, ocupação, etc. Dessa maneira, as inferências que são obtidas durante a compreensão do texto não são apenas informações dirigidas pelos dados (bottom-up), mas também inferências dirigidas pelo conhecimento oriundo das experiências pessoais (top-down).

Vale ressaltar que além dos fatores cognitivos, os fatores emocionais têm influência sobre o entendimento do texto, pois os textos não consistem apenas em informações, mas também em opiniões, atitudes e sentimentos, que também são trazidos e conectados aos textos pelos leitores e ouvintes (RICKHEIT, SCHNOTZ e STROHNER, 1985: 32).

Além disso, há as restrições de memória, já que, pelo fato de o ouvinte ter de adaptar o processamento cognitivo à velocidade da leitura, a informação acústica só fica disponível na memória por um lapso de tempo, o que obriga o ouvinte a processar rapidamente a informação ouvida para dar lugar à informação nova que vai chegando continuamente. As figuras apresentadas abaixo mostram como o contexto temporal é importante para se compreender novas informações.

Figura 11 - Manifestação pró- impeachment do então Presidente Fernando Collor – na década de 90



Figura 12 - Manifestação contra o atual governo e em prol da saída da atual presidente do Brasil Dilma Rousseff



Ao analisar as imagens, embora haja uma diferença temporal, percebe-se que a situação parece se repetir. Na década de 90, as manifestações a favor do *impeachment* do então presidente Collor tinham como slogan: os caras pintadas, ou seja, o povo vestido de verde e amarelo representando não só a liberdade de expressão, mas o amor à pátria.

Na atualidade, as pessoas estão saindo às ruas para protestar e manifestar sua indignação contra o governo e contra a corrupção que assola o país. O *slogan* atual, o gigante acordou, mostra que o povo brasileiro saiu da inércia. Outro ponto interessante a ser observado é a imagem de um brasileiro com o rosto pintado que lembra a máscara de um personagem do filme *V de vingança*.

Para tanto, é possível perceber que, além do contexto imagético, o contexto verbal ao qual se refere à informação linguística presente no texto serve de detonador do complexo processo mental de compreensão textual, ou seja, as várias partes de um texto têm relações definidas com o todo, de modo que frases antecedentes tornam-se, durante a leitura, o contexto das frases seguintes cujos

elementos importantes são, além do próprio léxico, a ordem das sentenças, a conexão entre elas e o título.

2.3 O Processo inferencial: linguagem verbal e icônica

Não se pode conceber um mundo sem a possibilidade de se estabelecer relações de sentido, uma vez que a inferência na comunicação é o entendimento do que as pessoas dizem e do que elas querem dizer durante a comunicação. Em muitos casos, o que se quer dizer é o efetivamente dito, no entanto, em outros momentos, o que se quer dizer está no não dito, ou seja, naquilo que está nas entrelinhas cujas informações podem ser resgatadas através do fenômeno que denominamos inferência.

O processo inferencial, abordado anteriormente, pode ser construído a partir de inúmeros tipos de pistas/signos: gesto, mímica, tipo de roupa, fenômenos naturais, fala e escrita (verbal), desenhos, ou seja, o conceito de inferência não se restringe, portanto, a signos verbais, uma vez que as inferências podem ser produzidas por pistas/signos diversos.

Nesse contexto, o sujeito pode atribuir sentido não necessariamente equivalente ao sentido pretendido pelo emissor, haja vista que algumas variáveis interferem determinantemente nesse processo, dentre elas, destaca-se o conhecimento prévio do receptor.

O grande complicador nesse processo é que as inferências necessitam de objetividade, pois quando há alto grau de subjetividade todo tipo de inferência é possível, ou seja, qualquer conclusão é validada. Logo, a objetividade textual é que possibilita aos interlocutores compreenderem-se.

Considerando os modelos básicos de compreensão textual, a partir dos processos inferenciais, são inúmeras as funções atribuídas a elas: as inferências são meios de recobrir lacunas de coerência – o leitor/ouvinte, ao ressignificar a informação, cria uma rede de informações e sentidos coerentes (o novo servindo

de suporte para informações antigas) e também podem ser vistas como meios de elaboração de representações mentais.

Essas representações mentais, segundo Koch (2014), não são restritas meramente ao estabelecimento da coerência, uma vez que há várias possibilidades de relacionar uma informação textual atual com a informação precedente do texto.

Outro ponto evidenciado pela autora é a necessidade de se considerar a importância da cognição social para o processo inferencial, ou seja, a compreensão de mundo, em muitos momentos, está intimamente atrelada à associação do conhecimento enciclopédico como o conhecimento pragmático.

Clark (1985) já enfatizava que a compreensão textual está relacionada ao conhecimento partilhado, ou seja, muitas inferências envolvem processos atribucionais concernentes às causas de certas condições, uma vez que as inferências partem, muitas vezes, de estruturas gerais de conhecimento do mundo com diferentes classes de pessoas (representação de estereótipos), utilizadas pelos os indivíduos, não só na compreensão de interação social, como no princípio de reciprocidade.

O princípio de reciprocidade é validado, quando Van Dijk (1992) apresenta a cognição social como um sistema de estratégias e estruturas mentais partilhadas pelos membros de um grupo, ou seja, é um tipo de conhecimento mais geral e, ao mesmo tempo, mais abstrato sobre o mundo, comungado pelos membros da sociedade.

Nesse sentido, percebe-se que as discussões a respeito das inúmeras possibilidades inferenciais não se esgotam neste estudo, haja vista que não se pode explicar a produção, a compreensão e o funcionamento social dos discursos por um único viés, sendo, pois, necessário levar em conta não só os fatores linguístico-discursivos, como também os fatores de ordem cognitiva, sociocultural e interacional.

CAPÍTULO III

GÊNEROS TEXTUAIS

As diferentes formas de linguagem que circulam socialmente, sejam as mais informais ou mais formais, configuram-se como gêneros textuais. Ao falar das diferentes formas de linguagem, Bazerman (2011: 24) afirma que “os fatos sociais afetam as palavras que as pessoas falam ou escrevem, bem como a força que tais enunciados possuem”. Bakhtin (1997), um dos precursores do estudo sobre gêneros, enfatiza que:

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão relacionadas com a utilização da língua. Logo, não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana.

Para Marcuschi (2008: 147), “o estudo dos gêneros textuais não é algo novo, uma vez que, no ocidente, já tem pelo menos vinte e cinco séculos se consideramos que sua observação sistemática iniciou em Platão”. Embora seu estudo remonte a séculos, hoje, a noção de gênero não está restrita à literatura, haja vista que tal concepção se refere a uma categoria distintiva de discurso de qualquer tipo: falado ou escrito, com ou sem aspirações literárias (SWALES, 1990).

Uma teoria mais sistemática a respeito não só dos gêneros, como também da natureza do discurso aparece, segundo Marcuschi (2008: 147), “no cap. 3 da Retórica, onde Aristóteles apresenta os três elementos que compõem o discurso: aquele que fala; aquilo sobre o que se fala e aquele a quem se fala”. Segundo o autor:

A visão de Aristóteles sobre as estratégias e as estruturas dos gêneros foi desenvolvida amplamente na Idade Média. Tornou-se inclusive a ênfase pela qual a retórica se desenvolveu e propiciou a tradição cultural. Aristóteles distinguiu entre a epopeia, a tragédia, a comédia cujos tratados

foram conservados e ainda a aulética, ditirambo e a citarística cujas análises perderam-se (2008: 148).

O estudo atual sobre os gêneros textuais é apresentado em uma perspectiva diferente da Aristotélica, uma vez que, segundo Marcuschi (2008: 149), “a análise de gêneros engloba uma análise do texto e do discurso e uma descrição da língua e visão da sociedade e ainda tenta responder a questões de natureza sociocultural no uso da língua de maneira geral”. Nesse contexto, percebe-se que os gêneros textuais são fenômenos históricos vinculados a vida cultural e social dos indivíduos, uma vez que contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do cotidiano.

Mesmo apresentando um alto poder preditivo e interpretativo das ações humanas em qualquer contexto discursivo, os gêneros não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa. Portanto, quando se fala em gênero, pensa-se em sua relação como uma categoria cultural, como um esquema linguístico, como uma forma de ação social, como uma estrutura textual, como uma forma de organização social ou como uma ação retórica.

Bronckart (1999: 103) salienta que “a apropriação dos gêneros é um mecanismo fundamental de socialização, de inserção prática nas atividades comunicativas humanas”. Marcuschi (2008) complementa a assertiva do autor, dizendo que os gêneros textuais operam para legitimar o discurso.

Entendendo ainda que, para Marcuschi (2008), é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum gênero, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por um texto, as proposições defendidas por Bahktin (1979) de que quando dominamos um gênero textual, não dominamos apenas uma forma linguística e sim uma forma de realizar objetivos específicos em situações sociais particulares e por Bronckart (1999: 103) de que “ a apropriação dos gêneros é um mecanismo fundamental de socialização, de inserção prática nas atividades comunicativas humanas”, o tópico a seguir apresentará uma abordagem geral sobre a definição de tipo textual e uma abordagem mais aprofundada sobre gênero textual e domínio discursivo.

3 Tipo textual – gênero textual e domínio discursivo

3.1 Tipo textual

O tipo textual está relacionado a uma espécie de construção teórica textual, definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo). Pode ser configurado ainda como sequências linguísticas (sequências retóricas) do que como textos materializados. Em geral, os tipos textuais são classificados como: narração – argumentação – exposição – descrição e injunção (MARCUSCHI, 2008).

A partir dessa classificação, os textos podem ser divididos em dois grandes grupos: os ficcionais que priorizam, no processo de investigação, os personagens e os factuais em que, por se tratarem de textos rotineiros, do cotidiano, os personagens são tratados dentro de suas especificidades. Nesse contexto, a charge pode ser enquadrada como factual.

Ao discutirem a respeito das tipologias textuais, Beaugrande e Dressler (1981) apresentam duas vertentes paradigmáticas: as situações sociais e os papéis dos participantes cujos textos são analisados a partir de seu aspecto de uso ou do ponto de vista pragmático. Para tanto, os autores as classificam como: texto descritivo, narrativo e argumentativo cujo aprofundamento teórico propiciou mais duas classificações, a explicativa e a dialogal.

Os gêneros textuais, por sua vez, referem-se aos textos materializados em situações comunicativas recorrentes, ou seja, são os textos encontrados na vida cotidiana que apresentam padrões sociocomunicativos característicos. Diferente dos tipos, os gêneros são entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações diversas.

3.2 Gêneros textuais

À medida que o indivíduo vai se adaptando ao meio, a linguagem vai se moldando e se ampliando ao contexto, seja ele, social, econômico ou político. Essa evolução da linguagem é visível tanto na oralidade como na escrita, encontrando nos gêneros textuais, o elemento sinalizador desse processo de alteração linguística.

Para Bakhtin (2006), o enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo temático e por seu estilo verbal, mas também por sua construção composicional.

Tomando como aporte teórico os estudos de Bakhtin, Ramos (2007) enfatiza que as ideias do autor colocam o tema nas atividades humanas, quaisquer atividades, trazendo como consequência uma pluralidade de gêneros.

Dessa forma, entende-se por gêneros textuais, “todas as produções orais ou escritas, baseadas em formas-padrão relativamente estáveis de estruturação de um todo” (KOCH e ELIAS, 2010: 55). Gênero textual é, pois, o conjunto de diversidade textual encontrado em diversos ambientes de discurso na sociedade. Inúmeros linguistas tecem considerações a respeito dessa temática que, apesar da proximidade teórica, pode ser entendida a partir de parâmetros distintos.

Para Swales (1990), o gênero textual é apresentado como uma classe de eventos comunicativos, com objetivo definido que ocorre na comunidade discursiva onde as significações sociais são progressivamente reconstruídas.

Considerando que nenhum gênero pode ser analisado separadamente de sua história, Bazerman (2011) acrescenta: a cada realização, os textos apresentam as características do gênero ao qual pertencem, uma vez que cada nova produção reforça ou modifica um aspecto do gênero.

Ao falar sobre os gêneros textuais⁸, Marcuschi (1983) situa-os a partir do contexto histórico-social, uma vez que, segundo o autor, o avanço tecnológico e a dinamicidade da linguagem permitiram o surgimento de novos gêneros. Nesse sentido, Bronckart (1999: 103) enfatiza que “a apropriação dos gêneros é um mecanismo fundamental de socialização, de inserção prática nas atividades comunicativas humanas.”

Para Marcuschi (2008: 159), “os gêneros não são entidades formais, mas sim entidades comunicativas em que predominam os aspectos relativos a funções, propósitos, ações e conteúdos”. Ainda segundo o autor, os gêneros textuais são dinâmicos, de complexidade variável, sendo, pois, atividades discursivas socialmente estabilizadas que se prestam aos mais variados tipos de inserção, ação e controle social.

Ao comparar o tipo textual com gênero textual, Marcuschi (2008) afirma que um tipo textual é algo bem diverso do gênero textual ou um evento discursivo, uma vez que um gênero textual se dá como um evento de fala/escrita, mas raramente se realiza como um tipo textual puro numa dada circunstância, já que as realizações textuais são em geral heterogêneas quanto ao gênero manifestado.

Ao entrar nesse campo de discussão, é comum o leitor confundir gênero com tipo textual. Para tanto, Marcuschi faz a distinção entre gênero e tipo textual.

A expressão tipo textual é usada para designar uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). Em geral, os tipos textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção. Usamos a expressão gênero textual, como uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio – comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica (1983: 27).

⁸ Expressão utilizada por Marcuschi ao considerar que gênero textual, gênero do discurso ou gênero discursivo são expressões que podem ser usadas intercambiavelmente, salvo naqueles momentos em que se pretende, de modo explícito e claro, identificar algum fenômeno específico.

Aliado a essa concepção, Koch (1989) enfatiza que a capacidade individual textual possibilita a um falante diferenciar um gênero textual de outro, levando em consideração sua concepção de mundo ou seu nível de conhecimento, pois para ela os gêneros textuais se enquadram em uma situação social.

Essa assertiva permite perceber que cada época é marcada por alguns gêneros predominantes, propiciados por uma a relação sociocultural. Nesse contexto, percebe-se que os gêneros são formas textuais escritas ou orais bastante estáveis, histórica e socialmente situadas.

3.3 Domínio Discursivo

A expressão domínio discursivo é usada para designar uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana. Esses domínios, por sua vez, não são textos nem discursos, mas possibilitam o surgimento de discursos específicos, entre eles destacam-se: o discurso jurídico, o jornalístico, o religioso que não abrangem um gênero em particular, mas dão origem a vários deles.

Marcuschi (2008) chama atenção para não confundirmos a percepção de texto e discurso como se fossem sinônimos. Para o autor, enquanto o texto é uma entidade concreta realizada materialmente e corporizada em algum gênero textual, o discurso é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva.

Considerando que os textos se situam em domínios discursivos que produzem contextos e situações para as práticas sociodiscursivas características, Marcuschi (2008: 195) revela que domínio discursivo pode se configurar como “uma esfera de vida social ou institucional na qual se dão práticas que organizam formas de comunicação e respectivas estratégias de compreensão”, que se estabilizam e se transmitem de geração para geração com propósitos e efeitos bem definidos. Tomando como base as formas de comunicação e seu respectivo domínio discursivo, a charge se encontra no domínio discursivo jornalístico.

3.3.1 O Discurso Direto e Indireto: formas explícitas marcadas e não marcadas

Para Bakhtin (2006 [1929]), a noção de dialogismo é o princípio fundador da linguagem, haja vista que toda linguagem é dialógica, ou seja, todo enunciado, seja escrito ou falado, é sempre um enunciado de alguém para alguém. Ainda, segundo o autor, a dialogicidade é expressa não apenas pela presença de marcas alheias em toda a estrutura do discurso, mas também pelo fato de o enunciador do discurso visar a um interlocutor, seja em diálogos ou em monólogos.

Em relação a isso, Authier-Revuz (1982) fundamenta suas reflexões sobre o que designa de heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada. “A heterogeneidade constitutiva consiste na inevitável presença do outro no discurso” (p. 99). Já a heterogeneidade mostrada, ao contrário, pode ser materialmente identificada, uma vez que se manifesta por meio da modalização na qual está inserido o discurso relatado, tanto na forma indireta quando o locutor usa suas próprias palavras para parafrasear o outro, tornando-se assim um tradutor, quanto na forma direta quando o locutor se torna um porta-voz das palavras do outro. A charge a seguir exemplifica o discurso direto.

Figura 13 - “ P de pizza ?”



Fonte: <portaldoprofessor.mec.gov.br>. Acesso em 3 de setembro de 2015.

O discurso direto, que aparece nas falas das personagens, ocorre por meio de um diálogo construído, a partir da fala do outro, ou seja, quando o filho pergunta ao pai o significado da sigla CPI, o pai a associa a “pizza”. Tal processo de associação ocorre, pois, de acordo com Marcuschi (2010), ao repetirmos ou relatarmos o que alguém diz, estamos transformando, reformulando, recriando e codificando a fala do outro.

Já no discurso indireto, segundo Authier-Revuz (2004), o locutor constrói o texto com uso das palavras de outros com uma infinidade de formas para traduzir com suas palavras o dizer do outro, ou seja, de acordo com Maingueneau (2011: 149), “não são palavras exatas que são relatadas, mas sim o conteúdo do pensamento”. Nesse sentido, segundo o autor, o discurso indireto não reproduz um significante, mas dá um equivalente semântico integrado à enunciação citante.

3. 4 O Gênero Charge

O termo charge é um estrangeirismo – vocábulo francês que significa carga em que é possível perceber um enunciado representativo de uma realidade permeada por uma linguagem verbal e não verbal. É geralmente a representação pictórica de situações de caráter burlesco e/ou caricatural, em que se satirizam normalmente fatos de caráter polêmico em evidência no momento da sua produção como, por exemplo, fatos políticos e sociais. Segundo Nogueira (2003: 3), a charge configura-se como:

uma síntese dos acontecimentos filtrados pelo olhar de seus atentos produtores e a utilização de recursos visuais e linguísticos, a charge transforma a intenção artística, nem sempre objetivando o riso – embora o tenha como atrativo – em uma prática política, como uma forma de resistência aos acontecimentos.

Sendo, pois, um texto opinativo, a charge apresenta-se como um texto acessível à sociedade, uma vez que expõe de forma crítica, humorística e

sarcástica os mais diversos assuntos que circulam diariamente nas mídias nacionais e internacionais. Entre eles, destacam-se os de ordem social, política e histórica. De acordo com Mouco (2007: 5), a charge pressupõe:

Uma crítica humorística de um fato ou acontecimento específico. É a reprodução gráfica de uma notícia já conhecida do público, segundo a percepção do desenhista. Apresenta - se tanto através de imagens quanto combinando imagem e texto. A charge absorve a caricatura em seu ambiente ilustrativo.

Considerando as especificidades do texto humorístico encontrado nas charges, Oliveira, Santos e Borges (2013) afirmam que esse tipo de gênero é indispensável aos órgãos de imprensa de largo público, uma vez que a charge não se configura apenas como um desenho que ilustra a notícia e sim como um texto crítico, com traços humorísticos, que atrai a atenção do leitor e promove a reflexão sobre as temáticas problematizadas na imagem.

Nesse sentido, os textos chargísticos constituem uma vasta memória social, responsável pela constituição do discurso, ou seja, segundo Oliveira (2001: 265), “é imprescindível a relação do fato histórico com o texto chargístico, este, por recuperar aquele, torna – o memorável”.

Para tanto, é crescente o número de jornais, revistas e emissoras de televisão que exploram a sátira política por meio do riso e do escárnio, utilizando assim a caricatura e charge como mecanismos de interação com o leitor. As charges, primeiramente, preconizam o humor, mas, posteriormente, podem provocar ironia, contestação, crítica e denúncia ou comentários prós ou contras.

Conforme o autor (2001: 265), “os textos chárgicos ganham mais quando a sociedade enfrenta momentos de crise, pois é a partir de fatos e acontecimentos reais que o artista tece sua crítica num texto aparentemente despretensioso”. Apesar da aparente despretensão, a charge acaba sendo uma ferramenta de conscientização, pois, ao mesmo tempo em que diverte, informa, denuncia e critica, sendo, pois, um recurso discursivo e ideológico, capaz de conscientizar e gerar o exercício da cidadania.

Seguindo a mesma linha de pensamento, ao falar a respeito da charge, Teixeira (2005) a conceitua como um editorial às avessas cujo formato tem o papel de refletir sobre os assuntos de relevância da grande mídia.

Como gênero textual, as charges apresentam todas as características presentes em um texto de humor, entre elas destacam-se: a ausência do medo ou piedade, o exagero, o inusitado, a metáfora e a superioridade.

A ausência de medo é uma das características mais destacadas pelos teóricos do risível, uma vez que não conseguimos rir de alguém que tememos. O riso, nesse contexto, ataca, expõe e desqualifica o seu objeto. A compaixão se opõe a esses pensamentos e sentimentos, por isso Platão não via virtude no que rir.

Outra característica comum ao texto chágico é o exagero que acaba por transformar o indivíduo pior do que é, haja vista que o riso advindo do humor acaba por expor de forma exagerada as deficiências interna e externa do homem. Nesse contexto, o exagero é utilizado como um recurso argumentativo.

O inusitado, ou seja, o não previsto que conseqüentemente gera o riso, caracterizado por Kant como expectativa frustrada, é um traço comum na charge. Em suma, o cômico das palavras está na apresentação das coisas de maneira ilógica, contrariando aquilo que se convencionou chamar de verdade. Em relação a essa ilogicidade, Joubert (1973) enfatiza que é preciso haver algo de imprevisto e de novo, além daquilo que é previsível, porque o espírito suspenso e em dúvida pensa cuidadosamente no que advirá e nas coisas engraçadas, comumente o fim é inteiramente outro do que imaginávamos, sendo disso que rimos.

Para Lasbeck (2002: 81), “a metáfora tem, pois, a competência de iconizar sentidos, num processo iminente metalinguístico em que as palavras passam a falar mais de si mesmas, até o ponto de esquecerem-se como signos primários”.

Ao falar sobre a superioridade, um dos motivos do riso, Alberti (2002) enfatiza a premissa de Hobbes de que ela nasceu da superioridade do homem em relação aos outros, o que expressa, segundo o autor, a relação de poder entre os

indivíduos, ou ainda a expressão do escárnio e do deboche não em relação a pessoas, mas a alguma característica do mundo e de seus absurdos.

A partir de tais características, a charge ganhou espaço significativo dentro do texto jornalístico opinativo, uma vez que é um tipo de texto que atrai o leitor, não só enquanto imagem, mas também por apresentar textos curtos com uma carga semântica muito forte que, além das informações condensadas, o humor aparece como instrumento de crítica social.

Diferente do que se pensa, sua interpretação exige certa habilidade de observação para descrever adequadamente o que se vê, associando os detalhes informativos da situação apresentada à realidade possível, para então inferir-lhe o sentido.

Nessa perspectiva, apesar de suas características específicas, não se pode pensar a charge como um texto isolado, pois sua compreensão dependerá das inferências estabelecidas pelo leitor no momento de sua leitura. Para Romualdo (2000: 6), “as relações intertextuais da charge com outros textos podem ser convergentes ou divergentes” o que pressupõe retomar o outro texto para se posicionar favoravelmente ou não a ele.

A charge é um texto que articula harmoniosamente a linguagem verbal e a não verbal (conexão palavra-imagem ou texto verbo-visual), no entanto ela também pode se apresentar sem a linguagem verbal, ou seja, apresentar-se tão somente em linguagem iconográfica, quando a compreensão depende inteiramente do reconhecimento exato daquilo que é representado no desenho. Logo, para interpretá-la, o leitor constrói o sentido a partir de inferências resultantes do estabelecimento de relações entre a imagem que vê e a retomada do fato situado na realidade a que ela alude.

Considerando que a charge objetiva abordar, com humor e crítica, algum tema jornalístico da realidade atual, Riani- Costa (2001) vê na charge um texto autoral, definindo-a como um cartum em que se satiriza um fato específico, em geral de caráter político, que esteja em evidência e seja de conhecimento público. Para Teixeira (2005: 23), “a charge é um texto de humor que se baseia na identidade por diferença”, ou seja, a charge faz uso de um sujeito real apenas para

recriá-lo como personagem fictício com características distintas das que apresenta na realidade.

Diferente do cartum, que é uma piada gráfica para temas universais, a charge apresenta um caráter temporal atual e crítico, geralmente, é feita em uma única cena narrativa, utilizada com muita frequência em textos jornalísticos cujo foco é não produzir outra notícia, mas a mesma, com subjetividade e parcialidade.

A premissa de que a charge satiriza uma mesma notícia é compartilhada por Romualdo (2000) que a vê como um texto opinativo, pautada em uma informação publicada ou não previamente pelo jornal, o que nos leva a crer que o tema abordado nesse gênero é decorrente de uma relação intertextual, cabendo ao leitor, a recuperação dessa informação para entender o texto. Observe a charge abaixo, extraída da internet em 2014.

Figura 14 - Oportunidade: será?



Fonte: Disponível em: <www.deficientefisico.com>. Acesso em setembro de 2015.

Ao se deparar com a figura, o leitor para interpretá-la recorre à memória episódica, para entender o trocadilho do vocábulo “oportunidade” que para um cadeirante é sinônimo de dificuldade, inacessibilidade, já que a seta indicadora: “vagas para deficientes, entre” aponta para uma escada, ou seja, muitas empresas atendem à obrigatoriedade da destinação de vagas a portadores de deficiência, mas não investem em acessibilidade.

Nesse contexto, entende-se que a charge apresenta, em sua estrutura, certa estabilidade, com características apoiadas na presença do elemento não verbal, da ironia, do humor para criticar uma personagem ou um fato político. O humor, embora não seja um estado de espírito único, tem quatro variantes principais: o humor autodepreciativo, humor corrosivo, o humor agregador e o humor do tipo de bem com a vida que interferem diretamente nas relações interpessoais e, em relação à charge, no sentido atribuído pelo leitor.

O humor autodepreciativo serve-se das próprias imperfeições para fazer rir, já o corrosivo é implacável com o próximo, uma vez que o indivíduo dá preferência ao riso provocado, independente dos “estragos” causados nas relações com os que o rodeiam.

O humor agregador corresponde ao humor do indivíduo cujas “tiradas” humorísticas agradam e, por essa razão, é bem visto pelos que o cercam. O humor do tipo de bem com a vida, por sua vez, refere-se à atitude da pessoa que tenta ver o lado positivo das situações, tenta estar “de bem com a vida”.

As charges, segundo Romualdo (2000: 18), “são textos coerentes e coesos, pois formam um todo de sentido que é transmitido pelas relações entre os diversos elementos gráficos que compõem as figuras de um quadrinho”.

Figura 15 - Vagas reservadas aos cadeirantes



Fonte: Disponível em: <www.deficientefísico.com>. Acesso em junho de 2015.

Ao observar a charge, é possível entender que, assim como qualquer texto, esse gênero textual transmite informações que são apresentadas a partir da intencionalidade do chargista que a compõe, ou seja, a partir de um processo situacional. Nesse sentido, percebe-se, que o texto opinativo charge, em particular, é criado a partir do discurso de seu autor.

Considerando a charge evidenciada, é possível confirmar a assertiva de Romualdo (2000: 21), uma vez que “a charge como texto visual humorístico que critica uma personagem, fato ou acontecimento político específico, por focalizar uma realidade específica, prende-se mais ao momento, tendo, portanto, uma limitação temporal”, daí a importância do contexto para sua compreensão.

Com base na assertiva do autor, faz-se necessário relembrar a percepção de texto, a partir da definição apresentada por Fávero (2009: 7) de que “texto, em sentido lato, designa toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano”, ou seja, tudo pode ser configurado como texto, uma vez que o indivíduo ao se deparar com uma informação verbal ou não verbal, automaticamente estabelece inferências contextuais, o que é comum no texto chárstico.

A charge como gênero textual utiliza, por meio da linguagem verbal e não verbal, o humor, em muitos momentos, negro para ironizar, satirizar e criticar personalidades e fatos ligados à política brasileira, às questões sociais, ambientais, econômicas e educacionais. Esse gênero textual que gera riso é extremamente aceito.

Nas charges, assim como em outros gêneros, observa-se a existência de um estilo próprio, peculiar a quem escreve, haja vista que, ao escrever, o cartunista descreve nessa linguagem sua percepção de mundo e a forma como ele quer que seus leitores as percebam.

Como o foco dos chargistas geralmente são fatos políticos e sociais, é bastante comum encontrarmos, nas charges, caricaturas de personalidades públicas (código não verbal) e um código verbal que ocorre por meio do discurso direto, da voz do narrador, do título da charge, placas e rótulos, intertextos noticiosos e onomatopeias. Observe a charge abaixo:

Figura 16 - E o ratos fazem festa



Fonte: Jornal A crítica em 25 de junho de 2013.

A linguagem verbal e não verbal apresentada na charge gera um efeito metafórico extremamente importante para o processo discursivo, pois ao comparar os políticos a ratos, o desejo da presidente em transformar a corrupção em crime hediondo, torna-se utópico. Nesse contexto, observa-se que em todo discurso ocorre a articulação entre saber e poder, a partir do ponto de vista de quem fala a respeito de um fato, lugar, situação e para quem se fala.

Vale ressaltar que o efeito metafórico gerado pelas charges oportuniza seu direcionamento a qualquer público e, dependendo do objetivo, elas precisam ser analisadas enquanto manifestação discursiva. Nesse sentido, é preciso que o leitor observe os sentidos que circulam nelas, uma vez que nesses textos são utilizados recursos que estimulam o receptor, levando-o à reflexão e ao desenvolvimento da criticidade.

Outro ponto a ser observado é que esse gênero textual não se limita apenas a ironizar, mas acrescenta ao cômico, criado pela deformação da imagem, dado singular de seu autor. Assim sendo, o leitor constrói o sentido, estabelecendo inferências a partir da relação entre a imagem que vê e o fato a que ela alude, ou seja, o sentido de um texto depende de uma série de fatores não só internos como externos.

Falar do sentido produzido na charge é falar de uma série de elementos que se articulam para produzir coerência em uma situação interacional, já que o

contexto e informações processadas, na mente do leitor e do produtor, são influenciados por valores pessoais e específicos.

Ao se configurar a charge como um gênero textual, deve-se lembrar o princípio da interpretabilidade, uma vez que, segundo Beaugrande e Dressler (1981), um texto é um sistema interativo e não um ato isolado cujo sentido, pois “depende em grande parte do conhecimento de mundo de seus usuários” (KOCH e TRAVAGLIA, 2011: 61).

Considerando que o texto pressupõe um todo significativo, independente de sua extensão, Fávero (2005: 6) apresenta o texto como “um contínuo comunicativo contextual caracterizado pelos princípios de textualidade: contextualização, coesão, coerência, intencionalidade, informatividade, aceitabilidade, situacionalidade e intertextualidade” presente no leitor e produtor do texto.

3.4.1 Princípios de Textualidade

Embora hoje não se faça mais a separação, de acordo com Beaugrande e Dressler (1981), são sete os princípios responsáveis pela textualidade: a coerência e a coesão, centradas no texto e a intencionalidade, a aceitabilidade a informatividade, a situacionalidade e a intertextualidade, centradas no usuário.

Quando se pensa em interpretação textual, independentemente de sua tipologia, a coerência é um princípio de textualidade que não pode ser negada por ser responsável pelo sentido do texto, uma vez que envolve aspectos lógicos, semânticos e cognitivos operantes entre os usuários (ROMUALDO, 2000).

A coesão, por sua vez, diz respeito à manifestação linguística da coerência, já que demonstra, na superficial textual, as relações e os conceitos subjacentes a essa superfície, ou seja, apesar dos princípios da coesão darem conta da estruturação da sequência superficial do texto, não se configuram como elementos meramente sintáticos, mas uma espécie de semântica da sintaxe textual em que

se analisa como as pessoas usam os padrões formais para transmitir conhecimentos e sentido.

Em relação aos princípios centrados no usuário, o primeiro princípio evidenciado é o da intencionalidade que envolve as estratégias utilizadas pelos produtores do texto a fim de expressar seu objetivo ou intenção na interação entre autor/leitor. Tal interação só é possível se houver um processo cooperativo entre os interlocutores do processo comunicacional, já que, segundo Grice (1982), nem sempre o que se diz é o que é efetivamente dito.

Segundo o autor, para que haja sentido, o texto deve levar em consideração as máximas conversacionais: da quantidade – associada ao grau de informação; da qualidade – diz respeito à veracidade da informação; da relação – diz respeito à relevância da informação e a de modo – que diz respeito aos recursos utilizados a fim de evitar a obscuridade, a ambiguidade, a prolixidade e o ordenamento dos enunciados.

Fávero (1986) afirma que a intencionalidade serve para manifestar a ação discursiva pretendida pelo autor do texto, ou seja, a intencionalidade trata da intenção do locutor de produzir uma manifestação linguística coesiva e coerente, ainda que essa intenção nem sempre se realize na sua totalidade.

Ao falar a respeito da intencionalidade, Romualdo (2000) a relaciona à atitude do produtor na construção de um texto coerente e coeso, capaz de atender às necessidades comunicativas que ele tem em mente. Como suporte intencional, tem-se a ambiguidade que é o elemento provocador da comicidade e da ironia características dos textos chárgicos.

Figura 17 - Pleonasma X geração de sentidos



Fonte: Disponível em: <fatimalp.blogspot.com>. Acesso em junho de 2015.

A charge apresentada utiliza como recurso de interpretação a ambiguidade, figura de linguagem que permite, ao leitor, ativar a memória episódica, responsável por estabelecer inferências, possibilitando assim a geração de sentido.

Outro princípio a ser evidenciado é o da aceitabilidade que trata da atitude do receptor, ou seja, de sua expectativa em relação às ocorrências que são propostas. Beaugrande e Dressler (1981) afirmam que a ideia de cooperação é importante para discutir o princípio da aceitabilidade que está intimamente vinculado à intencionalidade que, por sua vez, está associada ao conceito de coesão e coerência.

A aceitabilidade, conforme Koch e Travaglia (2011: 79), diz respeito à atitude dos receptores “de aceitarem a manifestação linguística como um texto coesivo e coerente, que tenha para eles alguma utilidade ou relevância”.

Outro princípio extremamente importante para a construção de textos chárgicos é a informatividade que é responsável pela apresentação de ideias novas ao leitor/ouvinte. De acordo com Romualdo (2000: 17), a informatividade “designa

em que medida as ocorrências linguísticas, apresentadas no texto, são esperadas ou não esperadas, conhecidas ou não conhecidas, por parte dos receptores”.

Nesse princípio, deve-se levar em consideração aquilo que os autores chamam de probabilidade contextual, ou seja, dependendo da carga informativa têm-se resultados diferenciados. O essencial desse princípio é postular que, segundo Marcuschi (2008: 132), “num texto deve ser possível distinguir entre o que ele quer transmitir e o que é possível extrair dele e o que não é pretendido”, ou seja, a informatividade está relacionada ao grau de expectativa ou a sua falta, de conhecimento ou desconhecimento.

Vale ressaltar que esse princípio de textualidade é muito comum nas charges, uma vez que ela só é compreendida a partir dos dados do mundo real, do contexto imediato e da expectativa gerada pelo texto.

Na charge, ao utilizar esse princípio, o leitor/ouvinte faz uma analogia entre o que se observa no texto e o contexto real em que ele aparece, servindo-lhe, pois de parâmetro de análise.

A informatividade serve como elemento de mediação para o princípio da situacionalidade, uma vez que a partir dos conhecimentos adquiridos é construído um modelo de mundo apresentado em cada texto. Para Fávero (2009), esse princípio prevê o acesso mental de conceitos e modelos cognitivos globais, como exemplo têm-se os *frames* os quais pressupõem um senso comum sobre determinado conceito central e os *scripts* que descrevem uma sequência ou rotina de ações de uma situação estereotipada dos participantes da interação.

A situacionalidade, enquanto um dos princípios da textualidade, é caracterizada por Beaugrande e Dressler (1981) como um conjunto de fatores que tornam um texto relevante para uma situação de comunicação corrente ou passível de ser reconstituída.

Percebe-se, pois, que a situacionalidade está relacionada aos fatores que fazem um texto relevante para a situação em que ele ocorre, uma vez que tal princípio orienta tanto a produção quanto a recepção do texto e pode, até mesmo,

definir o seu sentido, como exemplo, os termos lacônicos, tais como placas de trânsito ou textos mais amplos como os dissertativos.

Esses dois últimos princípios de textualidade estão centrados na superfície do texto, representados pela coesão cuja interligação seria evidenciada por meio de hipóteses baseadas no funcionamento do texto e pela coerência, construída por meio de operações que possibilitam a um texto adquirir sentido.

Considerando que a charge, como qualquer texto discursivo, utiliza os princípios de textualidade, Nery (1998: 71) afirma que, “para ser decodificada, a charge necessita manter uma relação estreita com o cotidiano e o universo cultural do leitor”, ou seja, para compreendê-la, há a necessidade de entender o seu contexto histórico/temporal. Nesse aspecto, segundo o autor, a charge é “um tipo de registro da história que necessita, para uma interpretação aberta, estar relacionada aos eventos político culturais de seu tempo” (NERY, 1998: 87).

A intertextualidade, presente em qualquer texto, é indispensável para existência do próprio discurso, uma vez que esse princípio pressupõe a relação de um texto com outros já existentes. Como a charge é um texto cuja natureza intertextual é intrínseca e inalienável, dois níveis de intertextualidade podem ser observadas: a referência factual e a feitura da charge.

O primeiro nível – fundamental constitutivo – é o da referência factual. Nesse nível personagens, episódios ou conceitos do mundo real precisam estar presentes e referenciados indiretamente no texto da charge. O que pode ser observado na charge a seguir:

Figura 18 - Banalização da corrupção



Fonte: Disponível em: <Chargeonline.com.br>. Publicada em fevereiro de 2015.

Na charge apresentada, é possível perceber a referência factual, uma vez que o chargista faz uma crítica sobre a corrupção na Petrobrás e a percepção da sociedade em relação àquilo que se configura como corrupção.

O segundo nível que corresponde à feitura da charge envolve outro tipo de intertextualidade, ou seja, relaciona textos que não têm necessariamente uma relação direta com o fato jornalístico abordado, mas podem ser associados pelo viés do humor que encontra semelhanças em situações diferentes. O que pode ser observado nas figuras a seguir:

Figura 19 - Intertexto



Fonte: Charges online do Denny – publicada em novembro de 2014.

Figura 20 - Luz em 2015



Fonte: Charges online do Denny – publicada em dezembro de 2014.

As charges apresentadas exemplificam a feitura do texto. Na figura 19, o chargista utiliza como pano de fundo uma obra de Graciliano Ramos para produzir um viés discursivo a respeito da falta de planejamento do governo de São Paulo na questão dos recursos hídricos. A figura 20 faz uma alusão a ditos/crenças populares para criticar os aumentos abusivos de energia elétrica no país.

Tais associações, às vezes inusitadas, têm um único objetivo provocar o riso dos leitores, haja vista ser inevitável a associação contextual, uma vez que as charges trabalham com conceitos prontos, estereotipados, dependendo de saberes e referências comuns para se comunicar com eficácia.

Melo (2003: 162) enfatiza que a charge é capaz de “influenciar um público maior que aquele dedicado à leitura atenta dos gêneros opinativos convencionais”. Nesse aspecto, o jogo de palavras e imagens, que permeiam o gênero chárstico, atuam diretamente na construção do sentido. Daí a importância de se acionar o conhecimento prévio, a fim de compreender o contexto refratado na charge.

Como gênero opinativo, vê-se com frequência, na sua construção, o humor ambíguo e proposital que o caricaturista imprime à charge ao retratar as crises que permeiam a sociedade, apresenta um caráter ideológico ao denunciar

instantaneamente o contexto governamental, social ou individual, os quais remetem à cultura do país.

A partir dos princípios elencados, percebe-se que a intertextualidade pressupõe fatores que tornam a utilização de um texto – produção e recepção – dependente de outro(s) texto(s) previamente existentes (BEAUGRANDE e DRESSLER, 1981).

3.4.3 Caracterizando o Gênero Charge

A charge é apresentada, em sua maioria, em uma única cena narrativa cujo objetivo não é, segundo Teixeira (2005: 13), “produzir outra notícia, mas a mesma com subjetividade e parcialidade” por meio da intertextualidade pautada em notícias visuais, verbais ou verbo-visuais (RAMOS, 2007), o que pode ser observado na charge:

Figura 21 - “ Nem o caipira acredita”



Fonte: Disponível em: <ozailtonmelo.blogspot.com>. Acesso em julho 2015.

Os textos chárgicos, enquanto reprodutores de textos anteriores, ou seja, de um já-dito são carregados de informatividade que se dá pelo pictórico e pelo verbal e de intencionalidade, uma vez que o chargista insere na cena enunciativa opiniões e críticas a personagens e fatos políticos. Como texto opinativo, a situacionalidade apresentada no quadrinho possibilita ao leitor inferir, por meio do contexto, outras leituras e, conseqüentemente, sentidos diversos (ROMUALDO, 2000).

Segundo o autor, alguns desses conhecimentos podem fazer parte do repertório do leitor ou podem ser adquiridos a partir do contexto. Antes de caracterizar o texto chargico, faz-se necessário estabelecer a diferença entre caricatura, cartum e a charge textos comuns na área jornalística.

Na charge,  possível perceber que o chargista utilizou uma cantiga de roda, comum nas quadrilhas juninas, para mostrar como o povo brasileiro avalia as aoes do congresso nacional. Outra característica presente na charge é a caricatura, ou seja, o chargista retratou o povo brasileiro na figura do caipira, personagem que representa a simplicidade, a honradez e a confiança nas pessoas, com o objetivo de mostrar que o povo brasileiro não acredita no congresso nacional e nem nas suas aoes.

A caricatura é definida por Riani-Costa (2001: 48) como “desenho humorístico que prioriza a distorao anatmica, geralmente com ênfase no rosto e ou em partes marcantes e diferenciadas do corpo do retratado, revelando também seus traços de personalidade”. Já para Saliba (2003: 174), “a caricatura  uma narrativa da história, ou seja, são datadas e nascidas para serem lidas no contexto do jornal ou da revista, tais imagens perdem muito quando isoladas do seu tempo”. Nesse sentido, a caricatura é a representaao da fisionomia humana com características humorísticas, cmicas ou grotescas, sendo, pois, um dos elementos constituintes da charge.

Vale ressaltar que o suporte contextual exerce grande importância para a compreensão da caricatura e da charge, pois elas so alcançarão o seu efeito na medida em que o referente for conhecido e as demais circunstâncias, incluindo as situaoes ou fatos políticos aos quais elas se referem, também o forem. Se isso não acontece, o seu sentido se esvai (ROMUALDO, 2000).

Quando se fala na representação do verbal, nas charges, vale salientar que tal representação segue as mesmas formas das histórias em quadrinhos: os sons imitativos e as onomatopeias também são utilizados, com frequência, nessa modalidade.

Outro traço característico da charge é o humor. Segundo Ziraldo (1975), humor pressupõe toda atividade ligada à criação do riso, daí o compromisso de o humor ser muito maior com a verdade das coisas do que com o riso. A arte – de – fazer – rir, para ele, poderia ser configurado como humorismo.

Nesse sentido, o repertório é importante para a linguagem do humor e conseqüentemente para a interpretação de textos chágicos, uma vez que todos nós temos um repertório de experiências anteriores que, a partir do convívio em grupo, promove o desenvolvimento da linguagem. Tal desenvolvimento possibilita não só a decodificação, como a compreensão da charge que inclui vários contextos, entre eles: o intra-icônico; o inter-icônico e o extra icônico. O que pode ser observado na figura abaixo:

Figura 22 - Brasil e os 50 tons de cinza



Fonte: Gilv@ndeR - Tucuruí – PA – publicado em fevereiro de 2015.

O contexto intra-icônico decorre das relações entre os diversos elementos que compõem uma determinada figura capazes de gerar sentido. Na figura 22, o enunciado os “50 tons de cinza” quando relacionado à foto que mostra uma estrada “remendada” com vários tons asfálticos possibilita ao leitor entender de imediato a intenção do autor da mensagem.

A imagem apresentada exemplifica o contexto inter-icônico que resulta das relações entre as imagens associadas em série ou em sucessão, possibilitando assim uma inferência temporal, sequencial, entre outras. Já o contexto extra icônico, pressupõe a associação da imagem a elementos de natureza diversa, como tempo, idade, instrução, sociedade, cultura e ambiente em que se dá a comunicação. A charge apresentada, na figura 22, é um exemplo do contexto intra-icônico e do inter-icônico.

Ao analisar a charge, fica evidente que esse gênero textual possui recursos estilísticos próprios, ou seja, o chargista trabalha com o humor, com a ironia e com a sátira, não para distrair o leitor, mas para levá-lo a reflexões que excedem o senso comum. A imagem seduz o leitor, a ironia trabalha com sua inteligência e criticidade, ao passo que o humor desconstrói e desvia a ordem habitual, apresenta o contraditório, a incoerência (OLIVEIRA, SANTOS e BORGES, 2013).

Além dos recursos citados, os chargistas lançam mão de outros recursos para construir o humor e, conseqüentemente, o riso em seus textos. Um desses outros recursos é o GAG, ou seja, a piada e a divisão da charge em quadros: os primeiros com a função de preparar o desfecho humorístico do último que é a oposição entre o elemento verbal e o pictural. Nesse sentido, quando se fala do humor no texto chárigo, pensa-se no riso de zombaria (PROPP, 1992) e o carnavalesco (BAKHTIN, 1991), o que pode ser observado na figura a seguir:

Figura 23 - Du que ou Duque?



Fonte: Charge online Duke – Cartunista –chargista – ilustrador, publicado em maio de 2014.

A charge produzida por Duke é um exemplo de riso de zombaria descrito por Propp, uma vez que a linguagem verbal utilizada expressa uma intencionalidade “maldosa” do chargista ao ironizar a situação do time eliminado. O riso carnavalesco, defendido por Bakhtin, é representado na liberdade e no extravasamento do chargista ao construir a sequência discursiva, não só por meio da linguagem verbal, como também pela icônica. O que será explicitado no tópico a seguir.

3.5 A intertextualidade e a polifonia nos textos chárgicos

Considerando as relações intertextuais da charge jornalística com os outros textos, faz-se necessário relembrar o conceito de intertextualidade (dialogismo e carnavalização) e de polifonia.

3.5.1 Dialogismo, carnavalização e polifonia

A concepção de dialogismo, em oposição às concepções metodológicas do subjetivismo idealista e o objetivo abstrato da linguagem, foi criada por Bakhtin (1991). Tal concepção é exemplificada no conceito de enunciação cuja origem é de natureza social.

A enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social o qual pertence o locutor. A palavra dirige-se a um interlocutor: ela é função da pessoa do interlocutor (BAKHTIN, 1991: 112).

Nesse sentido, pensar o processo enunciativo pressupõe pensá-lo a partir da situação e do meio social. Logo, entender a palavra como função do interlocutor é importante para se entender a concepção do dialogismo defendida por Bakhtin (1986: 123), uma vez que, segundo o autor, “a verdadeira substância da língua é

constituída justamente nas relações sociais, via interação verbal, realizada por meio da enunciação ou das enunciações” (1986: 123).

Essas relações dialógicas entre discursos, segundo Bakhtin (2008: 207):

não são linguísticas no sentido rigoroso do termo. Podem ser situadas na metalinguística, subentendo-a como um estudo – ainda não constituído em disciplinas particulares definidas – daqueles aspectos da vida do discurso que ultrapassam – de modo absolutamente legítimo – os limites da linguística. As pesquisas metalinguísticas, evidentemente, não podem ignorar a linguística e devem aplicar os seus resultados. A linguística e a metalinguística estudam um mesmo fenômeno concreto, muito complexo e multifacético – o discurso, mas estudam sob diferentes aspectos e diferentes ângulos de visão. Devem completar-se mutuamente e não fundir-se.

Na produção de textos chárgicos, são frequentes as categorias pertencentes à cosmovisão carnavalesca. Segundo Bakhtin (1991), no processo de carnavalização os textos sofrem direta ou indiretamente a influência de diferentes modalidades do “ folclore carnavalesco”. Tal processo deve ser visto como uma forma sincrética de espetáculo de caráter ritual onde não há diferença nem divisão entre atores e espectadores. Assim como a charge, o processo de carnavalização desvia a ordem habitual, ou seja, é uma vida às avessas, num mundo invertido.

Para Bakhtin (2008: 109), o riso carnavalesco:

também está dirigido contra o supremo; para a mudança dos poderes e verdades, para a mudança da ordem mundial. O riso abrange os dois polos da mudança, pertence ao processo propriamente dito de mudança, à própria crise. No ato do riso carnavalesco combinam-se a morte e o renascimento, a negação (a ridicularização) e a afirmação (o riso de júbilo). É um riso profundamente universal e assentado numa concepção do mundo. É essa a especificidade do riso carnavalesco ambíguo.

Nesse contexto, outro ponto evidenciado é a paródia, comum nos textos chárgicos em que é apresentado ao leitor o duplo sentido destronante – do mundo às avessas, funcionando assim como um espelho que deforma o real.

A polifonia, por sua vez, pressupõe, segundo Bakhtin (1991), a multiplicidade de vozes e consciências mantidas umas com as outras a uma relação de igualdade no discurso. Nesse sentido, o termo polifônico é empregado para caracterizar certo tipo de texto, aquele em que se deixam entrever muitas vozes, por oposição aos textos monofônicos, que escondem os diálogos que os constituem (BAKHTIN, 2008: 6).

Portanto, o dialogismo se refere ao princípio constitutivo da linguagem, enquanto a polifonia é uma estratégia discursiva, conforme destaca Barros (2003). O dialogismo é resultante de um embate de vozes, enquanto a polifonia é a menção a essas vozes em um texto, uma vez que ao introduzirmos em nossa fala as palavras do outro, inevitavelmente as revestimos com algo novo, decorrentes da nossa compreensão e avaliação. Assim, todo texto é, por essência, dialógico, mas nem todo texto é polifônico.

3.5.2 As inter-relações intertextuais e polifônicas

Para Romualdo (2000), a explicação do fenômeno intertextual e a própria criação do termo intertextualidade está intimamente relacionada ao dialogismo proposto por Bakhtin.

Barros (2003) explica que o dialogismo discursivo pode ser analisado em dois aspectos: o da interação verbal entre o enunciador e o enunciatário do texto e o da intertextualidade no interior do discurso. Para ele, o dialogismo no discurso deve ser entendido sob a forma de interação verbal que se estabelece entre o enunciador e o enunciatário no espaço próprio do texto, ou seja, o dialogismo passa a ser entendido como um espaço interacional entre o eu e o tu, ou o eu e o outro no texto.

Nesse contexto, o texto é visto como um cruzamento de vozes oriundas das práticas de linguagem socialmente diversificadas. Kristeva (1969) propõe o termo intertextualidade para designar o processo através do qual todo texto se constrói como um mosaico de citações, ou seja, não há um texto puro em sua construção,

já que sua construção pressupõe a absorção de informações extraídas de um outro texto.

O fenômeno intertextual pode ser analisado a partir de duas perspectivas: como elemento necessário para a existência do próprio discurso e como a relação existente entre textos (contextos). Para tanto, um discurso, seja oral ou escrito, é sempre pronunciado a partir de condições de produções dadas, caracterizando-se pelas relações de sentido nas quais ele é produzido.

Levando em consideração as condições de produção, Orlandi (2012) enfatiza que considerar a intertextualidade, no processo de leitura, é estar ciente que o(s) sentido(s) de um texto se estabelece(m) pela relação que ele mantém com outros textos.

Nesse sentido, todo discurso, em uma determinada situação, é efetivo, pois modifica o processo de produção de outros discursos, mas seu resultado não é preciso, uma vez que a intencionalidade do autor, no momento da produção, nem sempre gerará no receptor o resultado desejado.

Como a intertextualidade é marcada pela relação, Beaugrand e Dressler (1981) a definem como as diferentes maneiras pelas quais a produção e a recepção de um determinado texto dependem do conhecimento dos interlocutores de outros textos.

A polifonia, por sua vez, comum no gênero charge, acaba sendo a incorporação de asserções atribuídas a outros, que um locutor faz ao seu discurso. Ducrot (1987) afirma que há dois tipos de polifonia: a de locutores (mais de um locutor no enunciado) e a de enunciadores (mais de um enunciador num mesmo enunciado).

Para o autor, o locutor é uma ficção discursiva, aquele a quem se referem às marcas de primeira pessoa, ou seja, é uma representação desse sujeito. Já os enunciadores são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para isso lhe sejam atribuídas palavras precisas. Ducrot (1987: 187) declara que “não são pessoas, mas sim pontos de vista abstratos”.

Koch (2000) define a polifonia de locutores como a intertextualidade explícita e a de enunciadores como a polifonia implícita onde estão inseridos os fenômenos discursivos da pressuposição, negação, ironia, discurso indireto livre, entre outros.

Todas as relações intertextuais apresentadas abrem um leque de possibilidades para outros tipos de relações intertextuais, entre elas está a simbologia criada convencionalmente em torno de algumas datas e a relação entre a charge com a própria charge.

A ironia, outro recurso que pode estabelecer relações intertextuais, requer do leitor tripla competência: a linguística que pressupõe o entendimento do que está implícito; a retórica que exige do leitor a capacidade de compreender o que está além do apresentado e a ideológica que requer do leitor a compreensão de um conjunto de valores sociais e culturais institucionalizados, os quais serão transgredidos ao longo do texto.

Brait (2008: 14) apresenta a ironia “como um processo discursivo passível de ser observado em diferentes manifestações de linguagem”, em suma, é, pois, segunda a autora:

Um procedimento intertextual, interdiscursivo, sendo considerada, portanto, como um processo de meta-referencialização, de estruturação do fragmentário, que, como organização de recursos significantes, pode provocar efeitos de sentido como a dessacralização do discurso oficial ou o desmascaramento de uma pretensa objetividade em discursos tidos como neutro (BRAIT, 2008: 16).

Portanto, a construção da charge pressupõe, pois, vários atos de linguagem e um conjunto de interlocutores que se agrupam de acordo com os campos de interação aos quais pertencem ou em instâncias enunciativas que possibilitarão sua compreensão.

3.5.3 A enunciação nas charges políticas

O enunciado apresentado nas charges políticas é carregado de subjetividade, uma vez que tem como objetivo provocar o riso e a reflexão. Os humoristas dos traços – como são conhecidos – utilizam como recursos a metáfora e paródia manifestadas nas instâncias visuais e/ou linguística, violando assim a racionalidade, por meio de situações fictícias que, se não são viáveis no mundo real, servem para criticá-lo ou equacioná-lo.

Segundo Teixeira (2005: 5):

A necessidade de trapacear com a razão – essa camisa de força que nos mantém presos ao princípio da realidade em detrimento do princípio do prazer – essa resistência ao sério e a capacidade de brincar através dele, ou apesar dele, está presente no cotidiano da atividade desde sempre.

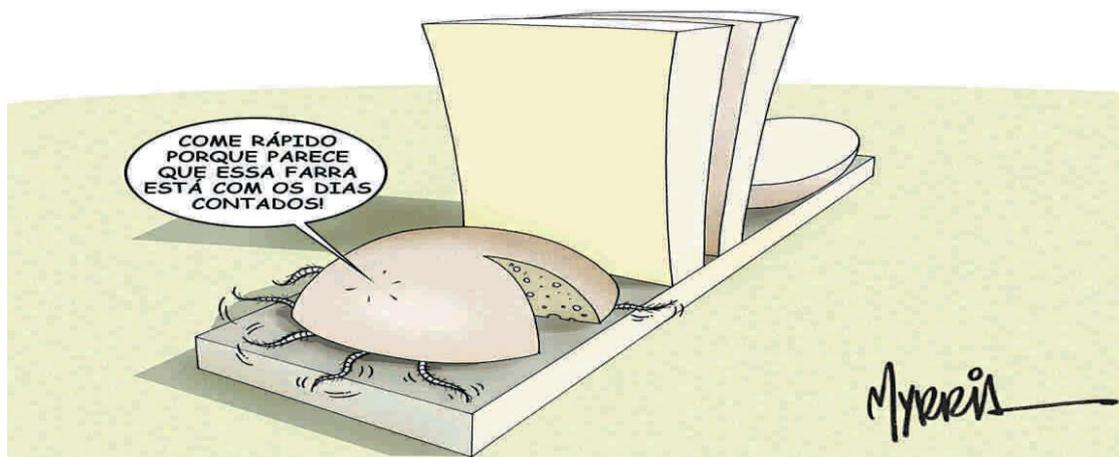
Nesse contexto, as charges cumprem seu papel que é o de informar e apresentar a realidade, mas a partir de uma percepção particular – configurada como não convencional e provocadora. Em relação a isso, Teixeira (2005: 74) afirma que a charge “reproduz a realidade independente da razão; produz uma verdade independente da realidade; incorpora o humor como linguagem que produz uma verdade cujo sentido está fora da realidade e além da razão”. A assertiva de Teixeira pode ser observada nas charges a seguir.

Figura 24 - Ética “Titica”



Fonte: Jornal A crítica – publicado em 24 de junho de 2013.

Figura 25 - “E tá rolando a festa”



Fonte: Jornal A crítica – publicado em 23 de junho de 2013.

3.6 A Construção do discurso nas charges políticas

Os discursos são constituídos, ao longo do tempo, em uma dada situação histórica, ou seja, conforme Orlandi (2012: 21), “o discurso é efeito de sentido entre interlocutores”. Quando se fala em discurso nas charges políticas, não se pode deixar de falar no texto humorístico, responsável pela intencionalidade discursiva das charges.

Possenti (1998) explica que o texto humorístico não traz nada de novo no que diz respeito aos temas, pois todo dito é um já-dito, uma vez que o humor retoma discursos existentes, acrescentando a eles um olhar diferenciado, ou seja, segundo Foucault (1996), o novo está na forma peculiar de tratar esses temas.

Assim o discurso humorístico,

[...] como qualquer outro, traz as marcas sócio – históricas _ as diversas manifestações culturais e ideológicas – valores arraigados que neles se manifestam e, por isso, ele não deve ser entendido apenas como um instrumento de diversão; o que nele está sendo dito não pode ser simplesmente ignorado (FOLKIS, 2004, p. 1).

Vale ressaltar que, no discurso humorístico, existe um contrato social que o permite tratar de variados e complexos temas, sem que o sujeito que se utiliza do

humor seja julgado ou condenado, mas desde que isso seja feito de uma forma que leve ao riso. Em relação a isso, Foucault (1996) afirma que o chargista não tem o direito de dizer tudo ou fazer o que quer, pois a produção do discurso é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída, não de forma aleatória e sim a partir de determinados procedimentos, responsáveis pelo controle desse ato enunciativo.

Embora existam esses mecanismos de controle, o sujeito pode emitir qualquer opinião ou ideia. Na construção de textos chárpicos, essa liberdade de expressão acaba por não levar em consideração os efeitos que a exploração de determinados temas pode gerar nos interlocutores. Como exemplo, temos as charges publicadas no Jornal francês *Charles Hebdo*, conhecido por apresentar charges polêmicas e questionáveis a respeito do profeta Maomé cujas caricaturas foram responsáveis pelo ataque à sede do jornal satírico no dia 07 de janeiro de 2015.

As charges a serem apresentadas foram o pivô do ataque e ao observá-las é possível perceber riso trágico ou riso exterminador apresentado por Rosset em sua lógica do pior.

Ao evidenciar a lógica do pior, Rosset (1989: 169 [1971]) salienta que “a maior parte das condutas humanas interpreta-se em nome de alguma coisa: de um princípio intelectual, racionalmente pensável, ou de um interesse biológico, eficazmente presente”.

As charges publicadas no Jornal *Charles Hebdo* estão inseridas naquilo que o autor (1989: 185[1971]) chama de "criação estética", cujo resultado pressupõe um comportamento desastroso (por praticar, em relação ao acaso, uma espécie de política do pior) que não pode ser interpretado senão no quadro de uma perspectiva trágica.

Nesse sentido, o comportamento criador consiste com efeito em ir ao encontro do acaso- não somente em acolhê-lo sem reticências, mas mais ainda, em sobrepujá-lo. A especificidade do ato dito "criador", em oposição a todos os outros atos da vida humana, reside neste "ir ao encontro de" (ROSSET, 1989: 185).

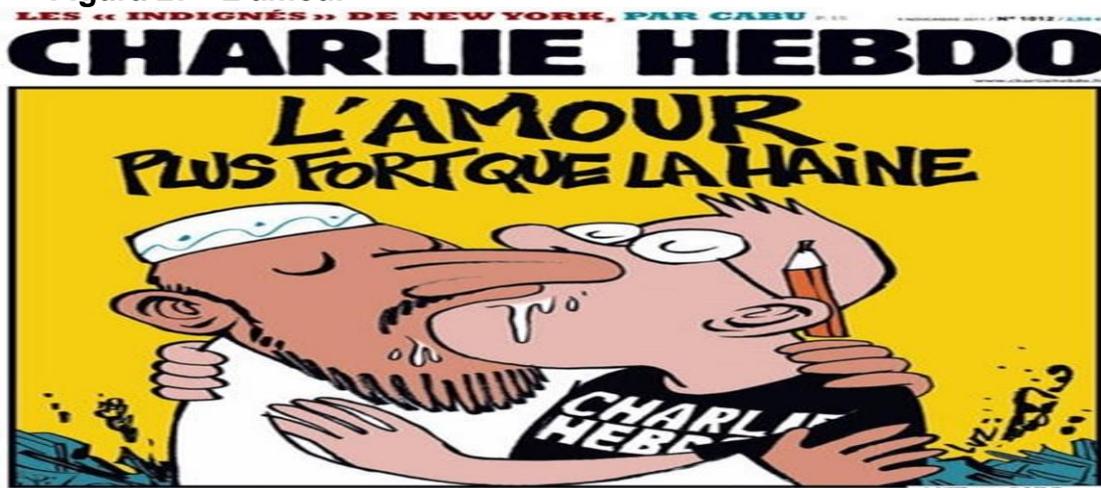
As figuras a seguir exemplificam o pressuposto de “criação estética” evidenciado pelo autor.

Figura 26 - Sátira ao líder do Estado Islâmico



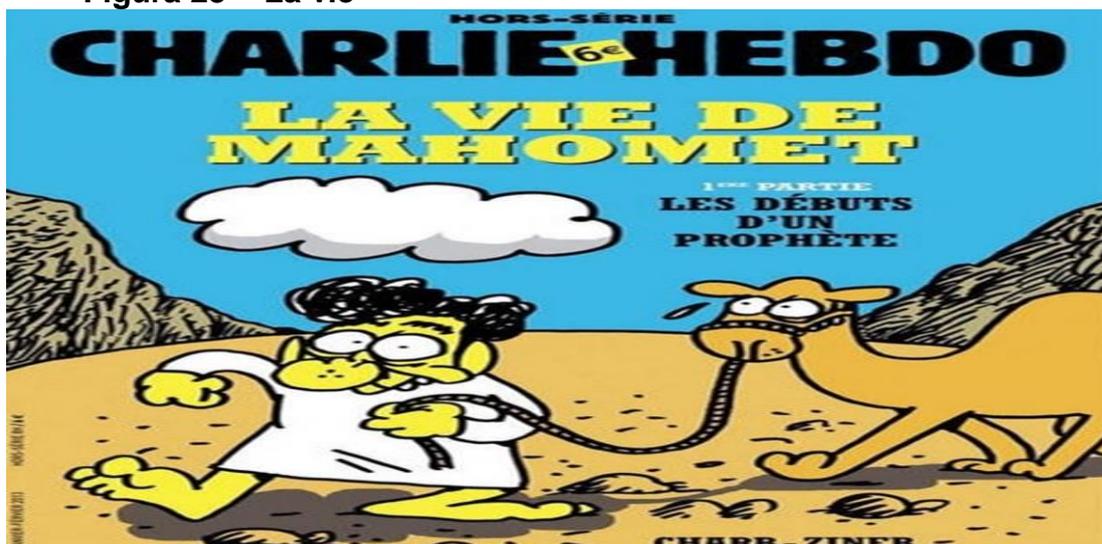
Este cartum satirizou o líder do Estado Islâmico, Abu Bakr al-Baghdadi. Foi a última publicação do jornal antes de atentado.

Figura 27 - L'amour



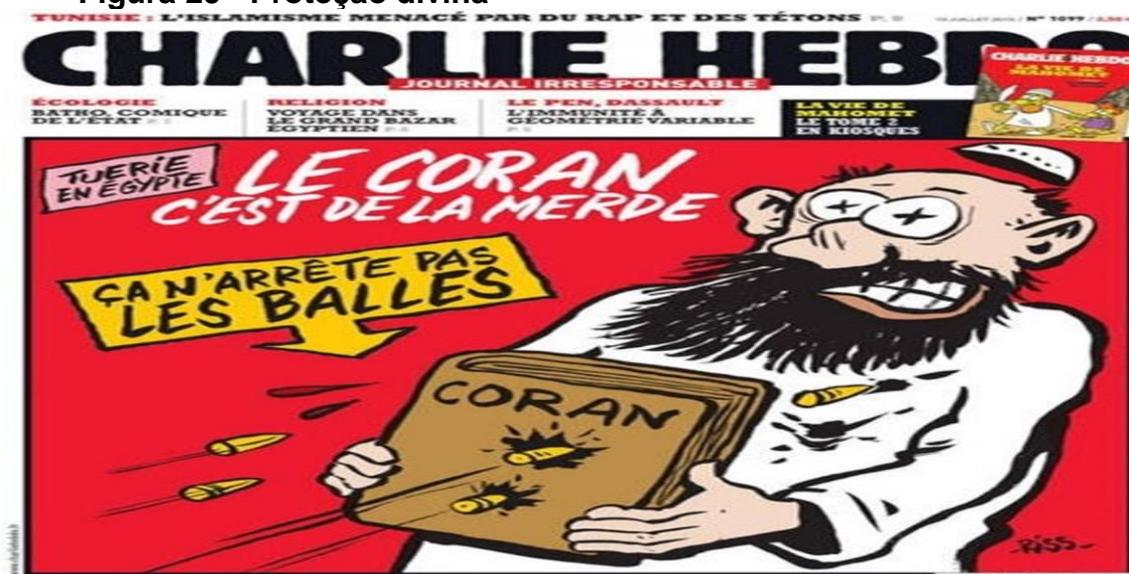
A Capa de jornal satírico “Charlie Hebdo” traz Maomé beijando o cartunista com o texto “o amor, mais forte do que o ódio”.

Figura 28 - La vie



O diretor e cartunista da 'Charlie Hebdo', Stéphane Charbonnier publicou, em 2013, dois quadrinhos sobre a vida de Maomé; o primeiro falava a respeito da vida de um profeta cuja representação é tabu entre muçulmanos.

Figura 29 - Proteção divina



A Capa de julho de 2013 mostra a imagem de um muçulmano sendo alvejado e trazia a frase 'o Corão é uma merda' e o aviso: ele não para balas.

A lógica do pior foi evidenciada nas charges publicadas pelo *jornal Charles Hebdo*, ou seja, o que para os povos do ocidente pode ser algo divertido, para os

povos do oriente configura-se como uma afronta, uma vez que a interpretação das charges, assim como qualquer outro tipo de enunciado, advém, segundo Kleiman (2013), de um processo subjetivo, pois, ao se deparar com o texto, o leitor faz uso de sua visão de mundo, gerando assim sentidos diversos a um único texto que, dependendo a quem se destina, podem gerar um efeito positivo ou negativo.

A premissa apresentada é ratificada, uma vez que o sentido gerado pelo leitor de textos de humor não tem efeito em todos os lugares, em todos os momentos, nem para todas as pessoas, sendo, pois, necessários determinados referentes, um código, um acervo comum situado no simbólico, na cultura, a fim de captar o sentido.

As charges apresentadas podem ser analisadas a partir dos princípios da intencionalidade e da informatividade e seu sentido dependerá desse processo subjetivo. Como a intencionalidade está pautada na ambiguidade, elemento provocador da comicidade e da ironia, o chargista, ao utilizá-la, tem um único objetivo que é o de criticar a não liberdade de expressão imposta por uma cultura que tem na religião e na imposição de alguns dogmas o perpetuamento de algumas ações que ferem o direito individual do cidadão.

Essa intencionalidade justifica-se, uma vez que, segundo Freud (1941), o humor não é resignado, mas rebelde. Ainda, segundo o autor, diante dos fracassos (geralmente narcísicos do eu) o humor é o oposto da amargura e do ressentimento, haja vista ter uma marca autoral, implicando o sujeito em seus atos, em sua infelicidade, mas ao mesmo tempo, acaba por mostrar a capacidade do eu de reagir, inovar e enfrentar a realidade.

Outra característica referencial identificada é a informatividade, já que os chargistas, ao construírem seu texto, acabam por mostrar que as diferenças culturais, religiosas e ideológicas precisam ser desmistificadas, mesmo que isso desperte a ira, o descontentamento e a sensação de desrespeito à cultura de um povo, mesmo tendo consciência que tais fatos podem gerar a intolerância e a violência.

Nesse contexto, percebe-se que o humor, apresentado nas charges, interfere diretamente na realidade, transformando-se assim em uma vingança, não

só verbal como visual. Essa possibilidade de modificar a relação com o sofrimento é o que confere ao humor uma produção de um efeito prazeroso, muitas vezes, associado à agressão.

Embora não seja comum, a charge publicada na *Folha de S. Paulo*, no dia 08 de março de 2015 – no dia internacional da mulher – apresenta características das charges francesas, se analisada isoladamente pode gerar sentidos diversos.

Figura 30 - O deserto de cada dia



Fonte: *Folha de S. Paulo*. Publicado em 15 de março de 2015.

A charge criada foi baseada no pronunciamento feito pela presidente Dilma no dia internacional da mulher quando a ela focou seu discurso na defesa do ajuste fiscal e na lei que torna crime hediondo qualquer violência contra a mulher.

A charge publicada pode ser analisada a partir de alguns princípios de textualidade, entre eles destacam-se: a situacionalidade, a informatividade e a intencionalidade cujos efeitos dependerão de como o leitor vai inferir as informações apresentadas na sequência discursiva desenvolvida pelo chargista.

Nesse sentido, ao analisar as formas de construção, manifestação e recepção do humor, configurado ou não pela ironia, Brait (2008:15) explicita que elas podem “auxiliar o desvendamento de momentos ou aspectos de uma data cultura, de uma dada sociedade”.

O desenvolvimento desse capítulo mostrou que os gêneros textuais apresentam um campo teórico fértil, uma vez que há uma diversidade de pontos de vista nem sempre convergente. Ao estudar essa temática, Ramos (2007) mostra que a classificação de gêneros só é possível a partir da análise da situação de uso sócio- comunicativo, como também sua forma, função e suporte.

CAPÍTULO IV

CORPUS DA PESQUISA

Nesse capítulo são apresentados, não só o corpus da pesquisa, o método e as categorias de análise, como também as charges analisadas a partir das categorias inferenciais apresentadas por Marcuschi e dos princípios de textualidade.

4 Apresentação do corpus da pesquisa

O Corpus da pesquisa compreende a análise de dez (10) charges publicadas, no Jornal *Acrítica*, no período de fevereiro a novembro de 2013 do chargista Carlos Augusto da Silva Myrria nascido na cidade de Manaus (AM), em 02 de maio de 1960. Iniciou sua carreira como jornalista ilustrador no jornal *Diário do Amazonas* onde ficou de 1983 até 1995 como responsável pelas charges diárias. Em dois de maio de 1995, passa a compor o quadro funcional do Jornal *Acrítica*.

No início, fazia apenas ilustrações, mas logo foi convidado a substituir o chargista Miranda, ficando, pois, responsável pelas charges e pelas ilustrações do jornal. Hoje, faz apenas a charge diária e como reside em Boa Vista (RR) as envia diariamente pela internet.

A sequência argumentativa desenvolvida em suas charges parte quase sempre de uma tese a respeito de um determinado tema cuja compreensão se dá a partir do processo inferencial.

Ao longo do tempo, as produções foram ganhando expressão fora do Estado, em decorrência do estilo utilizado pelo chargista que, ao criar as charges, critica a política brasileira sem a utilização de uma linguagem agressiva,

apresentando em seus textos uma sequência argumentativa que permite ao leitor compreender a charge a partir do contexto, da informatividade, da situacionalidade e de intencionalidade, uma vez que como gênero opinativo muito frequente no jornalismo brasileiro, traz uma carga semântica, muitas vezes, mais significativa que muitos textos e enunciados verbais.

As charges a serem analisadas foram organizadas em cinco grupos: o primeiro apresenta charges sobre as manifestações populares; o segundo sobre a corrupção, o terceiro sobre a impunidade; o quarto sobre o sistema político e o quinto grupo diz respeito à divisão do poder no Brasil.

4.1 Definindo o método

O desejo de respostas, advindo de inquietações científicas, impulsiona o pesquisador a antever um caminho a ser trilhado. Nesse sentido, como suporte metodológico de análise, optou-se pelo método fenomenológico cujas características permitem uma compreensão do fenômeno, a partir das visões de homem e de mundo, uma vez que, segundo Esposito (1993: 40), “o homem é considerado como atribuidor de significados [e] histórico, capaz de pensar e com o outro, através do trabalho, construir história”. Uma das características fenomenológicas a serem utilizadas como instrumento de análise é a inferência e a intencionalidade.

Segundo o autor, há duas grandes abordagens: a quantitativa que defende a aproximação entre ciência social e ciência natural, de tal modo que a mensuração, a quantificação, a busca da causalidade, do controle estatístico e de variáveis tornam-se o meio para gerar conhecimento válido e universal; e a qualitativa que destaca a diferenciação entre os dois tipos de objetos de estudo - o físico e o humano - ao admitir que, ao contrário do objeto físico, o homem é capaz de refletir sobre si mesmo e, através das interações sociais, construir-se como pessoa.

Para Martins e Theóphilo (2009: 43), “a fenomenologia fundamenta-se na busca do conhecimento a partir das descrições das experiências como estas são vividas, não havendo separação entre sujeito e objeto”, complementando essa ideia, Merleau – Ponty (1999: 3) enfatizam “ tudo o que sei do mundo [...] o sei a partir da minha visão pessoal ou de uma experiência do mundo”. Nesse sentido, o método escolhido atende às expectativas das análises a serem feitas, uma vez que o discurso inserido nas charges leva em consideração as situações de produção pautadas no contexto sócio-histórico-ideológico.

Vale salientar que o gênero charge – base de investigação deste estudo, como todo texto, acaba fixando no discurso, uma aproximação do sentido da experiência do outro, sendo que o sentido pode ser compreendido como aquilo que direciona um rumo ou ainda um fundo silencioso que abre a possibilidade de novas interpretações (CRITELLI, 1996).

Nesse sentido, observa-se que o método fenomenológico possibilita uma análise compreensiva dos fenômenos cuja interpretação se dá a partir de investigações particulares, ou seja, das charges produzidas (o dito pelo chargista), para se analisar as essências gerais (o sentido gerado pelo leitor).

Considerando que o ato de perceber, julgar, imaginar é uma forma de intencionalidade, um dos princípios básicos da fenomenologia diz respeito à intencionalidade da consciência. Segundo Dartigues (1992: 18), “a consciência é sempre consciência de alguma coisa, estando direcionada para um determinado objeto em análise”. Nesse sentido, o chargista ao produzir uma charge a produz com uma intenção deliberada, que pode ser associada a um ciclo hermenêutico: o chargista, a produção intencional, a interpretação e os sentidos variados.

O conceito husserliano de intencionalidade, segundo Fragata (1959), apresenta três vertentes: a intenção que pressupõe o conteúdo significativo de alguma coisa, a intuição que é o preenchimento duma intenção e a evidência que é a consciência da intuição, ou seja, no momento em que o chargista constrói uma charge, ele o faz a partir de uma intencionalidade que é concretizada pela linguagem verbal e icônica e a partir desse processo ocorre a intuição do chargista e a evidência que é o sentido gerado pelo leitor.

Nesse contexto, entende-se que, compreender uma charge, principalmente as voltadas para a política, é mais que tomar com; é ser tomado por. E, para analisá-las, devemos considerá-las como a composição de um grande 'teorema' preenchido por outros de ordem imagética que serão construídos e atualizados pela memória discursiva do leitor (na memória discursiva, serão exploradas algumas questões inferenciais: o contexto, a situacionalidade, a temporalidade, percepções individuais etc.).

Quando se fala em memória discursiva, é importante destacar o papel do contexto de enunciação para a produção de sentido, uma vez que sentido e referência podem variar sistematicamente segundo as circunstâncias de uso.

Essa variação de sentido é possibilitada em grande parte pelo conhecimento de mundo de seus usuários, uma vez que o processo inferencial realizado durante a leitura pode não só preencher as lacunas de informação, como também gerar relações de sentido. Segundo Kleiman (2013), a capacidade de compreensão do indivíduo está relacionada ao objetivo que ele impõe à leitura, uma vez que, de acordo com Coscarelli (2003: 24), "os objetivos do leitor também auxiliam na aplicação dos conhecimentos esquemáticos".

Em suma, como a relação entre sentido e interlocutores se dá numa perspectiva social, a análise de um enunciado não está apenas no uso da palavra na frase, mas nas relações, nas situações de ação. Sob esse aspecto, o discurso se vincula à ação dirigida sobre um interlocutor. A intencionalidade pode ser vista, portanto, como o processo de direcionalidade dessas ações discursivas, produzidas sob a forma de atos de fala, alicerçados num contexto enunciativo.

Levando em consideração que o método fenomenológico analisa o fenômeno a partir da compreensão, as charges a serem apresentadas serão analisadas tomando como base a inferência e a possibilidade de correlacionar ideias e fatos.

Nesse sentido, faz-se necessário entender a percepção de leitura a partir do século XXI que, segundo Possenti (2001), apresenta como foco três componentes distintos: autor, texto e leitor e, para fins de análise do corpus será considerado o

foco no leitor – considerado como o produtor de sentido para o texto, uma vez que, de acordo com Beaugrande (1997: 296), o texto é um “evento comunicativo em que convergem as ações linguísticas, cognitivas e sociais”.

Ao se deparar com a leitura de uma charge, que é um gênero textual estruturado por uma linguagem não verbal e verbal, o leitor deve considerar o contexto sociopolítico em que ela foi elaborada e sua compreensão, tomando como base as questões inferenciais, nem sempre é tão simples.

Como padrão de compreensão, serão utilizadas nas análises algumas habilidades e/ou competências importantes para o entendimento das charges, entre elas destacam-se: as habilidades de localizar e inferir informações explícitas e implícitas na charge e o estabelecimento de relação entre os recursos expressivos e efeitos de sentido, haja vista que, para Maingueneau (2011: 85), “um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada”.

Nesse sentido, como técnica de análise, optou-se pela análise de conteúdo que, segundo Bardin (1997: 31):

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das, indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Em suma, a análise de conteúdo pressupõe um conjunto de instrumentos metodológicos aplicados a discursos extremamente diversificados, uma vez que essa técnica busca a essência de um texto nos detalhes da informação, dados e evidências disponíveis.

Para tanto, analisar o conteúdo pressupõe a busca de detalhes da informação, dados e evidências deixadas pelo chargista, por meio das questões inferenciais.

4.2 Análise do corpus

Myrria, no período de fevereiro a novembro de 2013, publicou charges que apresentaram como cena englobante o discurso político e, como o gênero charge tem como base a crítica a partir da ironia e do humor, suas criações criticam a política brasileira a partir das seguintes temáticas: manifestações populares, corrupção, impunidade, sistema político viciado e a divisão do poder político no Brasil.

Como procedimentos metodológicos, optou-se por dividir as 10 charges escolhidas em cinco grupos, considerando a similaridade dos assuntos apresentados. A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, por meio da análise de conteúdo cuja categorização está pautada no quadro inferencial apresentado Marcuschi, principalmente as inferências de base contextual (pragmática – intencional) e semânticas (co-referenciais), além dos princípios da textualidade.

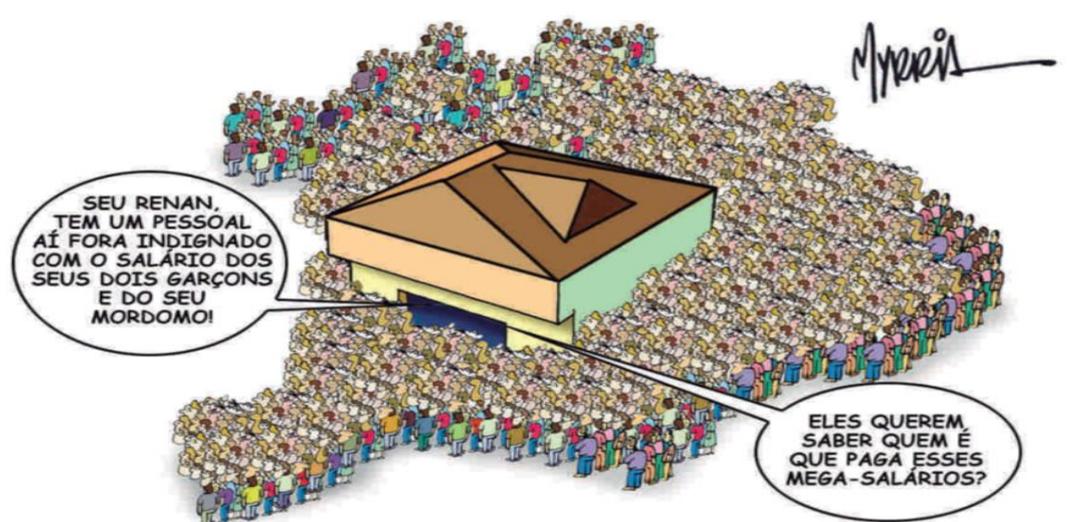
A opção pela divisão das charges em grupo temático justifica-se, uma vez que o riso e a graça de determinado fato se dá a partir dos outros, de nós mesmos e das coisas intermediárias, ou seja, a charge enquanto gênero textual possibilita ao leitor uma releitura que se dará a partir de três momentos: no primeiro momento, ao ler determinada charge, o leitor se depara com determinado fato político que, dependendo das questões inferenciais utilizadas por ele, podendo reprovar, refutar, destacar ou ridicularizar os argumentos do outro; no segundo momento, o texto chágico permite ao leitor falar de coisas que dizem respeito a nós mesmos de forma humorada e o terceiro momento torna-se perceptível a medida que o chargista frustra algumas expectativas, ao usar palavras com sentido diferente daqueles que lhe são próprios.

GRUPO 1 – MANIFESTAÇÕES POPULARES

As charges que compõem esse grupo foram publicadas respectivamente em quatro (04) de maio e vinte (20) de junho de 2013. As charges mostram aquilo que

a imprensa tanto enfatizou, no momento em que as manifestações populares começaram a incomodar alguns segmentos sociais, “o gigante acordou”. O efeito imagético apresentado pelo chargista possibilita, ao leitor, inferir questões contextuais da memória discursiva responsável não só pela interpretação do enunciado, como também pelo processo de ressignificação das informações.

CHARGE 1



Ao observar a charge e seu efeito imagético, é possível verificar que esse gênero opinativo não se configura como uma reprodução neutra dos acontecimentos, pelo contrário é parcial e representa as convicções e posições do chargista, pois ao apresentar o mapa do Brasil como um organismo vivo, fica evidente sua intenção que é a de suscitar, no leitor, o sentimento de cidadania e pertencimento. Essa representação imagética é tão forte que possibilita o resgate, para fins de compreensão, da semântica episódica, ou a memória de longo termo ou permanente que segundo Kato (1996) compreende o espaço de armazenagem e organização de todo o conhecimento de mundo.

Essa memória episódica ou permanente apresentada por Kato é reativada pela charge por meio de algumas questões inferenciais: o contexto, a situacionalidade, a temporalidade e a intencionalidade.

Ao ler a charge, o leitor automaticamente estabelece uma relação contextual histórica e cultural da política brasileira, a partir da situacionalidade, despertada no leitor pela linguagem verbal e principalmente pela icônica. Tal situacionalidade mostra a atualidade da temática, retratada pelo mapa do Brasil formado pelo povo brasileiro e sua temporalidade, ou seja, a associação temporal é indispensável para a geração de sentidos e, na charge, isso é evidenciado pela pressão popular que começou a se intensificar em 2013 com as manifestações contra a corrupção e os desmandos daqueles que detêm o poder político no país. Nesse sentido, fica evidente a intencionalidade do autor que é, não só criticar a política brasileira, como também mostrar a força dos movimentos populares.

A imagem do senado (representação do centro político do país), cercado pelo povo brasileiro que apresenta o Brasil como uma nação, ou seja, como um organismo vivo, é completada pela linguagem coloquial que compõe o texto, o que pode ser evidenciado pelo pronome “seu” que é utilizado como pronome de tratamento ao senador Renan Calheiros. A linguagem verbal é evidenciada pelo discurso direto, sinalizado pelas falas nos balões da personagem onde os questionamentos do povo brasileiro são apresentados pelo enunciador sempre na terceira pessoa “um pessoal – eles querem saber”.

Nesse sentido, a construção enunciativa da personagem se dá a partir da modalidade alocutiva de interpelação que, segundo Charaudeau (2010: 86), é onde “o locutor estabelece, com seu enunciado, a identidade de uma pessoa humana (ou de ser tido como tal), espera-se do interlocutor que este reaja a “interpelação” e atribui a si um estado que o autoriza interpelar”.

A compreensão do contexto atual de que a cidadania deva ser exercida a partir das reivindicações, só é possível pela associação que o leitor faz de contextos anteriores, como exemplo podemos citar os movimentos dos “caras pintadas” e, em um período mais distante, o resgate do ideário das “diretas já”.

O tipo de operação inferencial destacada na charge é a avaliação ilocutória e sua natureza é a lexical – semântica – pragmática onde de acordo com Marcuschi (2012), as falas do enunciador funcionam como um quadro onde o leitor pode inferir a intencionalidade do chargista que é a crítica social. Ao observar as falas, é

possível identificar no tratamento dado pelo enunciador, ao senador Renan Calheiros, a dessacralização da intocabilidade e do respeito que outrora era dado à esfera política brasileira.

É interessante observar que a compreensão e agregação de sentidos gerados pela charge só são possíveis, pois, ao lê-la, o leitor estabelece relações com informações anteriores, uma vez que esse gênero textual não traz um assunto novo e sim outra forma de análise. A notícia publicada, na coluna “Sim e Não” do Jornal *Acrítica*, do dia 24 de abril de 2013, é um exemplo da importância de contextos anteriores para a interpretação do texto chágico.

SENADO PAGA R\$ 14,6 MIL POR MÊS PARA GARÇONS NOMEADOS
SECRETAMENTE EM 2001 SERVIREM CAFEZINHO

O Brasil ganha hoje, literalmente de bandeja, mais uma prova da falência múltipla das instituições pseudorepublicanas. O Senado tem sete garçons com salários entre R\$ 7.300,00 e R\$ 14.600,00. Certamente, o trabalho de servir cafezinho aos nossos ilustres senadores é uma das missões mais bem remuneradas do mundo. A revelação do jornal *O Globo* sobre o gasto amargo do cafezinho no Legislativo parece café pequeno perto de outros gastos secretos e inimagináveis.

O texto apresentado na coluna “Sim e Não” do jornal *Acrítica* nos permite fazer algumas inferências com a charge analisada: a expressão “de bandeja” nos remete a uma inferência lexical contextual que é a de associar à principal atividade desenvolvida pelos garçons: o ato de servir. Essa expressão associada ao vocábulo “literalmente” gera uma ambiguidade, ou seja, o de “bandeja” pressupõe sem grande esforço, pois os fatos falam por si. Outro ponto observado no texto e reforçado na charge é a indignação do povo brasileiro. No texto, a crítica se dá por meio do trocadilho “ o gosto amargo do cafezinho no legislativo parece café pequeno perto de outros gastos secretos e inimagináveis” e na charge pela expressão: “ ... tem um pessoal aí fora indignado com o salário de seus dois garçons

e de seu mordomo”. A expressão “o gosto amargo” está relacionada aos altos salários desses profissionais que não reflete o piso salarial da categoria no Brasil e “café pequeno” se comparado às irregularidades decorrentes do abuso de poder dos legisladores brasileiros.

CHARGE 2



A charge dois possibilita ao leitor o resgate da semântica episódica que se dá a partir da imagem do rolo compressor, que quando utilizado acaba por destruir tudo a sua frente, ou seja, a intenção do chargista é mostrar a força do povo e o que ele pode fazer se estiver imbuído de um único objetivo. A intencionalidade do chargista está pautada na percepção de discurso, enfatizada por Marcuschi (2008) que afirma: o discurso é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva, ou seja, o discurso se realiza no texto, logo não é o texto. Nesse sentido vale ressaltar que o leitor constrói seu discurso a partir das várias possibilidades inferenciais que um texto opinativo apresenta.

A intencionalidade discursiva, apresentada na charge, ocorre por meio da linguagem verbal - “movimentos populares” e da imagética – “o rolo compressor” uma vez que a intenção do chargista, ao trabalhar com esses recursos, foi mostrar

que o povo, imbuído de um ideário, pode ter uma força destruidora. Percebe-se, pois, que esses recursos oportunizam a confrontação de diferentes horizontes de significados, possibilitando assim a inserção do indivíduo no mundo cuja compreensão depende das questões inferenciais desenvolvidas pelo leitor.

Nesse sentido, o gênero charge se configura como um texto rico em simbologias, mas também mostra que a interpretação discursiva se realiza no (co) texto que, na charge, é evidenciado pelas inferências feitas pelo leitor, ao se deparar com a linguagem icônica, complementada pela linguagem verbal.

As falas das personagens apresentam uma sequência verbal que intensifica a ação por meio dos conectivos coesivos “eles” querem, “e também” querem; e “e ainda” querem. Outro ponto observado é que o verbo querer, que expressa uma ação exigida pelos movimentos populares, aparece em terceira pessoa, mostrando assim um processo de negação dos envolvidos em relação ao momento político atual.

Levando em consideração que (co) texto é a divisão do texto em partes para explicar o contexto para alguém, ou seja, é um conjunto de sequências linguísticas que precedem ou que se seguem a uma palavra ou um enunciado na linearidade textual, força da expressão “movimentos populares” é resgatada com a imagem do rolo compressor, sua interpretação discursiva se realiza no (co) texto, a partir das seguintes relações: rolo compressor que pressupõe a capacidade de esmagar e destruir sonhos e projetos de vida dos políticos.

Em relação à linguagem verbal, a grafia incorreta de “nepostismo” no lugar de nepotismo, pode ser analisada como uma crítica ao grau de escolaridade de muitos de nossos representantes, uma vez que, para se candidatar a um cargo público, no Brasil, basta saber decodificar palavras e escrever o nome. É possível observar ainda que o leitor, ao se deparar com o texto chárstico, o reconstitui por meio de inferências, transformando-o em algo novo e diferenciado. Essa transformação só possível, pois segundo Koch (2000), no processo de interlocução, indivíduo e texto transformam-se mutuamente, uma vez que o fenômeno da compreensão cria e recria realidades.

Nesse processo de interlocução, a intencionalidade discursiva é construída, segundo Charaudeau (2010: 52), [...] “na intersecção entre um campo de ação, lugar de trocas simbólicas, organizado segundo relações de força e um campo de enunciação, lugar dos mecanismos de encenação da linguagem.”

A simbologia despertada pela linguagem icônica, ou seja, pela imagem de um rolo compressor acaba por despertar a intencionalidade do chargista que, associada ao discurso direto representado pela fala nas personagens nos balões, possibilita ao leitor compreender os vários sentidos despertados pelo texto. Esse processo de compreensão é possível, uma vez que, na charge apresentada, o ato dialógico é visto como um evento que acontece na unidade espaço – tempo da comunicação social interativa sendo, pois, por ela determinado.

GRUPO 2 – CHARGES SOBRE CORRUPÇÃO POLÍTICA

As charges a serem apresentadas foram publicadas respectivamente em nove (09) de junho e vinte seis (26) de agosto de 2013 e apresentam como temática a corrupção política, uma vez que os supostos “representantes do povo”, eleitos pela sociedade para representá-la, fazem acordos e negociatas para aprovar, algumas vezes, leis e emendas que geram malefícios à população.

CHARGE 1



Nessa charge, Myrria cria uma sequência discursiva que se dá pela informatividade, a partir do seguinte cenário: imagem principal – a presidente Dilma aparece conduzindo um carrinho de pedreiro cheio de sacos com cargos a serem oferecidos aos parlamentares, seguido do discurso direto – fala da presidente (no balão) demonstrando sua preocupação com a “base aliada”. Vale ressaltar que o princípio da informatividade ocorre no momento em que o leitor associa as novas informações apresentadas na charge com as informações que ele já tem a respeito do assunto.

O discurso direto é evidenciado pela primeira pessoa do discurso (eu) “vou me aproximar mais da minha base”. Outro ponto evidenciado nesse cenário, são os dizeres que indicam para onde a presidente vai “*Base aliada – sala de negociação*” que, junto com os demais cenários, ativam o imaginário do leitor, por meio da memória episódica conhecida como a memória individual que uma pessoa tem de um determinado evento.

Ao ler a charge, o leitor faz o processo de codificação da informação, tal processo é consolidado no cérebro que automaticamente resgata informações armazenadas, propiciando ao leitor a geração de sentido. A expressão “base aliada” permite, ao leitor, agregar sentido por meio do processo de associação, ou seja, a expressão em destaque, longe do seu sentido real, significa nesse contexto troca de favores ou de cargos, prática comum na política brasileira.

Nesse sentido, a análise do gênero charge enquanto texto de humor e a compreensão da intencionalidade do autor são possíveis pela ativação desses conceitos e modelos cognitivos mentais.

A partir da ativação desses conceitos e modelos mentais, no momento em que o leitor visualiza a charge, estabelece de imediato uma associação semântica entre a função do cimento e da areia com os cargos a serem distribuídos à base aliada. O sentido estabelecido se dá por um vocábulo que não aparece na charge, mas está subentendido que é a consolidação do governo se os partidos políticos/parlamentares estiverem satisfeitos, principalmente o PMDB. Nesse caso, o processo de satisfação decorre do que será oferecido como contrapartida, já que o

sinônimo de base aliada está no poder de barganha entre a presidente e o parlamento.

Outro recurso utilizado pelo chargista é a isotopia presente na expressão “base aliada” desmistificada pela expressão menor “sala de negociação”, ou seja, ao ler essa expressão, o leitor automaticamente infere apoio político dado a outro ou a um governo, no caso ao governo Dilma, mas ao associá-la a expressão “sala de negociação” surge um sentido diverso, ou seja, uma duplicidade de sentido, pois, teoricamente com aliados não se negocia.

Nessa charge, Myrria utiliza ainda um recurso muito comum em caricaturas e charges que é a exacerbação onde os traços físicos ou ideológicos dos personagens reais apresentados são propositalmente exagerados e/ou agravados. É o que acontece com a sobrancelha da presidente que lembra uma interrogação, os lábios e a cabeleira cujos fios parecem um emaranhado que junto com o cenário apresentado representam o mecanismo de encenação do discurso humorístico.

A partir desse mecanismo de encenação, é possível perceber como tipo operacional inferencial a indução a partir de sua natureza lógica, ou seja, quanto mais o governo oferecer aos parlamentares, menos vetos ocorrerão.

CHARGE 2



A segunda charge permite essa mesma associação, apresentando como linguagem não verbal um redemoinho que é na realidade uma representação metafórica, uma vez que compara o poder de destruição deste fenômeno natural com o poder de desestabilização que os políticos/ partidos têm se seus interesses individuais não forem atendidos.

O discurso direto utilizado na narrativa, bem como o recurso metafórico apresentado permite ao leitor compreender o sentido do enunciado a partir de inserções histórico-sociais que remontam o processo de construção político partidário.

Na charge, a linguagem verbal é fortalecida pelos frames que pressupõe o uso de estruturas organizadas de eventos ou informações já conhecidos para prever o conteúdo do texto. Tomando como base que, quando lemos uma palavra ou frase, ativamos em nossa memória *frames* ou *scripts* que contêm um conjunto de informações a elas relacionadas, criando, dessa forma, expectativas sobre o texto, ao observar a expressão “base aliada”, a associamos à base de apoio ao governo; a parlamentares que compõem essa base e que só apoiam o governo se houver troca (emendas e cargos) que pressupõe cada um dos quadros ou imagens fixas utilizadas nos textos chárpicos.

Nesse sentido, a linguagem icônica – imagem do redemoinho – oportuniza a geração de inferências a partir do processo de associação ou de integração de conhecimentos anteriores.

Ao associar a linguagem verbal apresentada dentro da linguagem icônica, ou seja, representada pela imagem de um redemoinho, o leitor infere de imediato o contexto turbulento e difícil pelo qual passa a política brasileira. O redemoinho acaba por representar o quanto a “base aliada” pode ser perigosa se estiver “faminta”.

Nesse sentido, o processo inferencial apresentado possibilita, ao leitor, compreender o evento atual apresentado como reflexo de ações construídas ao longo do tempo, ou seja, a corrupção divulgada hoje e reprovada pela sociedade não é característica das últimas décadas, nem criação do governo atual.

Vale ressaltar que o processo cognitivo despertado pela associação do contexto atual, da memória episódica, da resignificação do enunciado apresentado pelo chargista alude a uma realidade política onde, diferente de outras épocas, os partidos políticos e os parlamentares exercem abertamente o poder de barganha sem nenhuma preocupação com aqueles que teoricamente eles deviam representar.

GRUPO 3 – CHARGES SOBRE A IMPUNIDADE NO BRASIL

As charges apresentadas foram publicadas respectivamente em seis (06) de maio e dezenove (19) de junho de 2013, mostrando assim, a partir da sequência enunciativa, a temática da impunidade no Brasil. Embora tenham sido publicadas anteriormente, às charges selecionadas no grupo dois (02), apresentam o resultado da corrupção, ou seja, como os representantes do povo brasileiro veem a conclusão de determinadas investigações.

CHARGE 1



A analogia imagética da charge cujo cenário construído por Myrria lembra o plenário do congresso nacional mostra três personagens com talheres em frente a uma enorme pizza. A linguagem verbal é representada pelo discurso direto na fala de dois personagens que conversam a respeito das investigações do mensalão, advindas do mau uso dos recursos públicos, da improbidade administrativa e da distribuição de propina.

Ao associar a linguagem verbal à linguagem icônica, representadas pela pizza e pelas caricaturas das personagens, o leitor estabelece de imediato uma analogia do sentido figurado da expressão “isso vai acabar em pizza” (adágio popular comum no Brasil utilizado quando se quer dizer que determinada ação “não vai dar em nada”, ou seja, tudo continuará como antes). Para despertar o sentido figurado da expressão pizza, o constructo teórico do chargista foi pautado na ironia como um dos instrumentos de crítica social.

A ironia, um dos recursos para suscitar o riso, apresenta-se não só na fala das personagens, como também na linguagem não verbal. Tal recurso possibilita, ao leitor, perceber a intenção do chargista que é a de desconstruir paradigmas antes considerados imutáveis. Na charge, a operação inferencial utilizada é da avaliação ilocutória cujas expressões performáticas funcionam como um quadro para explicitações de intenções e avaliações mais globais, ou seja, o chargista, ao construir a sequência enunciativa, acaba por provocar no indivíduo determinados posicionamentos em relação a determinados eventos que suscitarão reação imediata do leitor.

As expressões performáticas das personagens, a partir das sequências enunciativas mostram que: a personagem 1, ao olhar fixamente para a pizza, com a língua para fora, demonstrando vontade e desejo de se apropriar de um pedaço significativo dessa pizza, não se preocupa com os rumos da investigação, uma vez que está fascinado com aquilo que vê, ou seja, o poder cega. A personagem 2, em uma mão tem um documento a respeito do mensalão e ao lê-lo percebe que é possível ainda entrar com recursos, mostrando assim as inúmeras falhas das leis brasileiras. Na outra mão, a personagem tem uma faca, simbolizando assim que ainda não é o momento para preocupações. E, a personagem 3, diante da fala da

personagem 2, fica tranquila pois não precisará mudar a dieta. Logo, com o talher nas mãos, está pronto para degustar a pizza.

Outro ponto a ser observado é que o vocábulo “dieta”, apresentado na fala da personagem 3 não está sendo aplicado em seu sentido denotativo que é restrição a algo e sim, em seu sentido metafórico que pressupõe a continuidade de algo. Logo, não está relacionado ao sentido denotativo do vocábulo “pizza”, uma vez que esse tipo de alimento é associado a não saudável, que engorda e seu consumo em excesso pode trazer prejuízos à saúde. A palavra “dieta”, no contexto da charge, está relacionada ao enriquecimento ilícito que engorda os bolsos dos políticos corruptos.

O cenário apresentado ratifica o que Charaudeau (2006) disse: todo fato humorístico é um ato de discurso que se inscreve numa situação de comunicação que envolve o locutor; nesse caso o chargista; o destinatário, o leitor e o alvo que é a situação contextual que, na charge analisada, é a política brasileira.

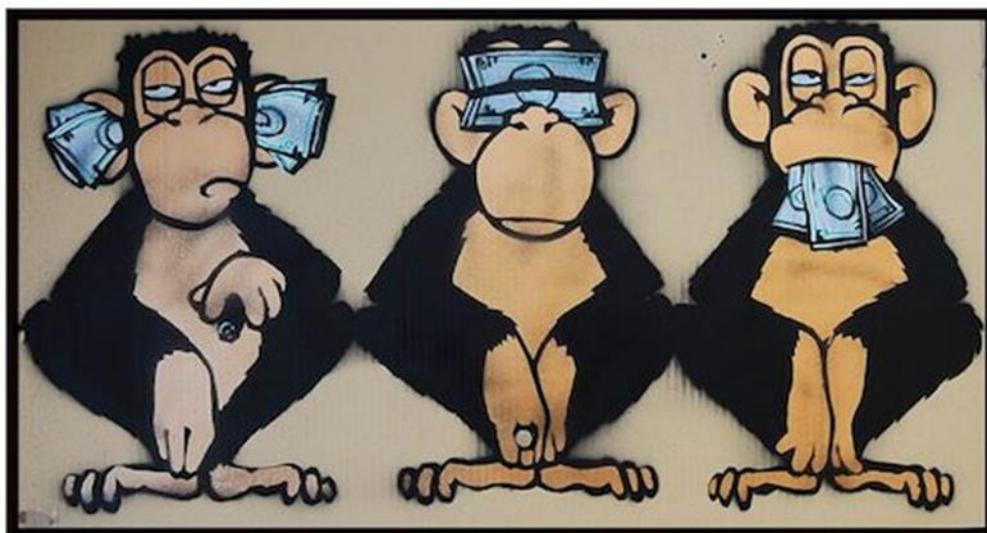
CHARGE 2



Essa charge apresenta um diálogo entre dois personagens que, ao verificarem que os “poderes” estão manchados, demonstram, em suas falas, não

acreditarem no que está acontecendo. Observa-se, ao comparar a linguagem verbal com a icônica, a negação do óbvio, uma vez que a imagem apresentada se contrapõe ao discurso apresentado pelas personagens cuja contradição é reforçada com os bolsos das personagens cheios de dinheiro. Nesse sentido, o leitor, ao observar essa contradição, faz uso da memória episódica, por meio do processo analógico, para inferir à imagem o trocadilho “dinheiro saindo pelo ladrão”.

Ao trabalhar a situacionalidade como compreensão da informação, a ironia do “eu não sei de nada” – “eu não vejo nada” – “eu não digo nada” é desmistificada com a imagem nodada do congresso que nesse contexto estabelece uma referência metafórica à postura ética de determinados grupos políticos. A charge extraída, no dia 07 de agosto de 2015, do site perguntaaourso.com.br, apresenta de forma bem-humorada a filosofia dos três macacos que é a de: eu não escuto nada, eu não vejo nada, eu não falo nada, se, é claro, houver dinheiro inserido nesse contexto.



Fonte: Disponível em: < perguntaaourso.com.br >. Acesso em 07 de agosto de 2015.

Embora sua publicação seja posterior à charge analisada, observa-se que a corrupção na política brasileira está atrelada a um contexto atual que é redesenhado e criticado de várias formas. Ao fazer uma analogia com as personagens da charge de Myrria, percebe-se que o dinheiro advindo da corrupção deixa os atores envolvidos nesse processo surdos, cegos e mudos. Outro ponto interessante é a associação simbólica que aparece, tanto na posição das mãos das

personagens de Myrria, quanto na posição das mãos dos macacos apresentados na charge acima.

Na charge de Myrria, a personagem 1 aparece com as mãos para trás, como se tivessem “algemadas”; na charge dos macacos, as mãos do segundo macaco que está de olhos vendados estão presas, como se tivessem sido pregadas, ou seja, nas duas situações há uma impossibilidade de ação. O segundo personagem de Myrria pode ser associado ao primeiro macaco que não escuta nada, mas as mãos estão em movimento. Vale ressaltar que essa analogia decorre de sensações táteis diferenciadas, na charge de Myrria, a personagem ao ser caracterizada pelo uso de óculos, não consegue vislumbrar o óbvio ou faz questão de não ver; na charge dos macacos, o movimento das mãos está vinculado ao não ouvir ou ao não querer ouvir.

Esse processo de dessacralização das personagens e dos acontecimentos cotidianos nos remete à carnavalização que, na construção do gênero charge, funciona também como uma estratégia discursiva. Nesse sentido, a charge apresentada cumpre ainda a intenção de comentário já que se exige do leitor uma atividade intelectual, um trabalho de raciocínio, uma tomada de decisão, ou seja, a postura crítica e o relato opinativo construído pelo leitor são possibilitados não só pela retomada da informação, como também pelo processo de carnavalização inserido sutilmente pelo chargista.

A aparente ironia desenvolvida nas charges gera o humor e isso ocorre, não só pela forma criativa como a temática é apresentada, como também pela a liberdade de expressão presente no discurso midiático que permite, segundo teóricos do risível, rirmos de situações que comumente não gerariam riso e sim revolta, ou seja, o riso advindo de alguns textos midiáticos serve para atacar, expor e desqualificar o seu objeto.

Esse processo de desqualificação é visível quando o segundo personagem responde à pergunta do primeiro: “que nada! nossa reputação continua ótima! veja! As frases interjetivas utilizadas pela personagem procuram agir sobre o interlocutor, levando-o a adotar certo comportamento sem que, para isso, seja necessário fazer uso de estruturas linguísticas mais elaboradas, ou seja, é como se, nas entrelinhas,

ele falasse: “o congresso nodoado simboliza nossa reputação, em suma, a imagem do congresso retrata fielmente a nossa imagem”.

A desconstrução de tais paradigmas só é possível porque, segundo Brait (1996), o processo irônico fundamenta-se na lógica dos contrários – na tensão entre o literal e o figurado e numa relação muito especial entre o enunciador e seu objeto de ironia, e entre o enunciador e o enunciatário.

Nesse contexto, o chargista, ao produzir as charges, estabelece essa familiaridade com os elementos a serem ironizados, gerando assim a isotopia que pressupõe, segundo Fiorin (1989: 81), “a recorrência do mesmo traço semântico ao longo de um texto”, possibilitando assim sua unidade. Na charge analisada, o traço semântico recorrente é o dinheiro e o sentido gerado por ele.

Outro recurso apresentado por Myrria nessa charge é o da caricatura genérica evidenciada pelos traços exagerados do nariz das personagens. Tais traços possibilitam a inserção da operação inferencial pautada no acréscimo, por meio do processo de associação das personagens com a não veracidade de suas falas.

Nesse contexto, a crítica apresentada na charge suscita, no leitor, o desenvolvimento da consciência reflexiva que, segundo Lipovetsky (2005), faz com que o riso perca, cada vez mais, sua dimensão corporal, adquirindo, por sua vez, uma função instrumental – crítica religiosa, política e social, onde a ironia substitui a história engraçada, imaginada para enganar, a piada, o gracejo, a mentira, o embuste, ou seja, a blague, o humor e as grosserias.

GRUPO 4 – CHARGES SOBRE O SISTEMA POLÍTICO VICIADO

As charges que servirão de base de análise foram publicadas respectivamente em vinte cinco (25) de agosto de 2013 e 18 de junho de 2013 e retratam um sistema político viciado. As charges a serem mostradas possibilitarão, ao leitor, o estabelecimento de analogias que despertam um efeito discursivo interessante, uma vez que, segundo Orlandi (2012), o discurso é o efeito de sentido

entre interlocutores em uma dada situação histórica. Nas charges políticas, o discurso é revestido do humor que é responsável pela intencionalidade discursiva.

Nesse sentido, considerando que um texto de humor não traz um ineditismo no que diz respeito aos temas, uma vez que retoma discursos já existentes, acrescentando a eles um olhar diferenciado, ou seja, todo dito é um já-dito, as charges e todo seu constructo semântico confirmam a fala do autor. Nesse sentido, o chargista, ao tratar da política brasileira, apresenta-a de forma peculiar, despertando um humor ocasionado pela associação imagética e textual.

Charge 1



A charge compara a representação arquitetônica do congresso a ninhos e os políticos a aves de rapina sedentas por alimento. Esse processo de comparação se dá uma vez que Myrria utiliza como recurso o processo de personificação e metamorfose.

No processo de personificação, as aves assumem características humanas, como exemplo, a fala – característica humana – evidenciada nos balões cujo

discurso direto é evidenciado pela primeira pessoa do plural no enunciado “nós estamos prontos”.

Ao desenhar o cenário (aves nos ninhos), o chargista também utilizou como recurso o processo da metamorfose cuja característica é a transformação de seres humanos em animais, restando apenas alguns traços humanos que os identifica: braços, mãos, cabelos o que permite ao leitor lembrar o adágio popular – “o meio influencia e transforma o homem”. Na charge, as mãos, os cabelos e os olhos são traços humanos que identificam as personagens.

A linguagem verbal apresentada na charge suscita a memória discursiva e nesse reavivamento, a divisão da política brasileira em blocos de interesse. Ao longo dos anos, essa divisão se fortaleceu e, ao se deparar com a charge, o leitor automaticamente faz alusão a partidos contrários ao governo Dilma ou àqueles supostos aliados.

A figura de um narrador em terceira pessoa, na expressão “Dilma vai buscar aproximação com a base aliada” mostra esse distanciamento, uma vez que as solicitações feitas pelo atual governo “à base aliada” nunca são diretas, sempre são feitas por meio de um interlocutor, ou seja, o discurso indireto e a interlocução de uma terceira pessoa, apresentados na charge, remete o leitor ainda a uma associação semântica com o tipo de negociação feita no mensalão.

O chargista, ao transformar as cúpulas do senado em ninhos, mostra que, no Brasil, a ideologia partidária que separava as ideias de políticos de esquerda das ideias de políticos de direita não existe mais, uma vez que hoje o posicionamento partidário está atrelado às vantagens que o governo concede ao partido ou ao político.

CHARGE 2



A charge evidenciada apresenta uma associação imagética ainda mais sugestiva, uma vez que o chargista de forma intencional mostra a figura de três senhores com barbas longas. Ao vislumbrar a charge, o leitor de imediato faz uma analogia com um adágio extremamente popular – “barbas de molho” – o que permite inferir que esse sistema viciado pode ter seus dias contados.

Outro ponto interessante apresentado pelo chargista é a figura dos senhores – idade avançada, postura séria que, em outras épocas, significava credibilidade, hoje tal imagem possibilita, ao leitor, outras inferências, entre elas a associação com a expressão popular “quem vê cara, não vê coração”, ou seja, os políticos veem surpreendendo o povo brasileiro de forma tão negativa que o adágio popular “a primeira impressão é a que fica” está completamente desacreditado.

Ao observar a charge, é possível identificar que a ação narrativa é conduzida por intermédio das personagens: o locutor (emissário da informação) e os destinatários (representação de categorias marcantes do sistema político brasileiro) cujas ações não verbais acabam por orientar o leitor a respeito dos rumos da história.

A charge reforça o sistema viciado e a divisão do poder em blocos: dos mensaleiros que oportunizam a corrupção; dos corruptos e dos políticos hereditários que passam o poder de pai para filho, o que remete o leitor ao voto de cabresto – comum na época do coronelismo.

Vale ressaltar que a compreensão e a resignificação de enunciados só é possível por meio do fenômeno intertextual que pode ser analisado a partir de duas perspectivas: como elemento necessário para a existência do próprio discurso e como a relação existente entre textos (contextos).

A charge apresenta ainda uma sequência de fatos: 1. Um sistema viciado em todas as esferas; 2. Tempo: o fato que ocorre há décadas; 3. Causa: os políticos querem cada vez mais; 4. consequência: a sociedade reage.

A narrativa em terceira pessoa evidencia o discurso indireto. A utilização do verbo querer no presente do indicativo mostra a força dos movimentos populares, o que é evidenciado pela expressão das personagens e a reação de preocupação e nervosismo, quando o locutor utiliza a expressão: “o sistema político... dizem que está viciado”.

O chargista, ao apresentar a linguagem não verbal, representada pela imagem dos senhores, traz não a fala das personagens, mas suas reações ao ouvir o noticiário. Tais reações são evidenciadas, na forma interjetiva, nos balões, utilizados nos quadrinhos para apresentar aquilo que as personagens estão pensando.

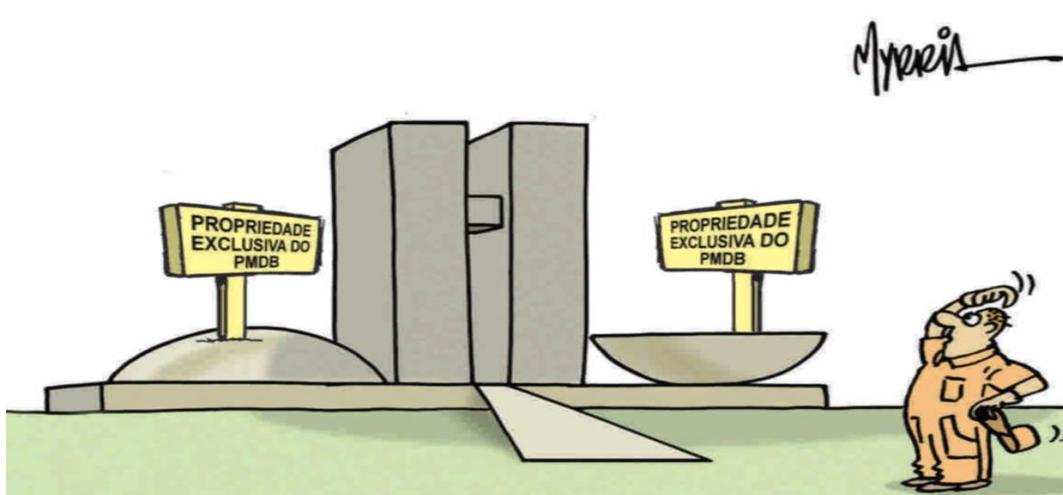
O primeiro personagem, que representa os mensaleiros, engasga-se com a notícia, ou seja, é tomado de surpresa. Já o segundo, que representa os corruptos, visualiza o número treze, associado por muitos, como um número que pressupõe azar, mudança de sorte ou ainda ao partido político que está no poder e que vem sendo colocado em evidência não pela competência de gestão e sim pelo envolvimento em escândalos políticos de corrupção. O terceiro, por sua vez, utiliza a expressão *ARGGG!* que pode ser compreendida como “as coisas estão se complicando”.

GRUPO 5 – CHARGES SOBRE A CONFIGURAÇÃO DO PODER NO PAÍS

As charges publicadas respectivamente em cinco (05) de fevereiro e dezenove (19) de outubro de 2013 apresentam uma conexão com a análise

anterior, já que a divisão do poder em blocos partidários reforça o fatiamento do governo em partidos com interesses não consonantes aos anseios da população brasileira. Diferente das análises anteriores, as charges apresentadas neste grupo serão analisadas de modo simultâneo.

CHARGE 1



CHARGE 2



As charges apresentadas se completam, à medida que o chargista, por meio da linguagem verbal e icônica tão bem definidas, oportuniza, ao leitor, o dialogismo discursivo, possibilitado pela interação verbal entre o enunciador, o enunciatário do texto e pela intertextualidade no interior do discurso.

Como a charge é formada por vários atos de linguagem e por um conjunto de interlocutores que se agrupam de acordo com os campos de interação aos quais pertencem, ou em instâncias enunciativas, o chargista, ao inferir a “realidade/fato”, por meio da intertextualidade, apresenta a instância política, representada pelas personagens ou pelo fato político mencionado.

O dialogismo discursivo, presente na charge 1, é evidenciado pela intertextualidade decorrente das placas que sinalizam a que partido político pertence o senado e a câmara federal, ou seja, ao PMDB partido teoricamente aliado do governo. Na charge 2, o recurso imagético mostra duas aves se digladiando em busca de poder. Ao visualizar a charge, o leitor de imediato estabelece uma relação intertextual, ao associar as aves ao PSDB que diferente do PMDB apresenta uma oposição declarada ao governo da presidente Dilma. A linguagem icônica apresentada retrata ainda a luta desse partido pela presidência da república ao longo da última década.

Ao observar a charge, o leitor utiliza de imediato a inferência elaborativa, uma vez que associa os conhecimentos prévios em relação ao tema por meio da paráfrase ou analogia. Na charge 1, a personagem se depara com placas de madeira pregadas em estacas, comuns em propriedades invadidas para determinar o dono. Nesse caso, o congresso e a câmara federal foram loteados ao PMDB. Ao observar a charge, o leitor estabelece uma analogia entre os posseiros que se apropriam de propriedades particulares e os políticos que se apropriam e expropriam bens públicos.

Na charge 2, Myrria utiliza o recurso da ironia e da analogia que é evidenciada no pensamento da presidente Dilma: “é lindo ver a natureza lutando pela sobrevivência”. Quando intencionalmente estabelece uma analogia entre o partido e a sobrevivência natural das espécies, é possível perceber a voz do chargista representada na crítica intrínseca gerada pelo recurso da ironia. Nessa charge, o balão que sinaliza o discurso direto está representando o discurso pensado, pois retrata um pensamento da presidente.

Levando em consideração que a interpretação de textos opinativos está intimamente relacionada à espacialidade, a situacionalidade e as associações

interpretativas, decorrentes de situações ou eventos próximos ao leitor, as cores podem estabelecer associações intertextuais específicas ou genéricas.

Na charge 2, Myrria evidencia duas cores fortes, o azul e o vermelho, cuja simbologia são ao mesmo tempo similares e antagônicas. O azul das penas do tucano e o vermelho da vestimenta e do calçado da presidente estabelecem relações simbólicas interessantes.

Como a charge analisada é de um chargista que escreve para um jornal amazonense cujos leitores pertencem ao mesmo espaço geográfico, a compreensão da charge permite a inserção, por parte do leitor, de analogias mais específicas que acabam por possibilitar a compreensão e o desenvolvimento crítico dos leitores. A cor azul que representa o partido do PSDB e o vermelho que representa o partido da presidente Dilma podem ser comparadas aos bois caprichoso e garantido, rivais declarados que, no último final de semana de junho, no município de Parintins, disputam um campeonato onde só um é declarado vencedor. Outra associação interessante é que as cores desses bois estão associadas a sua origem, ou seja, assim como o PT, o boi garantido tem suas origens no proletariado, na classe menos favorecida e o boi garantido, assim como o PSDB, tem suas raízes na classe abastada, no empresariado, ou seja, na elite. Para tanto, com ideologias tão antagônicas não há possibilidade de negociação.

Em uma análise mais genérica, considerando o momento político pelo qual o Brasil passa, o azul do PSDB representa hoje a esperança de uma parte significativa do povo brasileiro, mas não de sua totalidade de conseguir, nas próximas eleições, a presidência do país caso haja o impeachment da presidente Dilma. Já a cor vermelha que, por muitos anos, representou a bandeira de luta do partido dos trabalhadores (PT) e os sonhos de igualdade e equidade social de milhares de brasileiros, hoje está associada a destruição de um ideário político construído pelo povo e para o povo.

Embora as charges tenham sido publicadas em períodos distantes, ao lê-las, o leitor estabelece de imediato uma relação de continuidade, é como se o chargista apresentasse uma sequência narrativa em capítulos. Na primeira charge, não aparece falas, mas a perplexidade estampada no rosto da personagem e seus

gestos dão margens para inúmeras interpretações, entre elas destacam-se: se observamos a personagem, veremos que, ao levar os dedos à cabeça, gesto comum quando não se entende alguma coisa, o leitor estabelece uma relação de sentido a partir das possíveis indagações: “*o senado não é do povo?*” “*o país está sendo administrado por um único partido?*” “*lotearam o poder político no Brasil?*” “*se é assim, por que ainda existem legendas partidárias?*”.

Ainda na primeira charge, o efeito gerado pelas placas fixadas, remete-nos a domínio de território – a posse. Na segunda charge, além do recurso imagético da figura do tucano como representação do PSDB que é oposição ao governo, a fala da presidente fecha essa sequência narrativa, uma vez que a objetividade da informação deixa explícito que a divisão de poder no país está centrada, na maior “bancada aliada” que é PMDB, aliado que precisa estar sempre satisfeito, pois ao ser contrariado é pior que qualquer outro partido que declara oposição ao governo da presidente Dilma.

A linguagem icônica que mostra a presidente Dilma, contemplando tranquilamente a natureza e a luta pelo poder, evidencia o quadro político brasileiro atual de que os partidos, ao longo das décadas, que se declararam oposição ao PT, no contexto atual, não geram perigo ao governo e sim o PMDB cuja capacidade de articulação é incontestável.

Ao analisar as charges desse grupo, foi possível perceber que o leitor, intérprete da informação, reconstrói seu sentido a partir de indicações presentes na linguagem verbal e não verbal cujo discurso a ser construído se dá por meio de associações e generalizações inseridas no quadro de inferência de base textual semântica.

4.3 Fechando a análise

Os textos de humor, como qualquer tipo de discurso, trazem as marcas sócio históricas, uma vez que sua construção decorre das diversas manifestações culturais e ideológicas. Nesse sentido, as charges, como gênero textual opinativo,

que utiliza o humor como ferramenta de crítica social, conseguem despertar no interlocutor essas marcas.

Nesse sentido, análise de charges, embora ocorra a partir de uma categorização, não é algo fácil de apresentar, uma vez que segundo Barbieri (1998), as várias formas de linguagem presentes na charge não estão separadas, mas interconectadas. Além disso, a subjetividade intencional do chargista, ao utilizar os recursos verbais e não verbais, gera uma análise subjetiva do leitor que talvez não retrate a essência de sua crítica.

Observou-se ainda, no desenvolvimento desse capítulo, a importância das personagens para a ação narrativa, uma vez que elas representam estereótipos que, segundo Eco ([1990] 2004: 149), “agregam em si valores ideológicos” repassados, pelo chargista, ao leitor por meio de estratégias inferenciais que posteriormente serão responsáveis pela construção de um discurso capaz de atender ou não a intencionalidade suscitada no texto.

Considerando que os estereótipos são generalizações que as pessoas fazem sobre comportamentos ou características de outros, as charges apresentadas por Myrria e analisadas nesse *corpus* apresentam personagens estereotipados intimamente relacionados ao momento político atual.

Como o gênero charge é um texto de humor que apresenta uma crítica social voltada principalmente para as questões políticas, é comum na caracterização, ou seja, no processo de personificação e no processo caricatural utilizados na composição das personagens o fortalecimento no leitor de alguns estereótipos, entre eles o de que “*todo político é corrupto*”; “*o sistema político está viciado*”; “*a crise pela qual estamos passando é reponsabilidade exclusiva de um único partido político*”; “*a corrupção no Brasil tem sua origem em um único partido político*”, “*o político sempre leva vantagem*”, entre outros.

Nesse sentido, a charge como gênero textual configura-se como um espaço profícuo de sentidos, uma vez que, de acordo com Koch, a realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como interagimos com ele, ou seja, interpretamos e construímos mundos por meio da interação social e cultural. Logo, a charge, como

um texto de humor, facilita não só a compreensão da informação, como também a questão inferencial.

Percebeu-se, ao longo da análise que o chargista, ao construir uma charge, tem uma intencionalidade – uma vez que nela está inserida uma crítica/opinião política, logo, o autor deixa, no texto verbal e não verbal produzido, pistas semânticas que são decodificadas pelo leitor por meio da memória episódica, memória essa que possibilita a contextualização do evento, tomando como base a situacionalidade, intertextualidade e a informatividade.

Vale ressaltar ainda que o processo inferencial faz com que o gênero charge se torne único, uma vez que o modo inteligente com que o chargista demonstra a capacidade de reunir num jogo de polifonia e ambivalência, o verso e o reverso do tema abordado, possibilita ao leitor uma liberdade de associações e significações diversas.

Ao analisar o discurso do chargista, foi possível perceber, enquanto pesquisadora, que a interpretação do leitor em relação a suas produções é pautada nos conhecimentos de determinada realidade. Daí a importância do caráter visual, traço que caracteriza o texto chárgico. Ao desenvolver esse caráter visual por meio de desenhos, Myrria o faz a partir de características comuns a outros gêneros textuais, entre eles os cartuns e as tirinhas, uma vez que os diversos elementos que compõem uma determinada figura e a sequência das imagens, somados ao elemento verbal (discurso retratado ou pensado que aparecem nos balões) comum nos textos chárgicos, geram um todo significativo.

As charges analisadas tiveram como aporte teórico o processo inferencial, uma vez que, segundo Kleiman (1989), a capacidade de compreensão do indivíduo está relacionada ao objetivo que ele impõe à leitura, ou seja, os objetivos traçados pelo leitor também auxiliam na aplicação dos conhecimentos esquemáticos que, nos textos chárgicos, são impulsionados pelo chargista, no momento em que utiliza recursos verbais e não verbais capazes de estimular, no leitor, o processo de associação, possibilitando assim a geração de sentido.

Ainda em relação à geração de sentidos, foi possível observar na análise do *corpus* que a confrontação de diferentes horizontes de significados possibilita a

inserção do indivíduo no mundo cujas significações dependem das questões inferenciais desenvolvidas no ato da leitura (SILVA,1996), ou seja, ao se deparar com um texto, seja ele verbal ou não verbal, o indivíduo o reconstitui, transformando-o em algo novo e diferenciado.

Nesse sentido, no processo de interlocução, indivíduo e texto transformam-se mutuamente, uma vez que o fenômeno da compreensão cria e recria realidades (KOCH, 2000). Com a análise, foi possível perceber que o chargista, ao produzir seu discurso, seleciona não só as palavras que gerarão o efeito desejado, como também a linguagem não verbal carregada de cores e associações.

Outro ponto a ser destacado é a constituição do discurso apresentado pelo chargista, que embora esteja atrelada a questões ideológicas, leva em consideração a percepção conceitual da charge, apresentada por Teixeira (2005: 23): “charge é um texto de humor que se baseia na identidade por diferença”, ou seja, a charge faz uso de um sujeito real apenas para recriá-lo como personagem fictício com características distintas das que apresenta na realidade, o que possibilita ao leitor estabelecer associações, por meio do contexto. Nesse caso, o risível não está no fato/ evento apresentado, mas na forma como o chargista o apresenta, já que recorre a dois elementos recorrentes nas charges políticas brasileiras: o humor e a crítica.

A sequência argumentativa desenvolvida por Myrria parte quase sempre de uma tese a respeito de um determinado tema cuja compreensão se dá a partir do processo inferencial. A tese apresentada pelo chargista possibilita, ao leitor, a construção de antíteses, ou seja, sentidos diversos. Por fim, o discurso construído nesse processo possibilitará a síntese, ou seja, um posicionamento político pautado em uma crítica social.

Na análise das charges do grupo 1, o efeito imagético apresentado pelo chargista suscita seu posicionamento político, mostrando assim que o gênero opinativo não é uma reprodução neutra dos acontecimentos. Outra característica comum evidenciada nessas charges é a utilização não só do discurso direto, como do indireto, uma vez que a construção enunciativa da(s) personagem(ns) se dá a partir da modalidade alocutiva de interpelação.

Na análise de algumas charges, foi possível perceber alguns sinais semânticos possibilitadores do resgate da memória episódica, ou seja, o leitor se apropria de conhecimentos anteriores para compreender a charge, por meio da intertextualidade. Outro ponto evidenciado foi que a intencionalidade do chargista foi pautada na percepção de um discurso construído a partir, não só da escolha dos vocábulos que constroem o arcabouço verbal, como também pelas imagens utilizadas na construção das charges.

Embora não seja característica do chargista a utilização de caricaturas, nas charges do grupo 2, Myrria utiliza a exacerbação, como instrumento capaz de gerar sentido. Nesse processo caricatural, os traços físicos ou ideológicos dos personagens reais apresentados são propositalmente exagerados e/ou agravados.

Nas charges do grupo 3, um dos elementos da textualidade percebido foi a ironia que gera um processo de reconstrução apoiados nos atos locucionário, ilocucionário e perlocucionário. Com essas sequências narrativas, o chargista espera do leitor uma reação.

Analisando ainda esse grupo foi possível perceber o processo de dessacralização das personagens e dos acontecimentos cotidianos o que nos remete à carnavalização que, na construção do gênero charge, funciona também como uma estratégia discursiva. Outro recurso evidenciado nas charges desse grupo foi a caricatura genérica evidenciada pelos traços exagerados das personagens cujo objetivo foi possibilitar ao leitor o desenvolvimento de associações.

Nas charges analisadas, que compõem o grupo 4, o chargista utiliza como recurso o processo de personificação, por meio do recurso da metamorfose no qual os personagens são transformados em animais, restando apenas alguns traços humanos que os identificam. Outra característica apresentada do discurso indireto é a figura de um narrador em terceira pessoa. Essa interlocução de uma terceira pessoa é um recurso que remete o leitor a uma associação semântica.

As charges, evidenciadas no grupo 5, apresentam princípios de textualidade comuns nas análises dos grupos anteriores. O recurso imagético presente nesse grupo gera o dialogismo discursivo decorrente da interação verbal entre o

enunciador e o enunciatário do texto e a intertextualidade no interior do discurso. Vale ressaltar que, embora as charges que compõem esse grupo tenham sido publicadas em períodos diferentes, apresentam uma sequência narrativa que gera no leitor uma relação de continuidade.

Foi possível perceber ainda a assimetria do enunciado, uma vez que o leitor – intérprete da informação – reconstrói seu sentido a partir de indicações presentes na linguagem verbal da charge.

Por fim, ao analisar as charges produzidas por Myrria, foi possível perceber que a linguagem utilizada, embora não agressiva, encaixa-se no conceito do que é tendencioso explicitado por Freud (2007). Segundo o autor, quando a palavra diz respeito a uma intenção, ela se torna, então, tendenciosa, que é o estágio mais elevado da mente. O chargista mostra seu posicionamento e sua intencionalidade em textos polidos que apresentam uma carga semântica extremamente tendenciosa. Outro ponto observado, nas charges apresentadas no grupo 5, foi a utilização do trocadilho, como técnica de elaboração do humor, que foi evidenciado nas sequências narrativas que complementaram as ilustrações, gerando assim reciprocidade entre duas proposições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido por qualquer pesquisador é longo, uma vez que a aquisição de novos conhecimentos e a releitura dos já existentes, segundo Paulo Freire, exigem não só a presença curiosa do sujeito diante do mundo, como também sua ação transformadora sobre a realidade. Nesse sentido, a análise de determinados temas, principalmente, os apresentados no gênero opinativo charge podem gerar, no pesquisador leitor, sentidos tão diversos que podem influenciar a análise do teor semântico apresentado pelo chargista.

A tese apresentada mostrou como o humor dos textos chárpicos possibilita, ao leitor, o desenvolvimento de processos inferenciais capazes de inserir no texto várias possibilidades de interpretação. Tal assertiva pode ser ratificada se considerarmos a premissa de Guimarães Rosa (1979) quando afirma: se, ao ser apresentado ao texto, ao leitor nada acontece, há um milagre que não estamos vendo, já que dificilmente o indivíduo age passivamente à informação. Ao analisar as charges, foi possível perceber que não há neutralidade nos discursos, nem na sua construção, nem no processo de geração de sentido.

O percurso teórico utilizado para apresentar as possibilidades de sentido foi pautado nas estratégias utilizadas para gerar um humor cujo efeito, principalmente no texto político, se dá pela ironia, pela intencionalidade e, em algumas situações, pela incongruência textual. Assim, não só o estudo das inferências como também o estudo dos princípios de textualidade foram relevantes para a compreensão do que a charge apresenta e do que está nas entrelinhas.

A pesquisa desenvolvida objetivou analisar a importância do humor para análise de textos chárpicos e as contribuições das inferências na construção de sentidos. A importância do humor – característica comum ao texto chárpico – é evidenciada, uma vez que o riso propiciado, em muitos momentos, pelo humor traz à charge uma leveza intencional que possibilita inferir por meio da sátira e da ironia temáticas atuais discutidas e apresentadas amplamente no discurso jornalístico, ou seja, o humor como estratégia de apreensão da informação possibilita ao leitor associar realidades e, conseqüentemente, gerar proposições críticas despertadas

pela habilidade do chargista ao usar as palavras e o imagético. Nas charges de Myrria, o humor nem sempre é explícito, ou seja, não aparece no texto em si e sim no sentido gerado nas entrelinhas, ressignificações geradas pelas questões inferenciais.

Para o desenvolvimento de qualquer análise, seja de textos verbais ou não verbais, a associação gerada por questões inferenciais ocorre quase que naturalmente no leitor para a geração de sentido. Vale ressaltar, na compreensão de textos humorísticos, a importância do conhecimento prévio, haja vista que para se compreender uma charge política, faz-se necessário associar seu sentido a informações anteriores. O estudo mostrou ainda a diferença entre o humor verbal, ou seja, o humor das ações e o referencial que é o humor das palavras.

O aporte teórico possibilitou ainda entender a percepção do riso e do risível, a partir da perspectiva diacrônica que possibilitou perceber que o riso hoje é um forte elemento de poder, podendo ser usado para enaltecer ou desmoralizar/desqualificar indivíduos ou fatos. Nesse contexto, o lugar do riso na vida e na sociedade, ao longo da história, mudou, assim como seu discurso.

Para se compreender esse processo de mudança, Bergson (2001) afirma que é necessário que o riso floresça no campo da insensibilidade ou da inteligência pura, uma vez que a comicidade só poderá produzir comoção se cair sobre uma superfície d'alma serena e tranquila. Ao longo da pesquisa, observou-se ainda que o riso não tem maior inimigo que a emoção, ou seja, o leitor não vai achar engraçado ou rir de alguém ou de uma situação se nutrir um sentimento de emoção, pautado na pena ou na fé voltada para o dogma.

O texto chágico é um exemplo dessa assertiva, uma vez que desmistifica e dessacraliza a ideia do riso associado ao engraçado, ao lúdico, ao divertido. Essa estranheza pode ser justificada pela assertiva de Freud (1977: 13) que diz “para entender uma piada é preciso ser da paróquia”, isto é, ela não tem efeito em todos os lugares, em todos os momentos, nem para todas as pessoas, sendo, pois necessários determinados referentes, um código, um acervo comum situado no simbólico, na cultura, a fim de captar o sentido.

Nas charges, o risível está no inusitado, no não previsível e na quebra de dogmas, principalmente o religioso. Nesse sentido, justifica-se a estranheza de grande parte do leitor brasileiro em cuja estatística me incluo ao viés de humor utilizado pelos chargistas do Jornal *Charles Hebdo* cujas charges foram apresentadas no capítulo 3, com o objetivo de mostrar essa estranheza, que se dá principalmente pela incongruência – característica comum nesses textos humorísticos discursivos.

Observou-se ainda que a produção discursiva na charge, embora advinda de uma temática já apresentada em outros textos, principalmente, o jornalístico cuja função de linguagem principal é a denotação, utiliza a linguagem verbal, composta seja por uma palavra, seja por uma expressão ou proposição, sem se preocupar com seu sentido literal, haja vista que o sentido das palavras e seu efeito, gerado no leitor, depende de vários fatores, principalmente, o conotativo responsável por suscitar, no leitor, a situacionalidade, a temporalidade e o contexto em que a informação é apresentada.

A pesquisa mostrou ainda que, embora o leitor tenha liberdade para construir sentidos, é limitado pelos significados trazidos pelo texto e suas condições de uso, uma vez que o texto é gerado a partir dos significados atribuídos pelo autor (enunciador) cujos sentidos se dão a partir das sequências inferenciais atribuídas pelo leitor que busca atribuir-lhe significados.

O referencial teórico mostrou ainda que falar do sentido produzido na charge é falar de uma série de elementos que se articulam para produzir coerência dentro de uma situação interacional, já que o contexto e informações processadas, na mente do leitor e do produtor, são influenciados por valores pessoais e específicos. Essa assertiva foi o elemento balizador para a análise do *corpus* da pesquisa.

Observou-se ainda, ao longo da análise, que o processo de decodificação linguística tem por input (processo introdutório) estímulos visuais de qualquer código semiótico, seja um texto escrito ou gravuras, como no caso de uma charge e ou auditivos, como no caso do texto falado – recurso utilizado pelo chargista, cuja análise permitiu perceber os atos de fala, apresentados nos balões.

Tal assertiva se justifica, uma vez que, segundo Travaglia (1990), o humor está atrelado a dois momentos: primeiro a uma experiência cognitiva, muitas vezes inconsciente, resultando em um estado mental de prazer; segundo, aos fatores socioculturais externos que disparam esta experiência cognitiva, ou seja, o resultado da decodificação linguística que são os sentidos gerados, pelo leitor, é advindo dum processamento inconsciente e automático, porque o falante – representado pelas sequências discursivas evidenciadas no discurso direto e indireto – suscita uma logicidade entre o que é despertado na memória e os processos dedutivos gerados pelo leitor.

As categorias inferenciais e os princípios da textualidade utilizados para a análise do *corpus* justificaram a escolha do método fenomenológico que não se limita a uma descrição passiva, tendo na interpretação do fenômeno sua essência. Nesse sentido, a intencionalidade do chargista está intimamente relacionada ao estudo fenomenológico.

A escolha desse método se deu, a partir de algumas de suas características: a primeira é investigação de fenômenos particulares que, nessa pesquisa, se deu a priori pela escolha das charges e sua divisão em grupos, tomando como base o tema e a intencionalidade do autor. A segunda é a apreensão de relações fundamentais entre as essências. Na análise, esse processo de apreensão se deu a partir do estabelecimento de inferências despertadas pela linguagem verbal e imagética das charges de Myrria. E a terceira característica é a interpretação do fenômeno que ocorre no momento em que o leitor gera sentido ao texto, ou seja, quando há a resignificação da informação.

Ao longo da pesquisa, ao tentar, por meio do aporte teórico, entender a percepção de gênero textual, percebeu-se que, embora haja uma preocupação conceitual dos estudiosos em relação à temática, o estudo a respeito de suas especificidades está longe de terminar, uma vez que diferente dos tipos textuais, os gêneros são dinâmicos e sua diversidade está presente nas tipologias textuais.

Considerando ainda dinamicidade das charges, a pesquisa demonstrou que a compreensão da construção do discurso ideológico desse tipo de gênero opinativo só é possível se o pesquisador mergulhar nas ideias apresentadas pelos

teóricos, não só a respeito do riso e da mudança de sentido atribuído a ele, ao longo do tempo, como também a percepção da sociedade em relação humor que necessariamente não precisa está vinculada ao riso.

Por fim, o estudo mostrou que a utilização do processo inferencial, despertado no leitor pela memória episódica, resgatada pela linguagem verbal e não verbal, é questão *sine qua non* para a agregação de sentido dos textos chárgicos. Entendendo ainda que, sem as associações e analogias construídas pelo leitor, a partir da intencionalidade do chargista, a geração de sentidos e a construção de discursos opinativos seria impossível, essa assertiva se justifica, uma vez que o gênero textual charge, dada sua contemporaneidade, sua atualidade e sua especificidade será sempre um campo fértil de possibilidades de análise e interpretações.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **O Riso e o Risível na história do pensamento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, FGV, 1999. Coleção Antropologia Social.

_____. **O Riso e o Risível na história do pensamento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. Coleção Antropologia Social.

ARISTÓTELES. **Retórica**: obras completas. Coordenação: António Pedro Mesquita. Lisboa: Centro de filosofia da Universidade da Lisboa, 2005.

ATTARDO, Salvatore. **Linguistic theories of humor**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1994.

AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Tradução de Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores Porto Alegre: EDPUSCRS, 2004.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, com a colaboração de Lucia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. [1953]. **Estética da Criação Verbal**. Tradução Maria Ermantina G.G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. [1929] **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12. ed. HUCITEC, 2006.

_____. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

BARBIERE, Daniele. **Los lenguajes del cómic**. 1 reimpr. Barcelona: Paidós, 1998.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Dialogismo, Polifonia e Enunciação**. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (Orgs.). Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade. 2. ed. 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Angela Paiva Dionísio, Judith Cha, bliss Hoffnagel (organizadoras). 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEAUGRANDE, Robert. **New Foundations for a Science of Text and discourse: Cognition, Communication and the Freedom of aAccess to Knowledge and Society**. Norwood: Ablex, 1997.

_____. DRESSLER, Wolfgang Ulrich. **Introduction to Text Linguistics**. New York: Longman, 1981.

BERGSON, Henri. **O riso: ensaio sobre a significação do cômico**. Trad. Nathanael C. Caixeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1983.

_____. **O riso**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **O riso**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BRAIT, Beth. **Ironia em perspectiva polifônica**. 2. ed. revista Campinas, SP: editora da UNICAMP, 2008. 1ª reimpressão, 2014.

BRONCKART, J.P. **Atividades de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio discursivo**. Trad.: A. R, Machado e P. Cunha. São Paulo: EDUC,1999.

BROWN,Gillian. YULE, George. **Discourse Analysis**. Cambridge: Cambridge Universities Press, 1983.

CAIN, K. & OAKHILL, J.V. **Inference Makint Ability and Relation to comprehension Failure in Young Children.** In Reading and Writing: An Interdisciplinary Journal. 1999.

CARRETER, Fernando L. **Manual de explicação de textos.** 3. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica. 1985.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso:** modos de organização. [coordenação da equipe de Tradução Ângela M. S. Corrêa & Ida Lúcia Machado]. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. 256p.

CHAROLLES, Michel. **Introdução ao Estudo da Coerência.** Campinas: Pontes, 1989.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro:** do leitor ao navegador. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CLARK, L. F. **Social knowledge and inference processing in text comprehension.** In: G. RICKHETT & STROHNER, H. Inference in text processing. Amsterdam: North – Holland, 1985.

CRITELLI, D. M. **Analítica do sentido:** uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica. São Paulo: EDUC – Brasiliense, 1996.

COSCARELLI, C. V. **Inferência: afinal o que é isso?** Belo Horizonte: FALE/UFMG. 2003.

DARTIGUES, A. **O que é fenomenologia?** São Paulo: Moraes, 1992.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. **Leitura:** Inferências e contexto sociocultural. MG: UFMG, 1988, 230p.

ECO, U. [1990]. **Os limites da Interpretação.** 2. ed. São Paulo Perspectiva, 2004.

ESPOSITO, V. H. C. **A escola: um enfoque fenomenológico.** São Paulo: Escuta, 1993.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Intencionalidade e aceitabilidade como critério de textualidade.** Linguística textual – texto e leitura. Série Cadernos. SP: PUC, 1986.

_____. **Coesão e coerência textuais.** 10. ed. São Paulo: Ática – Série Princípios, 2005.

_____. **Coesão e coerência textuais.** 11. ed. São Paulo: Ática – série Princípios, 2009.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de Análise do Discurso.** São Paulo: Contexto, 1989.

FRAGATA, J. **A fenomenologia de Husserl como fundamento da filosofia.** Braga: Livraria Cruz, 1959.

FREUD, S. **O Chiste e o Inconsciente.** Freud ao alcance de todos. Tradução de Oliveira e Silva. Rio de Janeiro: editorial Calvino LTDA, 1941.

_____. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Os chistes e sua relação com o inconsciente.** 2. ed. Volume VIII. Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA, 1987.

FOLKIS, G.M.B. **Análise do discurso humorístico.** As relações de marido e melhor nas piadas de casamento. Tese (doutorado) Instituto de estudos da linguagem. Universidade Estadual de Campinas (IEL Unicamp). Campinas, 2004.

FONSECA, Joaquim da. **Caricatura: imagem gráfica do humor.** Porto Alegre: Artes e ofícios ed. LTDA. 1999.

FOUCOALT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GRICE, H. P. **Lógica e conversação**. In: DASCAL, Marcelo (org.). *Pragmática: problemas críticos – perspectivas linguísticas*, Campinas: ed. do autor, 1982.

IASBECK, Luiz Carlos. **A arte dos slogans: as técnicas de construção das frases de efeito do texto publicitário**. São Paulo: Annablume, 2002.

JOUBERT, Laurent (1579). **Traité du ris suivi d'un Dialogue sur la cacographie française**. Genève: Slatkine Reprints, 1973.

KATO, Mary A.E. *Revista Delta*. São Paulo: EDUC, 1996, v.12, N. especial.

KLEIMAN, A. **Texto e leitor: Aspectos cognitivos da leitura**. 15. ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2013.

KOCH, Ingedore. **A Coesão Textual**. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. **O texto e a construção de sentidos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **As tramas do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. ELIAS, M.V. **Ler e Compreender os Sentidos do Texto**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e Coerência**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A Coerência Textual**. 18. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

KRISTEVA, Júlia. **Introdução à Seminálise**. São Paulo: Debates, 1969.

LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio**. São Paulo: Manole, 2005.

LAPORTE, A.M.A.; VOLPE, N.V. **Existencialismo**: uma reflexão antropológica e política a partir de Heidegger e Sartre. Curitiba: Juruá, 2009.

MARCHUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística de Texto**: o que é e como se faz. Pernambuco: UFPE, 1983. Série debates I.

_____. **O processo inferencial na compreensão de textos**. Relatório de projeto financiado pelo CNPq. Recife: Departamento de Letras/Universidade Federal de Pernambuco. Mimeo, 1989. 145p.

_____. **Da Fala para a Escrita**: Atividades de retextualização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Produção textual – análise de gêneros e compreensão**. 2008. São Paulo: Parábola editorial (educação linguística 2). 5 reimpressão, 2012.

MAINGUENAEU, Dominique. **Gêneses do discurso**. Tradução Sírio Possenti. Curitiba: Criar edições 2007.

_____. **Análise de textos de comunicação.** Tradução de Cecília P. de S e Silva; Décio Rocha. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, Gilberto de A; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo:** gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. São Paulo: Mantiqueira, 2003.

MINOIS, Georges. **História do Riso e do Escárnio.** São Paulo: UNESP, 2003.

MOUCO. Maria aparecida Tavares. **Leitura, análise e interpretação de charges com fundamentos na teoria semiótica.** Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1104-4.pdf>, acesso em 01.07.2015.

MUNIZ, Kassandra da S. **Piadas:** conceituação – constituição e práticas. Um estudo de um gênero. Campinas: 2004.149f. Dissertação (Mestrado em linguística). Instituto de Estudo da Linguagem. UNICAMP.

NERY, João Elias. **Charge e caricatura na construção de imagens públicas.** 1998. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

NOGUEIRA, Andréa de Araújo. **A charge:** a função social e paradigma cultural. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Belo Horizonte/MG. 2 a 6 de set. 2003.

OLIVEIRA, M.L.S. **Charge:** imagem e palavra numa leitura burlesca do mundo. In: AZEREDO, J. C. Letras & Comunicação: uma parceria para o ensino de língua portuguesa. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Eliane; SANTOS, Renata de Paula; BORGES, Rosane da Silva. **Identidades e representações nos sistemas midiáticos (in) formativos: a charge e a construção da imagem do Outro.** Revista Rumores número 14, vol. 7, jul/dez. 2013. Acesso em julho de 2015.

OLSON, David R (1998) **El mundo sobre el papel.** Barcelona: Gedisa Editorial. Ed. Original The Word on paper. Cambridge University Press, 1994.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** 10. ed. Campinas, SP: Pontes editores, 2012.

PLATÃO. **A República.** Tradução Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1997. Coleção Os pensadores.

PEREIRA, J.C.R. **Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais.** São Paulo: EDUSP, 1999.

POSSENTI, Sírio. **Os humores da língua: análises linguísticas de piadas.** Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998. 152p.

_____. **Sobre leitura: o que diz a análise do discurso?** In: MARINHO, Marildes (org). Ler e navegar. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

PROPP, Vladimir. **Comicidade e riso.** São Paulo: Ática, 1972.

QUINTILIANO DE CALAHORRA. **Sobre la formación del orador,** (Introducción, traducción y notas de Alfonso Ortega Carmona), Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca, 1996.

RAMOS, Paulo Eduardo. **Tiras cômicas e piadas: duas leituras, um efeito de humor.** Tese (doutorado de Filologia e Língua portuguesa). 412p. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

RASKIN, Victor. **Semantic Mechanisms of humor**. Holland: D. Reidel Publishing Company, 1985.

REINACH, Salomon. **Cultures, mythes et religions**. Paris: ed. Bouquins, 1996.

REIS, Carlos & LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de Narratologia**, 7. ed. Coimbra: Almedina, 2000.

RIANI-COSTA, Camilo Floriano. **Linguagem & cartum... tá rindo do quê?** Um mergulho nos salões de humor de Piracicaba. Dissertação (mestrado em Comunicação Social). 182fls. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2001.

ROMUALDO, Edson Carlos. **Charge jornalística: Intertextualidade e polifonia – Um estudo das charges Folha de S. Paulo**. Maringá: Eduem, 2000.

ROSA, João Guimarães. **O espelho**. In: Primeiras estórias. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

ROSSET, Clément. **A lógica do pior**. Tradução de Fernando J. Fagundes Ribeiro e Ivana Bentes. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

SALIBA, Elias Thomé. **Riso bom, riso mau**. In: Traço, humor e Cia. MATTAR, Denise. (Curadora). São Paulo: Fundação Armando Alvares Penteado, 2003.

SCHNOTZ, W." **Selectivity in drawing inferences**". In: RICKHEIT e STROHNER. *Inferences in text Processing*. Amsterdam: North-Holland, 1985.

SWALES, J.M. **Genre Analysis**. English in Academic and Research Settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Uma introdução ao estudo do humor pela **linguística**. DELTA, v. 370 6, número 1. São Paulo: ABRALIN/PUC – SP, 1990: 55-82.

_____. **A Coerência Textual**. São Paulo: Contexto, 1996.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. **Sentidos do humor, trapaças da razão: a charge**. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2005 (Coleção FCRB, série estudos 2).

VAN DIJK, Teun, A. **Modelos na memória** – o papel das representações da situação no processamento do discurso. In: VAN DIJK, Teun, A. **Cognição discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 1992 [1989].

_____. **Cognição, discurso e Interação**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **Discurso e Contexto**. São Paulo: Contexto, 2012.

VOLTAIRE. **Tratado sobre a tolerância**. A propósito da morte de Jean Calas. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ZIRALDO, [PINTO, Zivaldo Alves]. **A última do brasileiro: quatro anos de história nas charges do Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro: CODECRI, 1975.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **O Riso e o Risível na história do pensamento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, FGV, 1999. Coleção Antropologia Social.

_____. **O Riso e o Risível na história do pensamento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. Coleção Antropologia Social.

ARISTÓTELES. **Retórica**: obras completas. Coordenação: António Pedro Mesquita. Lisboa: Centro de filosofia da Universidade da Lisboa, 2005.

ATTARDO, Salvatore. **Linguistic theories of humor**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1994.

AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Tradução de Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores Porto Alegre: EDPUSCRS, 2004.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, com a colaboração de Lucia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. [1953]. **Estética da Criação Verbal**. Tradução Maria Ermantina G.G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. [1929] **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12. ed. HUCITEC, 2006.

_____. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

BARBIERE, Daniele. **Los lenguajes del cómic**. 1 reimpr. Barcelona: Paidós, 1998.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Dialogismo, Polifonia e Enunciação**. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (Orgs.). Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade. 2. ed. 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Angela Paiva Dionísio, Judith Cha, bliss Hoffnagel (organizadoras). 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEAUGRANDE, Robert. **New Foundations for a Science of Text and discourse: Cognition, Communication and the Freedom of Access to Knowledge and Society**. Norwood: Ablex, 1997.

_____. DRESSLER, Wolfgang Ulrich. **Introduction to Text Linguistics**. New York: Longman, 1981.

BERGSON, Henri. **O riso: ensaio sobre a significação do cômico**. Trad. Nathanael C. Caixeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1983.

_____. **O riso**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **O riso**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BRAIT, Beth. **Ironia em perspectiva polifônica**. 2. ed. revista Campinas, SP: editora da UNICAMP, 2008. 1ª reimpressão, 2014.

BRONCKART, J.P. **Atividades de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio discursivo**. Trad.: A. R, Machado e P. Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.

BROWN, Gillian. YULE, George. **Discourse Analysis**. Cambridge: Cambridge Universities Press, 1983.

CAIN, K. & OAKHILL, J.V. **Inference Makint Ability and Relation to comprehension Failure in Young Children.** In Reading and Writing: An Interdisciplinary Journal. 1999.

CARRETER, Fernando L. **Manual de explicação de textos.** 3. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica. 1985.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso:** modos de organização. [coordenação da equipe de Tradução Ângela M. S. Corrêa & Ida Lúcia Machado]. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. 256p.

CHAROLLES, Michel. **Introdução ao Estudo da Coerência.** Campinas: Pontes, 1989.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro:** do leitor ao navegador. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CLARK, L. F. **Social knowledge and inference processing in text comprehension.** In: G. RICKHETT & STROHNER, H. Inference in text processing. Amsterdam: North – Holland, 1985.

CRITELLI, D. M. **Analítica do sentido:** uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica. São Paulo: EDUC – Brasiliense, 1996.

COSCARELLI, C. V. **Inferência: afinal o que é isso?** Belo Horizonte: FALE/UFMG. 2003.

DARTIGUES, A. **O que é fenomenologia?** São Paulo: Moraes, 1992.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. **Leitura:** Inferências e contexto sociocultural. MG: UFMG, 1988, 230p.

ECO, U. [1990]. **Os limites da Interpretação.** 2. ed. São Paulo Perspectiva, 2004.

ESPOSITO, V. H. C. **A escola: um enfoque fenomenológico**. São Paulo: Escuta, 1993.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Intencionalidade e aceitabilidade como critério de textualidade**. Linguística textual – texto e leitura. Série Cadernos. SP: PUC, 1986.

_____. **Coesão e coerência textuais**. 10. ed. São Paulo: Ática – Série Princípios, 2005.

_____. **Coesão e coerência textuais**. 11. ed. São Paulo: Ática – série Princípios, 2009.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 1989.

FRAGATA, J. **A fenomenologia de Husserl como fundamento da filosofia**. Braga: Livraria Cruz, 1959.

FREUD, S. **O Chiste e o Inconsciente**. Freud ao alcance de todos. Tradução de Oliveira e Silva. Rio de Janeiro: editorial Calvino LTDA, 1941.

_____. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Os chistes e sua relação com o inconsciente**. 2. ed. Volume VIII. Rio de Janeiro: Imago Editora LDTA, 1987.

FOLKIS, G.M.B. **Análise do discurso humorístico**. As relações de marido e melhor nas piadas de casamento. Tese (doutorado) Instituto de estudos da linguagem. Universidade Estadual de Campinas (IEL Unicamp). Campinas, 2004.

FONSECA, Joaquim da. **Caricatura**: imagem gráfica do humor. Porto Alegre: Artes e ofícios ed. LTDA. 1999.

FOUCOALT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GRICE, H. P. **Lógica e conversação**. In: DASCAL, Marcelo (org.). Pragmática: problemas críticos – perspectivas linguísticas, Campinas: ed. do autor, 1982.

IASBECK, Luiz Carlos. **A arte dos slogans**: as técnicas de construção das frases de efeito do texto publicitário. São Paulo: Annablume, 2002.

JOUBERT, Laurent (1579). **Traité du ris suivi d'un Dialogue sur la cacographie française**. Genève: Slatkine Reprints, 1973.

KATO, Mary A.E. Revista Delta. São Paulo: EDUC, 1996, v.12, N. especial.

KLEIMAN, A. **Texto e leitor**: Aspectos cognitivos da leitura. 15. ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2013.

KOCH, Ingedore. **A Coesão Textual**. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. **O texto e a construção de sentidos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **As tramas do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. ELIAS, M.V. **Ler e Compreender os Sentidos do Texto**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e Coerência**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A Coerência Textual**. 18. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

KRISTEVA, Júlia. **Introdução à Seminálise**. São Paulo: Debates, 1969.

LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio**. São Paulo: Manole, 2005.

LAPORTE, A.M.A.; VOLPE, N.V. **Existencialismo**: uma reflexão antropológica e política a partir de Heidegger e Sartre. Curitiba: Juruá, 2009.

MARCHUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística de Texto**: o que é e como se faz. Pernambuco: UFPE, 1983. Série debates I.

_____. **O processo inferencial na compreensão de textos**. Relatório de projeto financiado pelo CNPq. Recife: Departamento de Letras/Universidade Federal de Pernambuco. Mimeo, 1989. 145p.

_____. **Da Fala para a Escrita**: Atividades de retextualização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Produção textual – análise de gêneros e compreensão**. 2008. São Paulo: Parábola editorial (educação linguística 2). 5 reimpressão, 2012.

MAINGUENAEU, Dominique. **Gêneses do discurso**. Tradução Sírio Possenti. Curitiba: Criar edições 2007.

_____. **Análise de textos de comunicação.** Tradução de Cecília P. de S e Silva; Décio Rocha. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, Gilberto de A; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo:** gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. São Paulo: Mantiqueira, 2003.

MINOIS, Georges. **História do Riso e do Escárnio.** São Paulo: UNESP, 2003.

MOUCO. Maria aparecida Tavares. **Leitura, análise e interpretação de charges com fundamentos na teoria semiótica.** Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1104-4.pdf>, acesso em 01.07.2015.

MUNIZ, Kassandra da S. **Piadas:** conceituação – constituição e práticas. Um estudo de um gênero. Campinas: 2004. 149f. Dissertação (Mestrado em linguística). Instituto de Estudo da Linguagem. UNICAMP.

NERY, João Elias. **Charge e caricatura na construção de imagens públicas.** 1998. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

NOGUEIRA, Andréa de Araújo. **A charge:** a função social e paradigma cultural. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Belo Horizonte/MG. 2 a 6 de set. 2003.

OLIVEIRA, M.L.S. **Charge:** imagem e palavra numa leitura burlesca do mundo. In: AZEREDO, J. C. Letras & Comunicação: uma parceria para o ensino de língua portuguesa. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Eliane; SANTOS, Renata de Paula; BORGES, Rosane da Silva. **Identidades e representações nos sistemas midiáticos (in) formativos:** a charge e a construção da imagem do Outro. Revista Rumores número 14, vol. 7, jul/dez. 2013. Acesso em julho de 2015.

OLSON, David R (1998) **El mundo sobre el papel.** Barcelona: Gedisa Editorial. Ed. Original The Word on paper. Cambridge University Press, 1994.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 10. ed. Campinas, SP: Pontes editores, 2012.

PLATÃO. **A República.** Tradução Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1997. Coleção Os pensadores.

PEREIRA, J.C.R. **Análise de dados qualitativos:** estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. São Paulo: EDUSP, 1999.

POSSENTI, Sírio. **Os humores da língua:** análises linguísticas de piadas. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998. 152p.

_____. **Sobre leitura:** o que diz a análise do discurso? In: MARINHO, Marildes (org). Ler e navegar. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

PROPP, Vladimir. **Comicidade e riso.** São Paulo: Ática, 1972.

QUINTILIANO DE CALAHORRA. **Sobre la formación del orador,** (Introducción, traducción y notas de Alfonso Ortega Carmona), Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca, 1996.

RAMOS, Paulo Eduardo. **Tiras cômicas e piadas**: duas leituras, um efeito de humor. Tese (doutorado de Filologia e Língua portuguesa). 412p. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

RASKIN, Victor. **Semantic Mechanisms of humor**. Holland: D. Reidel Publishing Company, 1985.

REINACH, Salomon. **Cultures, mythes et religions**. Paris: ed. Bouquins, 1996.

REIS, Carlos & LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de Narratologia**, 7. ed. Coimbra: Almedina, 2000.

RIANI-COSTA, Camilo Floriano. **Linguagem & cartum... tá rindo do quê?** Um mergulho nos salões de humor de Piracicaba. Dissertação (mestrado em Comunicação Social). 182fls. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2001.

ROMUALDO, Edson Carlos. **Charge jornalística**: Intertextualidade e polifonia – Um estudo das charges Folha de S. Paulo. Maringá: Eduem, 2000.

ROSA, João Guimarães. **O espelho**. In: Primeiras estórias. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

ROSSET, Clément. **A lógica do pior**. Tradução de Fernando J. Fagundes Ribeiro e Ivana Bentes. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

SALIBA, Elias Thomé. **Riso bom, riso mau**. In: Traço, humor e Cia. MATTAR, Denise. (Curadora). São Paulo: Fundação Armando Álvares Penteado, 2003.

SCHNOTZ, W." **Selectivity in drawing inferences**". In: RICKHEIT e STROHNER. *Inferences in text Processing*. Amsterdam: North-Holland, 1985.

SWALES, J.M. **Genre Analysis**. English in Academic and Research Settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Uma introdução ao estudo do humor pela **linguística**. DELTA, v. 370 6, número 1. São Paulo: ABRALIN/PUC – SP, 1990: 55-82.

_____. **A Coerência Textual**. São Paulo: Contexto, 1996.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. **Sentidos do humor, trapaças da razão: a charge**. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2005 (Coleção FCRB, série estudos 2).

VAN DIJK, Teun, A. **Modelos na memória** – o papel das representações da situação no processamento do discurso. In: VAN DIJK, Teun, A. **Cognição discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 1992 [1989].

_____. **Cognição, discurso e Interação**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **Discurso e Contexto**. São Paulo: Contexto, 2012.

VOLTAIRE. **Tratado sobre a tolerância**. A propósito da morte de Jean Calas. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ZIRALDO, [PINTO, Ziraldo Alves]. **A última do brasileiro: quatro anos de história nas charges do Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro: CODECRI, 1975.